



UnB

Universidade de Brasília

Faculdade de Comunicação Social

Departamento de Jornalismo

MEMORIAL DO PRODUTO

Reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha – o trabalho escravo urbano no interior do
Brasil*

Gustavo Nunes de Aguiar

08/30917

Orientadora: Dione Oliveira Moura

Brasília, DF

Sete de março de 2013

Gustavo Nunes de Aguiar

MEMORIAL DO PRODUTO

Reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha – o trabalho escravo urbano no interior do Brasil*

Projeto experimental de conclusão de curso apresentado à Universidade de Brasília (UnB) como exigência parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo, sob a orientação da professora doutora Dione Oliveira Moura.

Brasília, DF
Março de 2013



Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação Social
Departamento de Jornalismo

MEMORIAL DO PRODUTO

Reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha – o trabalho escravo urbano no interior do Brasil*

Projeto experimental apresentado à Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo.

Banca examinadora:

Orientadora: Professora doutora Dione Oliveira Moura

Professor: Professor doutor Sérgio Araújo de Sá

Professor: Professor doutor Paulo Paniago

Professor suplente: Professor doutor David Renault da Silva

Brasília, sete de março de 2013.

AGRADECIMENTOS

Aos meus familiares, pela tolerância, paciência e compreensão desse processo longo e espinhoso, mas gratificante, que é a formação acadêmica. Em especial à minha mãe Florencia e às minhas irmãs Vanessa e Monique, por terem acompanhado de perto cada passo e comemorado comigo as conquistas alcançadas.

À prima Giselda e ao seu marido Celington, moradores de Frecheirinha, que ofereceram todas as condições de conforto e praticidade disponíveis para que eu pudesse revelar a história deles, de seus pais, amigos e vizinhos. Obrigado pelos contatos, telefonemas respondidos em horários inoportunos, pelas caronas e pela chance de poder compartilhar com vocês a indignação, a emoção, as dúvidas e todos os sentimentos que envolveram a produção desse trabalho.

Aos amigos Luana, Camilla, Fernando, Bárbara, Naiara, Raissa e Mateus; pelas contribuições inestimáveis a esse projeto, pelo estímulo, apoio incansável e pela injeção de ânimo no momento mais crítico na realização dessa reportagem. Por terem sido, além disso, meus primeiros leitores e críticos da qualidade e da validade do que eu estava propondo como trabalho para conclusão da graduação. Sem esse alicerce, é provável que essa reportagem que aqui apresento não pudesse existir.

À colega de pauta na mão, mochila nas costas e lama nos pés, Jéssica Paula; pela entrega ao projeto, interesse e envolvimento que qualquer repórter deseja e espera de seu fotógrafo.

À Universidade de Brasília de modo geral; pelo espaço onde pude me encontrar profissional e academicamente, pelo conhecimento adquirido ao longo da graduação, pelo acolhimento e por todas as oportunidades e experiências que vivi ao longo desses cinco anos. Em especial à Faculdade de Comunicação, na pessoa do professor doutor David Renault, pela confiança, credibilidade, aposta e apoio financeiro garantidos para que essa história pudesse ser revelada.

Aos professores e mestres de ofício, que me inspiram e me guiam na missão de trabalhar em função daquilo que acredito. Em especial à minha orientadora Dione, pela

autonomia e liberdade que me deu durante a orientação para desenvolver esse trabalho com maturidade; ao amigo e mestre Sérgio de Sá, pelas contribuições incontáveis e pela troca sempre tão espirituosa e generosa de suas experiências; à querida Rosângela Vieira, pelo estímulo do uso da criatividade, da literatura e da poesia, por despertar em mim a sensibilidade de que, antes de tudo, a forma deve trabalhar em função do conteúdo; à inesquecível Thaís, autora de muitos títulos que constam no meu embasamento teórico não só para esse projeto, mas para a minha vida profissional, e quem me deu as primeiras “sacudidas jornalísticas”, apostando que eu podia me tornar um bom repórter algum dia. Espero não decepcioná-la.

Aos chefes de estágio que tanto me ensinaram e me ajudaram a forjar o profissional que hoje sou. Ana Carolina, Daniela, Rangéria, Ana Sá, Ivana, Rose Angélica e tantos outros profissionais experientes que tiveram paciência de me ensinar e de abrir meus olhos, testar os meus limites e garantir que eu saia da universidade pronto para enfrentar novos desafios profissionais.

Aos brasileiros anônimos, que financiam minha formação pública desde o meu primeiro dia de aula, aos quatro anos de idade, até chegar a uma universidade como a UnB, que foi o maior divisor de águas na minha vida pessoal e profissional. A esses brasileiros, espero poder devolver com competência, ética, isenção e verdade cada centavo investido para que eu realizasse esse sonho apaixonado de poder reportar a da nossa aventura coletiva e diária que é viver.

“Ainda não me sinto digno de escrever sobre meu povo. Preciso crescer para estar à altura de narrar a saga coletiva.”

Jose Caveirinha, poeta moçambicano.

RESUMO

Esta é a memória de como foi feita a reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha*, sobre um pequeno município do interior cearense que se estabeleceu como importante pólo de fabricação de roupas no país, mas que, para isso, nos últimos 20 anos, abusou da mão-de-obra dos habitantes da cidade, reduzindo uma parte deles à condição análoga a de escravo. Este documento registra o interesse de compreender o fazer jornalístico moldado sobre a estrutura narrativa, e que alcança, nessa perspectiva, a busca por um olhar criativo sobre a produção da pauta, a apuração, a redação, mas principalmente, sobre encontro com a realidade. Além disso, esta memória reconstitui o embasamento teórico do objetivo de pesquisa citado, e reúne reflexões de alguns pensadores da comunicação, da literatura e do jornalismo para o alcance desse processo. As leituras trazidas aqui fundamentaram a práxis da reportagem nas diferentes etapas de sua produção, e serviram para inspirar a formação de um olhar crítico sobre o ofício do jornalista e sobre o tipo de conteúdo produzido por esse profissional. O documento descreve ainda a metodologia utilizada para a elaboração do trabalho e formaliza os resultados obtidos com essa pesquisa, os quais são o desenvolvimento de uma naturalização da linguagem jornalística graças ao processo escolhido para tal objetivo, e o exercício e experimentação de uma linguagem em jornalismo que apresenta possibilidades infinitas de processamento.

PALAVRAS-CHAVE: TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO; NARRATIVAS; JORNALISMO; LITERATURA; LINGUAGEM JORNALÍSTICA.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Justificativa.....	12
3. Objetivos.....	13
3.1. Objetivo do produto.....	13
3.2. Objetivo da pesquisa	13
4. Problema da pesquisa.....	14
5. Referencial teórico.....	15
5.1. A notícia: uma realidade construída.....	15
5.2. A reportagem: enquadrando múltiplas <i>estórias</i>	17
5.3. A reportagem na revista: uma notícia desdobrada em várias.....	19
5.4. Uma narrativa da contemporaneidade e a convergência entre o jornalismo e a literatura.....	21
5.5. O encanto da rua e o <i>jornalismo mochilão</i>	23
6. Contextualização.....	25
6.1. O trabalho escravo contemporâneo no Brasil.....	25
6.1.1. Diferenças e peculiaridades do trabalho escravo urbano.....	26
6.2. Um Brasil em Frecheirinha (CE).....	27
6.3. A revista <i>Campus Repórter</i>	29
7. Procedimentos metodológicos.....	30

7.1. Elaboração da pauta.....	32
7.2. Pré-apuração.....	32
7.2.1. Cronograma de viagem.....	38
7.3. Apuração.....	41
7.4. Redação.....	44
7.5. Edição.....	48
7.6. Orçamento.....	50
7.7. Equipe de produção da reportagem.....	51
7.8. Cronograma de pesquisa.....	53
 8. Considerações finais.....	 55
 Referências bibliográficas.....	 59
 Apêndice.....	 61
I. Versão final da reportagem <i>As fiapeiras de Frecheirinha</i>	61
II. Versão sem cortes da reportagem <i>As fiapeiras de Frecheirinha</i>	72
 Anexo fotográfico.....	 83

1. INTRODUÇÃO

Em 13 de maio de 2013, a lei que libertou os escravos no Brasil completará 125 anos. Nos últimos 16, mais de 35 mil pessoas foram resgatadas por trabalharem sob condições degradantes de trabalho no país.¹ Mesmo tendo aumentado a fiscalização e criado diversos dispositivos de combate ao trabalho escravo contemporâneo, O Ministério do Trabalho e Emprego continua registrando uma média anual de resgate de 3 mil trabalhadores explorados.

Com o desenvolvimento das indústrias e o crescente interesse de empresas estrangeiras em instalarem suas linhas de produção no Brasil, a preocupação é de que esse número continue a crescer e migre do meio rural para o urbano. A atenção recai sobre as pequenas cidades do interior, onde o Estado encontra maiores dificuldades técnicas de por em prática as políticas de combate ao trabalho similar ao de escravo, e a fiscalização ainda é subestimada.

Além disso, o ano de 2011 fechou com o recorde de 294 nomes de empregadores inclusos na chamada lista suja do Ministério do Trabalho. Soma-se a tudo isso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tramita no Congresso Nacional há 11 anos. A PEC do Trabalho Escravo, como ficou conhecida, prevê punições mais rigorosas ao patrão que cometer o crime de redução à condição análoga ao de escravo².

Por desagradar os interesses da bancada ruralista, a proposta só voltou a entrar em pauta em 2012 por pressão do governo federal³. Uma Comissão de Inquérito Parlamentar foi também instaurada para investigar as razões que impedem a erradicação do trabalho escravo no Brasil. Sinais de que esse assunto é fundamental e deve orientar o olhar e o trabalho dos meios de comunicação nos próximos anos.

¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. *O trabalho escravo está mais perto do que você imagina*. Folheto. Brasília: Grupo Multipla, 2011.

² A PEC 438/2001, de autoria do então deputado federal Ademir Andrade (PSB – BA), inclui a pena de expropriação das terras rurais e urbanas (esta última especificação incluída posteriormente) ao proprietário que infringir o artigo 149 do Código Penal.

³ UOL – BLOG DO JANILDO. *Aprovação da PEC do Trabalho Escravo é prioridade de 2012, anuncia ministra*. Matéria acessada à 0h10 do dia 16/05/2012.
<http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2012/01/30/aprovacao_da_pec_do_trabalho_escravo_e_prioridade_de_2012_anuncia_ministra_123397.php>.

Dessa forma, parte-se dos seguintes objetivos: em termos práticos, elaborar uma reportagem que denuncie, mas que, sobretudo, retrate, de forma plural e isenta, a realidade vivida pela população de uma cidade no interior do Ceará, polo industrial que se baseou na exploração de mão de obra análoga à de escravo para alcançar tal status econômico; em termos acadêmicos, busca-se desenvolver, a partir da produção desta reportagem, um olhar crítico sobre as etapas do fazer jornalístico diante da necessidade de se adequar a uma linguagem menos rígida e técnica para o desenvolvimento de pautas de interesse público.

O projeto experimental que apresento na forma de reportagem é um aprofundamento na realidade do município de Frecheirinha, no interior do Ceará. A região, que deixou de ser agrícola para se transformar em polo industrial há menos de 20 anos, ainda não encontrou soluções para resolver a situação das fiapeiras, que trabalham em condições similares às de escravo nas recentes fábricas de roupa íntima da cidade.

Frecheirinha é um microcosmo das transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou no último século e meio, e serve como exemplo da história recente do Brasil sob o olhar de embates como prosperidade *versus* exploração, riqueza *versus* pobreza extrema, interior *versus* capital.

A partir disso, a ideia é registrar, com o método e o rigor técnico jornalísticos, o fenômeno da industrialização do interior do Brasil sob os mais variados aspectos. O formato em reportagem em estilo literário provém da necessidade pessoal de narrar as histórias das pessoas além do fato, sobretudo daqueles protagonistas anônimos excluídos do interesse de cobertura jornalística no país. O trabalho também advém do interesse por desvendar os recantos do Brasil que parecem inalcançados pelo estado democrático de direito, e que devem ser incluídos na ideia de nação.

Diante do quadro apresentado, a intenção é analisar como o olhar do repórter diante daquilo que existe modifica o tratamento que ele dá ao assunto sobre o qual há interesse em se noticiar. Ou seja, o objetivo de pesquisa é de observar os fatores que contribuem, durante o processo jornalístico, para que a linguagem se torne menos ou mais dependente de uma estrutura narrativa consolidada e pré-estabelecida por regras e critérios de noticiabilidade claramente definidos. Além disso, outro interesse é observar se o estilo dito literário interfere na qualidade e na quantidade de informação, atrapalhando ou contribuindo com a abordagem do tema proposto pela reportagem.

Esta é também reportagem pensada no formato da revista-laboratório *Campus Repórter*, da Universidade de Brasília. A publicação é um espaço de exercício do gênero narrativo para os alunos da Faculdade de Comunicação da UnB, e busca seguir as trilhas do jornalismo chamado literário de referência no Brasil tais como o das revistas *Realidade* e *Piauí*.

2. JUSTIFICATIVA

A reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* se justifica por ser de interesse público informar e denunciar como e onde ainda existem práticas de exploração do trabalho similar ao de escravo no Brasil. Além disso, é fundamental que a produção de notícias num país reflita de forma sensível e aprofundada a história contemporânea de seu povo, e crie um meio de diálogo entre os cidadãos, e desses com os órgãos e entidades responsáveis por garantir os direitos fundamentais previstos em sua constituição.

O formato narrativo escolhido é uma tentativa de trazer todas essas vozes para a pauta jornalística. Ao mesmo tempo, já que, na reportagem, a narrativa se impõe como técnica da construção da realidade por excelência, o cuidado com o ato de contar uma história deve, para o jornalista, ser tão importante quanto a preocupação com a precisão, correção e verificação dos fatos narrados.

A razão para que o trabalho em questão seja apresentado neste formato parte do interesse em exercitar as potencialidades da narrativa jornalística, no sentido de desenvolver um olhar sobre a produção de informações que busca se colocar no lugar de quem se fala, mergulhando em complexos e distantes universos reais, e tornando-os, através da narrativa, compreensíveis e de fácil identificação para o leitor. Nosso empenho é em assimilar esse olhar não como resultado, mas como processo.

3. OBJETIVOS

3.1 – Objetivo do produto

O objetivo do produto é redigir uma reportagem, a partir de uma linguagem dita literária, que revele quem são e como vivem as mulheres que trabalham tirando fiapos das peças de lingerie de um dos polos de fabricação de roupas mais importantes do país. Queremos denunciar o problema revelando quanto ganham, sob quais condições trabalham, e provar que há, nesta relação de trabalho, características a qualificam como redução do trabalhador à condição análoga a de escravo, conforme descreve o Código Penal Brasileiro. Busca-se, para isso, mergulhar na rotina da cidade de Frecheirinha, entender o pensamento da população, assimilar os costumes e compreender em que contexto essa relação se encaixa dentro daquela comunidade. O objetivo final é que esse material ganhe a formatação adequada para ser publicado nas páginas da revista *Campus Repórter*.

3.2 – Objetivo da pesquisa

O objetivo da pesquisa é analisar como o processo de produção de uma reportagem é afetado ou afeta o resultado pretendido, qual seja experimentar uma linguagem narrativa menos rígida para os padrões da produção noticiosa. Busca-se ainda compreender como o estilo literário, inserido ao gênero da reportagem, consegue assimilar potencialidades no texto que sejam essenciais para a qualidade da informação. Além disso, pretende-se avaliar como esse estilo permite ampliar o olhar sobre o tema proposto pela reportagem a partir das características específicas que a narrativa dita literária impõe ao gênero, e como esse registro contribui para uma aproximação do jornalismo com a experiência metodológica da História enquanto ciência.

4. PROBLEMA DE PESQUISA

No que diz respeito à reportagem, vamos estudar quais são as características mais marcantes do trabalho escravo urbano contemporâneo no Brasil, e como elas se reproduzem no interior recém-industrializado do país. Vamos discutir também como a lei tipifica o crime de redução à condição análoga ao de escravo, e como o crime pode ser identificado.

No que tange à produção jornalística, vamos refletir a construção de uma narrativa em jornalismo que busque informar, sem abandonar quesitos importantes capazes de atrair a atenção e o interesse no leitor, despertando a sensibilidade a partir de um relato que busca inspiração na literatura, no cinema e na fotografia para sua fundamentação.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 – A notícia: uma realidade construída

A notícia é a unidade fundamental do jornalismo. Nela se imprime os fatos, os acontecimentos, aquilo que é atual e de interesse de um grande número de pessoas. Para ser assimilada por elas, a notícia assume um formato específico: o principal objetivo da notícia é *informar*, ou seja, dar forma coerente e verossímil ao caos que emerge da realidade da qual ela advém (KOTSCHO, 1986). É também, como descreve Lage (1985), um bem simbólico e de consumo universal, uma mercadoria constantemente reivindicada, de acordo com Traquina (2005), por um grupo social, o dos jornalistas, que controla o forjamento desse “monopólio do saber” fundamentado sobre a realidade.

Traquina define ainda:

Certamente as notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja, “a realidade”, não pode deixar de ser um fator determinante do conteúdo noticioso (TRAQUINA, 2005, p.59).

Em qualquer uma dessas duas visões complementares, a notícia se constitui como o produto da atividade jornalística, uma vez que é papel de quem cumpre esse ofício ordenar, selecionar e classificar os fatos emergidos da realidade que vão dar sentido à unidade, ou seja, configurar uma forma à experiência da realidade.

Desse ponto de vista, a definição do que é notícia pode variar a partir de duas perspectivas: a que considera o relato noticioso como um espelho fidedigno da realidade, e a de que a notícia é, na verdade, uma construção desta realidade.

A objetividade e imparcialidade profissionais, que são a base da primeira teoria, são componentes controversos entre os estudos em Comunicação. Miquel Rodrigo Alsina (2009), no livro *A construção da notícia*, descreve que é impossível não admitir a possibilidade de que o relato noticioso não seja fruto de um ponto de vista, e refuta o caráter da objetividade e imparcialidade. Segundo o autor, esse olhar reflete não só na hierarquização dos fatos, mas também no nível da linguagem, no processo parcialmente inconsciente de escolha de palavras que descrevem e dão forma verbal ao acontecimento relatado.

Para Tuchman (1983), a notícia não só é uma construção como está no lugar da realidade representando uma série de processos intrínsecos à rotina de produção do jornalista e do veículo para o qual trabalha, e dos interesses aos quais ambos atendem. Como a socióloga descreve, “a notícia é uma janela para o mundo” (TUCHMAN *apud* JORGE, 2006, p. 67), o que não quer dizer que seja *a única*. Tuchman ainda aplica à notícia o conceito de *enquadramento*, descrito por Goffman como “uma ideia organizadora central para dar sentido a acontecimentos relevantes e sugerir o que é um tema” (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 16).

Do ponto de vista estrutural, a notícia se limita a enquadrar um fato ou uma sequência de fatos de forma a cumprir uma série de parâmetros que a história da imprensa legitimou. As técnicas da pirâmide invertida ajudam não só a priorizar o mais importante no relato noticioso, como também auxiliam o profissional respeitar alguns fatores que definem o jornalismo como ofício. A suposta objetividade, a preocupação com o presente e o imediatismo imposto por esse tipo de conteúdo encontram na técnica da pirâmide uma lógica simples e facilmente adaptável às condições variáveis de transmissão da informação.

Esse tecnicismo, por outro lado, se opõe diametralmente à história, como descreve Traquina:

Orientado pelo presente, o jornalismo fornece muito “*foreground*” e pouco “*background*”. (...) De fato, o sistema de ciclos ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiros planos, à custa do aprofundamento e do *background*. (TRAQUINA, 2005, p49)

Embora o termo *enquadramento* seja usado à revelia nas redações de jornais e TVs no Brasil, a noção de limitação que advém do seu conceito é desprezada em prol de uma impressão real de valores fundamentais da ideologia profissional do jornalista. Contudo, a ideia de que um relato que emana do real possa ser construído de múltiplas maneiras e

produzir diferentes significados não elimina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas (HALL, 1984). Pelo contrário, recondiciona o seu papel não como o de mero emissor e construtor de um relato ideal, mas como personagem participante na construção narrativa da História por meio da perspectiva que ele se preocupou em selecionar e em priorizar, em detrimento de outras que, ausentes em seu discurso, podem e devem ser reproduzidas a partir do olhar de outros profissionais de comunicação.

Esta perspectiva particular do jornalista que deve estar expressa em seu relato é o que Tuchman (1983) chama de *estória* no jornalismo. O termo surge de um aportuguesamento do vocábulo inglês *story*, mas, que no Brasil, caiu em desuso. Em português, a grafia com *e* diferenciava a narrativa fictícia da *história* real. Embora os dicionários em geral recomendem a grafia *história* em qualquer situação, o conceito ajuda a compreender um embate entre o real, a construção do real e a ficção sobre o qual está situada discussão acadêmica do que vem a ser notícia. Tuchman entende *estória* não como ficção, mas como o termo que define esta construção subjetiva do real inseparável da definição de notícia.

5.2 – A reportagem: enquadrando múltiplas *estórias*

“A notícia carrega a potencialidade de uma narrativa”, descrevem Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré no livro *Técnicas de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística* (1986). Como os autores especificam, narrativa é qualquer discurso impregnado de verossimilhança, embora ausente de verdade ou de realidade, mas que evoque um “mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço de tempo” (FERRARI E SODRÉ; 1986, p. 11).

A literatura emprestou ao gênero jornalístico as potencialidades da narrativa ficcional. Ainda que distintos, e até opostos entre si, literatura e jornalismo convergem em aspectos específicos. O principal é o que Bulhões (2007) chamou de *narratividade*, a qual define como o ato de contar fatos sequenciais em conexão direta com o fator de *temporalidade*, a partir de

uma “necessidade humana de conhecimento e revelação do mundo ou da realidade” (BULHÕES; 2007, p. 40).

Além do esclarecimento previsto pela notícia, a reportagem cumpre a necessidade de explicar, exemplificar, enumerar e esclarecer os desdobramentos das respostas para as cinco perguntas básicas na notícia (quem, o que, onde, quando, como e por quê). Ainda que a informação seja a principal função de qualquer gênero jornalístico, cabe à reportagem um tratamento mais cuidadoso no momento de *contar* os acontecimentos.

(...) a conquista do jornalismo moderno é usar essa sua força [de informar] de forma sedutora: nenhum rebuscamento estéril, nenhuma forma monótona deve colocar-se entre o olhar do leitor e o fato restituído em sua veracidade. É na *reportagem* – mais do que na notícia, no editorial ou no artigo – que cumpre-se esse mandamento (SODRE; FERRARI, 1986, p. 76).

Se a forma aproxima a reportagem da ficção literária, o que a diferencia é a responsabilidade que a primeira tem com a realidade, ou com o “discurso do que é real”. O direito à forma narrativa legitima a reportagem quando o ato de contar se motiva não do imaginário do autor, mas do ritmo e sequência de situações reais, de fatos cotidianos que, quando trabalhados sob um discurso lapidado pela prosa literária, tornam-se reportagem.

Outra atribuição que a narratividade literária empresta à reportagem está na possibilidade da reconstituição das ações e dos fatos como se o repórter as presenciasse. O repórter, como enunciador da notícia, aproxima o leitor do ocorrido, narrando com detalhes o desenrolar dos acontecimentos como se fosse – e muitas vezes é – uma testemunha. Essa condição lhe dá a chance de assumir a primeira pessoa, o que, em parte, resolve na notícia os embates entre *aquilo que é* e *aquilo que foi visto e como foi visto pelo repórter*.

A necessidade que esse gênero jornalístico tem de assumir um narrador que observa e participa da construção da reportagem está diretamente ligada à ideia de que o texto enquadra, primeiramente, uma visão – notadamente, a do repórter-narrador. O *eu* expresso, ainda que não literalmente, na teia de informações oferecidas na narrativa dá ao leitor a oportunidade de conhecer o que fez, o que disse e o que viu o repórter para obter determinadas informações, e porque decidiu destacá-las em detrimento de outras. Esta perspectiva contribui para imprimir na reportagem a noção de que ela, enquanto narrativa, é composta por um conjunto de impressões subjetivas de um personagem-narrador-repórter a respeito de um fato, ou seja, do

conteúdo objetivo que explica e justifica a presença daquele profissional em campo, inquirindo pessoas, checando dados, verificando e contrapondo informações.

Diferentemente da notícia que busca a impessoalidade no texto com a finalidade de que vigore na narrativa o fato, *aquilo que é*, a reportagem busca um *eu-narrador* que, mesmo quando não está evidentemente declarado, evoca uma percepção mais contextual e complexa sempre à favor do fato, mas em detrimento do que é meramente factual (FERRARI; SODRÉ, 1986).

5.3 – A reportagem na revista: uma notícia desdobrada em várias

Segundo descreve Scalzo (2003), parafraseando a máxima “o meio é a mensagem”, cunhada pelo estudioso canadense Marshall McLuhan, os meios de comunicação modificam o tipo de conteúdo apresentado por causa de suas características e especificidades. Essas divergências têm a ver com a profundidade, durabilidade, formato, periodicidade, segmento de público, etc. Numa revista, por exemplo, o conteúdo deve respeitar cada um desses termos para que se adéque às expectativas do leitor.

A reportagem encontrou sua expressão máxima justamente nesse tipo de publicação, porque o gênero, assim como o meio, assume peculiaridades que só podem ser atendidas de forma recíproca: como a revista, o tempo de uma reportagem é maior que o de uma notícia, o que significa que sua apuração precisa ser mais “verticalizada”, ou seja, menos superficial, e o conteúdo deve ter uma durabilidade que respeite não apenas a qualidade da impressão do material, mas a periodicidade estabelecida para aquela publicação (SCALZO; 2003, p. 39-41).

Além disso, o repórter precisa buscar enfoques mais originais de temas que, às vezes, podem ser batidos e conhecidos do público, mas que ainda não ganharam *aquela* tratamento específico. Essa característica define, esclarece Scalzo (2007), o nome *revista*, que significa “revisar”, “revisitar”, “rever” algum fato do dia-a-dia com mais profundidade e elasticidade de propostas. A estrutura confere à notícia a brevidade enquanto dá à reportagem o caráter de prolongar e desdobrar os fatos, já que “(...) quase sempre a reportagem deriva de uma notícia e pretende, além da informação pormenorizada do fato, uma contextualização desse fato.

Amplia o campo da abordagem e passa a informar, também, sobre o tema” (FERRARI; SODRÉ; 1986, p. 58).

A qualidade do texto é uma característica essencial, segundo recomenda Scalzo, para que o resultado final de uma pauta caiba nas páginas de uma boa revista. Segundo exemplificou Moraes (2007), em um estudo sobre a publicação *Realidade*, foi a qualidade e o tratamento dado aos textos publicados por esta revista que fizeram dela um marco na história da imprensa brasileira. Nestes termos, não só o estilo utilizado pela revista, mas os temas que ela escolhia abordar e o enfoque oferecido ao leitor a fazia ter o “tempero a mais” explicado por Scalzo no trecho a seguir:

Além de conter informações de qualidade, exclusivas e bem apuradas, o texto de revista precisa de um tempero a mais. Diferente do leitor de jornal, o de revista espera, além e receber a informação, recebê-la de forma prazerosa. Ele quer a informação correta, simples e clara (...), mas quer também um texto que não seja seco, como um mero aperto de mão. Resumindo: (...) em revista, texto bom é o que deixa o leitor feliz, além de suprir suas necessidades de informação, cultura e entretenimento (SCALZO; 2003, p.76).

A autora oferece dicas para tornar o texto de revista mais interessante aos olhos do leitor. A linguagem varia de acordo com a publicação e o público que ela visa atender, mas deve ter como finalidade aproximar o leitor da matéria, atraí-lo, interessá-lo até o fim. Organizar a reportagem para que ela siga uma linha encadeada e coerente ajuda a manter a atenção de quem lê o texto; as repetições e lugares-comuns da linguagem empobrecem a redação, ela recomenda (SCALZO; 2003, p.76-77).

“Jornalismo não é literatura”, a autora sentencia, mas sugere que, em revista, a inspiração literária ajuda um jornalista a escrever melhor.

Cores, cheiros e descrições cabem no texto da revista. Apresentar os personagens, humanizar as histórias, dar o máximo de detalhes sobre elas, também. Aprender técnicas de construção de personagens, técnicas narrativas e descritivas é fundamental para quem quer escrever para grandes reportagens (SCALZO; 2003, p.77).

5.4 – Uma narrativa da contemporaneidade e a convergência entre jornalismo e literatura

Em *A arte de tecer o presente*, Cremilda Medina (2003) descreve a complexidade do processo epistemológico pelo qual passou durante a carreira acadêmica na tentativa de cunhar um formato simbólico possível que mediasse na seara da comunicação e do jornalismo a relação do real, do poético e do imaginário. Ela sustenta que a narrativa é essencial para a expressão humana, e que sem a capacidade de dar um formato narrativo à contemporaneidade, o homem não se afirma diante da compreensão do caos, e não se organiza frente às inviabilidades da vida.

As ideias de Medina não apenas contribuem, mas superam a corrente que reflete a necessidade da fantasia para o homem na construção do imaginário, e que se sustenta na narrativa ficcional como uma das formas de suprir essa necessidade. A literatura de ficção é apenas um dos possíveis formatos que satisfazem o desejo do simbólico no cotidiano humano, e que, através dos folhetins romanescos, antes publicados em jornais noticiosos em todo o mundo, ensaiam desde o século XIX uma aproximação não apenas física com o relato noticioso – no sentido de poderem dividir uma mesma página de jornal, e só por isso, assumir-se o poder de o primeiro gênero motivar, inspirar e modificar o segundo – mas também uma aproximação de significados e significantes do que vem a ser representação do real e do que é a ficção (BULHÕES, 2007).

O fortalecimento do *New Journalism* no contexto norte-americano de produção noticiosa dos anos 60 reflete o esgotamento de um formato fordista pré-moldado e de uma geração transgressora, que buscou a inspiração na literatura, no cinema e posteriormente em outras artes, para conceber novos formatos capazes de simbolizar o real, ou seja, novas formas de *in-formar* (Bulhões, 2007. p. 146).

No país em que o jornalismo mais se desenvolveu como sinônimo de prática textual pré-moldada, cujos produtos redacionais passam por uma estrutura similar à linha de produção industrial, compreende-se que o *New Journalism* tenha adquirido o sentido de uma postura libertária. E para elaborar formas expressivas de uma “nova textualidade jornalística, desatrelada da

pasteurização e do pragmatismo noticiosos, desatando o nó da gravata da burocracia redacional, os representantes do *New Journalism* convocaram conscientemente as armas – e os barões assinalados – da literatura (BULHÕES; 2007, p. 147).

Medina reflete em 2003 uma inquietação parecida com a vivida pela geração e pelas redações dos anos 60 nos Estados Unidos e que vem influenciado jornalistas de muitos países. Não obstante, a pesquisadora enxerga essa pasteurização não só no fazer jornalístico, mas na prática acadêmica e, sobretudo, na construção do simbólico, compreendendo que cada uma dessas instâncias influencia a outra. Para ela, as narrativas dispersas hoje em dia não satisfazem o interesse, o desejo e a necessidade humana de se integrarem e interagirem a partir *daquilo que está no lugar* do real, ou seja, a realidade simbólica, principalmente no que diz respeito àquele universo simbólico organizado pela cobertura jornalística.

As narrativas da contemporaneidade, como são descritas por Medina (2003), representam, na área da comunicação, um reflexo da crise de paradigmas que a mediação entre a sociedade e a ciência não deve ignorar. Sob uma perspectiva funcionalista, esse formato de tecer o presente pretende oferecer, tanto do posto de vista objetivo quanto subjetivo, um encaminhamento mais dinâmico e dialógico entre a sociedade e os impasses e paradoxos advindos do real. O desafio é

(...) ir ao encontro das vivências cotidianas e colhê-las não com a metodologia explicativa, mas sim com os afetos e as simpatias da compreensão. As sabedorias humanas da sobrevivência, das múltiplas reinvenções do Estado moderno, das estratégias emergentes na cidade ou no campo, das respostas criativas de todas as faixas etárias frente à indignidade e infelicidade, todo esse itinerário de buscas localizadas no microterritório da experiência humana desperta a comunhão poética com o momento histórico. (MEDINA; 2003, p57)

Diferente do que é preconizado como *grande reportagem*, em que o termo define o objeto por seu aprofundamento e, conseqüentemente, por sua extensão; ou ainda a despeito do status imponente que *reportagem literária* e *New Journalism* reclamam para si, o conceito de narrativa da contemporaneidade busca uma linguagem mais ensaística, desprendida, mas não impedida de roteiros e formatos emprestados de outros gêneros para lhe conceder maior impacto e despertar o interesse do leitor. A busca das narrativas da contemporaneidade, definidas por Medina, é dialogar com as estruturas sociais e simbólicas de forma inter e transdisciplinar, e suprir “(...) a preferência [do leitor] pela informação humanizada, vivida,

exemplificada na cena cotidiana e protagonizada pelos heróis da aventura contemporânea.” (MEDINA; 2004, p. 53).

5.5 – O encanto da rua e o *jornalismo mochilão*

Ricardo Kotscho (1986) sintetizou em uma frase o sentimento que permeia, se não define, a experiência do jornalismo narrativo de fôlego: “Com pauta ou sem pauta, lugar de repórter é na rua.” (KOTSCHO; 1986, p.12). O perfil do repórter que flana pelo cotidiano e cruza com os personagens da vida real encontra em João do Rio, cronista do início do século XX, o principal exemplo brasileiro de sensibilidade jornalística e narrativa na denúncia de uma época. Ele diz, com poesia:

Eu amo a rua. (...) A rua é mais do que isso [que dizem os dicionários], a rua tem alma! Em Banarés, ou em Amsterdão, em Londres ou em Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. (...) A rua é o aplauso dos mediócrs, dos infelizes, dos miseráveis da arte. (...) A rua nasce, como o homem, do espasmo; (RIO; 2001, p28-30)

A rua como o espaço público, a ágora contemporânea onde a realidade está, é muito mais do que simplesmente um ponto geográfico fisicamente identificável, a despeito da imagem que produz a síntese de Kotscho (1986). Embora as ideias de ambos os autores se complementem, a rua em João do Rio vai além do sentido físico, e estabelece uma metáfora para o lugar comum e confortável que rodeia o dia-a-dia do repórter.

O sentimento de descoberta do novo, a busca pela revelação daquilo que ainda ninguém viu, o diferente e extraordinário partem da noção dos critérios de noticiabilidade e do que vem a ser o valor notícia, como definiu Wolf (1987), e motiva o interesse por essa rua metafórica na medida em que ela lhe parecer mais adversa e distante de sua realidade.

Na experiência da produção acadêmica de reportagem em que se insere esse projeto, considerando os processos e os fatores que contribuem para a consolidação de uma pauta

desse calibre frente às possibilidades e limitações tanto do repórter quanto da equipe em questão, a figura do *jornalismo mochilão* encontra pertinência, como citam Marques e Moura (2009, p. 205), ao atribuir a essa mochila, aqui metáfora de uma bagagem compartilhada de informações apenas suficientemente processadas, mas talvez não sedimentadas ou consolidadas pela prática, um símbolo do desafio que é assumido pelo repórter em formação durante o processo de apuração, ou seja, nesse momento de encontro com a rua, frente à possibilidade real e iminente de publicação. Nessas condições, o jornalismo mochilão cabe não só no interesse pela descoberta do estranho novo que a rua possibilita, mas também na prova de fogo, no teste desafiador das práticas que definem um jornalista.

6. CONTEXTUALIZAÇÃO

6.1 – O trabalho escravo contemporâneo no Brasil

Segundo o relatório da ONU de 2010 sobre o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, a exploração da mão de obra escrava no século XXI no país está associada à pobreza, ao problema da concentração de bens, sobretudo de terra, na mão de uma pequena parcela da população que se perpetua em posições de influência na política brasileira.

O relatório indica ainda que a submissão a condições degradantes de trabalho se dá pela situação de extrema pobreza em que algumas famílias se encontram, que migram de suas cidades em busca de oportunidades melhores, mas acabam sendo vítimas de armadilhas características do trabalho escravo contemporâneo. Além disso, mostra que a exploração do trabalho escravo se intensificou no país a partir de 1960, dado a expansão da modernização das técnicas agrícolas na Amazônia Brasileira, a qual requeria o recrutamento de novos trabalhadores (Shahinian, 2010).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho

O sistema que garante a manutenção do trabalho escravo no Brasil contemporâneo é ancorado em duas vertentes: de um lado, a impunidade de crimes contra direitos humanos fundamentais aproveitando-se da vulnerabilidade de milhares de brasileiros que, para garantir sua sobrevivência, deixam-se enganar por promessas fraudulentas em busca de um trabalho decente. De outro, a ganância de empregadores, que exploram essa mão de obra, com a intermediação de “gatos” e capangas (SAKAMOTO; 2007, p. 14).

O governo brasileiro reconheceu a existência do trabalho forçado no país em 1995. O país é membro signatário de numerosos instrumentos internacionais que proíbem expressamente formas contemporâneas de escravidão, e, além disso, mantém uma lei que vai

além da definição de trabalho forçado, incluindo, no artigo 149 do Código Penal, o tráfico interno de pessoas, as condições degradantes de trabalho e dívida por relações de trabalho.

Em 2004, o governo brasileiro estimou que 25 mil pessoas ainda estavam sujeitas à condições análogas ao de escravo no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho. Ainda de acordo com dados do Governo Federal, as principais atividades que empregam a mão de obra escrava no país são a pecuária (38%), a produção agrícola de larga escala como cana-de-açúcar (25%), o desmatamento das florestas (14%), as indústrias de carvão vegetal (3%). O problema afeta principalmente a homens de 15 a 40 anos, e se concentram especialmente nos estados do Norte e Nordeste brasileiros.

6.1.1 – Distinções e peculiaridades do trabalho escravo urbano

O trabalho escravo urbano e contemporâneo no Brasil está principalmente presente na indústria do vestuário, e atinge em sua maioria os imigrantes ilegais que chegam ao país em busca de melhores condições de emprego. Segundo Shahinian (2010), os donos de fábricas e confecções contratam intermediários para recrutar trabalhadores em países da América Latina para trabalharem sob condições humilhantes a despeito de poderem ficar no Brasil ilegalmente. As estatísticas do Ministério do Trabalho e do Emprego apontam que houve a libertação de cerca de 200 pessoas entre 2011 e 2012, todas escravizadas no ramo de confecções. De acordo com a Cartilha do Trabalho Urbano (2011), da organização não governamental Repórter Brasil, a maioria desses flagrantes aconteceram em São Paulo, onde há cerca de seis mil oficinas de costura, a maioria clandestina. Os números levantados pela Comissão da Pastoral do Imigrante em São Paulo dão conta de que, em 2010, havia aproximadamente 100 mil bolivianos vivendo em São Paulo, e mais da metade estava em situação irregular no país.

Outros setores importantes que costumam registrar casos de abusos da condição de trabalho são a construção civil, o mercado do sexo, o setor de infraestrutura do transporte. Os caminhoneiros são frequentemente relacionados a esse tipo de exploração, já que alguns estão

submetidos a jornadas de mais de 20h diárias e condições degradantes de trabalho (SHAHINIAN; 2010).

6.2 – Um Brasil em Frecheirinha (CE)

Frecheirinha é um município do estado do Ceará, no Nordeste brasileiro. Está localizado a 291 quilômetros de Fortaleza e, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 12.991 habitantes. A cidade está localizada na região administrativa de Sobral, e é, desde meados dos anos 1990, um importante polo de moda íntima do país. As cidades mais próximas a Frecheirinha são Tianguá, a oeste, Coreaú, ao norte, e Ubajara, ao Sul. Sobral, a principal cidade da região, de grande importância econômica e industrial para o estado do Ceará, está a 57 quilômetros de distância de Frecheirinha.

Ainda segundo o censo de 2010, os indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano são relativamente baixos, mas equilibrados e em ascensão, levando-se em conta os números dos censos anteriores. A cidade vive um período de extenso desenvolvimento urbano e industrial motivado pelas fábricas do setor têxtil que, desde 1987, viram no município um lugar adequado para se instalar. Atualmente, a cidade é sede para 22 fábricas do ramo, sendo 18 delas de peças íntimas, e as demais, de roupas de cama, mesa e banho.

Apesar do isolamento geográfico de Frecheirinha, situada numa região de convergência entre a Caatinga e a Mata Atlântica, a ampliação de linhas de crédito, aliada à de mão de obra extremamente barata e capacitada, e a proximidade com regiões tradicionalmente reconhecidas pelo desenvolvimento industrial no setor têxtil, estimulou a criação de um dos polos de moda íntima mais importantes do Ceará. O estado é conhecido como um importante centro de fabricação têxtil e manufatureira; para esta fama, o município contribui com o aporte de cerca de 100 mil peças produzidas por dia, desde sutiãs e calcinhas, até toalhas, colchas e outras rendas.

A partir de 1995, a cidade começou a sentir os efeitos da industrialização. A população, essencialmente rural até então, migrou definitivamente para a cidade, que cresceu desordenadamente às margens da BR 222. Como reflexos do desenvolvimento desenfreado estão a limitação do acesso às condições sanitárias adequadas, além da precariedade da infraestrutura urbana. Do total de habitantes, 58,8% (contra 46% em 1991) moram na região urbana, e apenas 12% habitam domicílios com saneamento básico adequado.

O surgimento da atividade de fabricação de lingerie modificou radicalmente o perfil do frecheirinhense. Os homens abandonaram o plantio de grãos e as usinas de cal e migraram para a cidade para trabalhar controlando as novas máquinas que chegavam à cidade para cortar e tingir tecidos; as mulheres, costureiras treinadas pela tradição que dá fama ao estado do Ceará, puderam vislumbrar postos profissionais fora do lar, e almejar certa independência financeira.

As fábricas também incentivaram a alfabetização dos funcionários e certa instrução para lidar com o maquinário, mas, em contrapartida, representam atualmente um risco à população mais jovem que abandona a escola para poder trabalhar. Somente 418 pessoas em toda a cidade possuem o nível superior completo, e da população cuja faixa etária vai dos 14 aos 24 anos, menos da metade (40%) frequenta regularmente alguma instituição de ensino.

A partir da segunda metade dos anos 90, as empresas buscaram profissionalização através de parcerias agências estatais e privadas de apoio ao pequeno empresário, e assistiram o franco desenvolvimento do polo. No início dos anos 2000, a cidade chegou a ter 32 fábricas, e muito embora nem todas tenham resistido, o polo de Frecheirinha é considerado estável e profícuo, segundo avaliação do SEBRAE sobre o potencial econômico e a estabilidade das pequenas e médias empresas da região. As parcerias trouxeram novos investimentos, e hoje o patrimônio das fábricas da cidade está estimado na casa dos bilhões de reais. Os produtos manufaturados em Frecheirinha alcançam todos os estados do Nordeste brasileiro, o Norte, o Centro-Oeste e parte do Sudeste.

6.3 – A revista *Campus Repórter*

A revista *Campus Repórter* é uma publicação-laboratório semestral idealizada pelos professores e alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. A primeira edição foi lançada no ano de 2007 e, como descrevem Marques e Moura (2009, p.208), é “uma revista noticiosa, de informação e entretenimento” e, também um espaço tanto de “(...) ensino-aprendizagem em produção de reportagens como um espaço para construção de (novas) formas narrativas para o jornalismo impresso, especialmente o jornalismo de revista” (MARQUES E MOURA; 2009, p.203).

O espírito que permeia a linha editorial da revista propicia uma experiência interdisciplinar entre professores e estudantes de jornalismo, publicidade, audiovisual, arquitetura, desenho industrial, letras e outros campos correlatos com aptidão para reportagem, fotografia, infografia e diagramação, e tem como referência a “busca pela profundidade e originalidade das pautas, abordagens e narrativas” que inspira o jornalismo de revista experimentado pela revista *Realidade* no Brasil no período de 1966 a 1976 (MARQUES E MOURA, 2009).

Em formato de bolso (22,5 x 15,5), a revista traz a cada edição uma média de cinco reportagens de vários gêneros jornalísticos, entre eles o perfil e a entrevista ping-pong. As maiores reportagem ocupam uma média de 12 a 14 páginas por edição, e as menores, de oito a dez. Além disso, a *Campus Repórter* abre a cada número um espaço para a poesia, a literatura ou as artes visuais como um suplemento que completa o sentido editorial buscado pela publicação.

Campus Repórter é também uma disciplina não-obrigatória ofertada pelo Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da UnB, e concede oito créditos aos alunos que participam da produção de cada edição. Segundo relatam Marques e Moura (2009), os alunos são convidados conforme a avaliação que tiveram em outras disciplinas da Faculdade, pré-requisito para a matrícula em *Campus Repórter*, e apresentam pautas que são aprovadas ou não pelo conselho editorial da revista formado por docentes da Faculdade.

A reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* foi desenvolvida ao longo do primeiro semestre de 2012, período em que a equipe dá os acertos finais para a décima edição da publicação. A reportagem em questão está prevista para ser publicada em fevereiro de 2013, no décimo primeiro número. A equipe atual é formada por um editor-executivo, três editores

de texto, um editor de arte e, por último, um editor de fotografia, todas essas funções exercidas por professores da Faculdade de Comunicação; e por seis repórteres, cinco fotógrafos, seis diagramadores e um secretário de redação, funções essas exercidas por graduandos. Apesar de não participarem efetivamente da produção e do fechamento da edição de número 10, completam a equipe três repórteres que produzem reportagens para a próxima edição.

7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração da reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha*, foi-se necessário dividir o processo de produção em etapas definidas para que os resultados pudessem ser analisados e compreendidos de forma mais clara. Assim, desde o momento da *ideia de pauta* até a redação e edição final, pode-se identificar fases da produção que devem ser consideradas conforme a descrição à seguir das seguintes fases:

- Elaboração da pauta – processo em que há o primeiro contato com o assunto, onde a “ideia” do que quer ser dito deve ser levantada, assim como os primeiros questionamentos e os dados que possam sustentar a matéria. Também é nesse momento em que são identificados os primeiros contatos que possam garantir a aprovação da pauta no conselho editorial da revista *Campus Repórter*: quem deve ser ouvido, porquê, em que momento. Nesse estágio, também necessita-se fazer um orçamento preliminar para identificar a viabilidade econômica da pauta.
- Pré-apuração – processo definido após a aprovação da pauta, em que há o desenvolvimento das ideias e questionamentos, reflexão sobre os desdobramentos do assunto. A pré-apuração prevê um levantamento mais preciso dos dados, identificação clara das primeiras fontes, pré-agendamentos de entrevistas, organização do cronograma de viagem e definição clara das metas e objetivos da matéria a ser produzida. É também o momento de prever

os riscos, as dificuldades e os principais desafios, antever possíveis soluções para esses problemas e tornar a pauta viável do ponto de vista prático.

- **Apuração** – processo do contato com as fontes, do mergulho do repórter no assunto, em que ele pode experimentar o contato direto com fato sobre o qual deverá abordar na reportagem a ser escrita. Nesse momento, são realizadas todas as entrevistas, debates, conversas, e principalmente, é a oportunidade que o repórter tem de observar o fato em si, testemunhá-lo com os próprios olhos, revelar novos desdobramentos ainda não previstos durante os processos anteriores. É também o momento da checagem das informações recolhidas.
- **Redação** – é a fase de dar uma forma de texto jornalístico a tudo o que se foi possível observar, ouvir e constatar durante a apuração. É comum, durante o processo de redação, o repórter perceber a necessidade de complementar alguma entrevista ou resgatar algum dado ou informação que deixou passar durante a apuração. Por isso, é um processo que, praticamente, ocorre de forma concomitante ao de apuração.
- **Edição** – compreende identificar possíveis problemas de conteúdo e de qualidade do texto e resolvê-los. É o momento de mexer na estrutura se ela estiver incompreensível para o leitor, ajustar a linguagem, ampliar o que ficou mal explicado e resumir o que não é tão importante. A edição exige, na maioria das vezes, que a primeira versão do texto seja adaptada e readequada às necessidades do veículo onde a matéria será publicada.

Nesta sessão, considera-se também a descrição da equipe, orçamento e cronogramas definidos para a realização dessa reportagem.

7.1 – Elaboração da pauta

A pauta para a reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* foi elaborada a partir de conversas com alguns familiares moradores da cidade cearense, que relataram como era o trabalho nas fábricas de lingerie do município, e como os funcionários eram explorados sem qualquer conhecimento da fiscalização dos órgãos competentes ausente na região. O interesse pelas fiapeiras surgiu quando os moradores, em contato com o repórter, revelaram o preço que elas ganhavam pela revisão das peças, e por causa da dívida que algumas contraíam com o próprio trabalho, ficando submetidas às exigências dos donos das fábricas até conseguir quitar as dívidas.

Logo em seguida, tentamos levantar, via internet, os contatos de todas as fábricas da cidade, associações e sindicatos que organizam os funcionários, além dos telefones da prefeitura e dos secretários responsáveis por esse setor no município. Ao mesmo tempo, conversas preliminares foram marcadas com pessoas ligadas a organizações e entidades que lutam pelo combate ao trabalho escravo no Brasil, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a organização não-governamental Repórter Brasil.

7.2 – Pré-apuração

Uma vez que a pauta foi aprovada pelo conselho editorial da revista *Campus Repórter*, em março de 2012, a fase de pré-apuração consistiu em fazer contato telefônico com os empresários e funcionários das fábricas para entender melhor como funcionava o trabalho nas confecções da cidade. Ao mesmo tempo, embora não tenhamos obtido sucesso, procuramos fazer contato telefônico com algumas fiapeiras.

Na fase de pré-apuração, o objetivo foi programar um mapa da viagem ao município de Frecheirinha, podendo identificar possibilidades de entrevista e, principalmente, garantir um agendamento de visita às fábricas, o que por telefone também não foi possível.

Com as entidades representantes do setor têxtil do estado do Ceará (Sindicato da Indústria Têxtil do Estado do Ceará, Associação de Moda Íntima do Ceará) e a entidade

representante do ramo em Frecheirinha (Associação dos Confeccionistas de Frecheirinha) foi possível levantar o aporte econômico que as fábricas geravam para o município, e um histórico importante do desenvolvimento do polo em Frecheirinha. Junto ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho, obtivemos dados úteis sobre o trabalho escravo no Brasil, além de pesquisas recentes e identificação de estudiosos importantes no assunto.

Nesta fase foi possível identificar que os registros de trabalho escravo urbano no interior do Brasil eram subestimados, e que não havia estudo ainda sobre esse fenômeno fora de polo industrial de São Paulo. Da maneira como foi possível perceber nesse momento, o trabalho escravo urbano no setor têxtil esteve sempre ligado à imigração ilegal de latino-americanos ao Brasil, sobretudo a São Paulo; e que o fenômeno de descentralização industrial que explica o desenvolvimento das fábricas de Frecheirinha nos últimos 20 anos ainda era ignorado pelas autoridades e pela sociedade civil como um fator que possivelmente contribuiu com a exploração da mão de obra análoga à de escravo no interior do país. Isso ajudou a aquecer a pauta pela novidade que o relato representa para o que se tem como as principais características do trabalho escravo urbano contemporâneo praticado no Brasil.

Nesse momento, foi importante também definir “os lados” que comporiam a matéria. Assim, definimos a quem devíamos recorrer no momento da apuração e que tipo de informações obter para que a reportagem pudesse ser levantada. Assim, o período de pré-apuração foi concluído conforme a definição do quadro abaixo, segundo as orientações para apuração de Pereira Junior (2009):

TABELA 1: Definição dos perfis importantes para a reportagem, e roteiro básico de perguntas.

OS LADOS DA REPORTAGEM	ROTEIRO DE <u>PERGUNTAS</u>
1 - As fiapeiras – o “personagem principal” a) Fiapeiras dentro da fábrica b) Fiapeiras em casa (vamos tentar acompanhar uma	1- Quem são, como e onde vivem, onde trabalham? Estudaram? Já trabalharam em outros lugares? Como aprenderam a cortar fiapo? Há quanto tempo trabalham assim? Que idade têm? 2- Moram com a família? Têm filhos? Possuem casa própria? Dependem de alguma ajuda do governo? 3- Como é o trabalho de fiapeira? Qual é a rotina? Quantas peças fazem por dia? Trabalham quantos dias por mês? Podem tirar

<p>ou duas na rotina dentro e fora das fábricas)</p> <p>c) Ex-fiapeiras que conseguiram mudar de profissão</p> <p>d) As famílias das fiapeiras (mãe, pai, filhos, marido)</p> <p>e) Outros funcionários das fábricas</p>	<p>férias?</p> <p>4- Quanto ganham? O que fazem com o dinheiro? Precisam complementar a renda?</p> <p>5- Quais os desafios do trabalho? Já estiveram doentes por causa do trabalho? Já sofreram algum acidente cortando fiapo? Sentem dores?</p> <p>6- Já tentaram trabalhar em outra função?</p> <p>7- O que acontece quando danificam a peça? Quem fiscaliza? Como a peça danificada é paga?</p> <p>8- Já tiveram dívida por danificar alguma peça? Já foram obrigadas a trabalhar sem ganhar?</p> <p>9- Têm carteira assinada? Direitos trabalhistas?</p> <p>10- Já se sentiram ameaçadas por não conseguir finalizar o trabalho conforme esperado?</p> <p>11- Como é a relação com os patrões? Conhecem os chefes? Como começaram na empresa?</p> <p>12- Pretendem abandonar? Têm sonhos, desejos profissionais?</p> <p>13- Açam que são submetidas à exploração? O que acham do trabalho que fazem e do dinheiro que ganham?</p> <p>14- Que visão têm da chegada das fábricas à Frecheirinha? Açam que melhorou ou piorou as condições da cidade? O que esperam do futuro? O que sonham, o que desejam?</p>
<p>2 – As fábricas – “o lado diametralmente oposto”</p> <p>a) Os empresários / donos (vamos tentar acompanhar a rotina deles)</p> <p>b) Funcionários que</p>	<p>1- Quem são e como trabalham os donos das fábricas?</p> <p>2- Qual é o funcionamento das fábricas?</p> <p>3- Quantos funcionários? Quais os setores?</p> <p>4- Quantas peças produz? Qual o lucro? Quantas lojas/ representantes? Chega a outros estados?</p> <p>5- Qual a história de cada fábrica? Como os empresários</p>

<p>coordenam e monitoram as fiapeiras</p>	<p>começaram?</p> <p>6- Há quanto tempo existem?</p> <p>7- Quais os desafios e dificuldades de uma fábrica no interior do país com um aporte tão importante?</p> <p>8- Quais as vantagens de ter uma fábrica em Frecheirinha? Como lidam com a concorrência?</p> <p>9- Como avaliam a presença das fábricas nas cidades?</p> <p>10- O que pensam sobre os funcionários? E sobre as fiapeiras? Acham que elas ganham o que merecem?</p>
<p>3 – A prefeitura – dados e histórico da cidade</p> <p>a) O prefeito</p> <p>b) O secretário do trabalho e ação social</p> <p>c) Secretário de saúde – dados do Ministério da Saúde</p>	<p>1- Perfil do município: comércio, indústria, serviço público, transporte, saneamento básico, áreas rurais e urbanas.</p> <p>2- Perfil do morador: escolaridade, idade média, salários, hábitos, estatísticas sobre saúde.</p> <p>3- Dados de vítimas em acidentes de trabalho e afins.</p> <p>4- Dados gerais sobre a cidade: quantas fábricas existem, quantos empregos elas geram, quanto o município arrecada com a presença delas? Economia da cidade.</p> <p>5- Quando surgiu a primeira fábrica? Do que o município vivia antes disso?</p> <p>6- Como o município ajuda a capacitar a população?</p> <p>7- Quantos recebem auxílio do governo?</p> <p>8- Conhecem as fiapeiras? Como lidam com a situação delas no município?</p> <p>9- Qual a relação com os empresários? E com os funcionários? Existem parcerias? Alianças políticas?</p> <p>10- Como a prefeitura pode se responsabilizar pelos abusos das empresas?</p>

<p>4 – O Estado – que pode combater e fiscalizar</p> <p>a) Ministério do Trabalho e Emprego</p> <p>b) Ministério Público do Trabalho</p> <p>c) Delegacia regional do trabalho</p> <p>d) Tribunal Regional do Trabalho</p> <p>e) Entidades de fiscalização do estado</p> <p>f) Poder legislativo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- Dados sobre o trabalho escravo no Brasil? Números recentes. 2- Números do trabalho escravo urbano. Perfil dos trabalhadores dessa subdivisão. 3- Quais as dificuldades no combate ao trabalho escravo? 4- Como podem ser avaliadas as relações de trabalho estabelecidas em Frecheirinha? 5- O que o Estado pode fazer para combater esse tipo de exploração? 6- Por que é tão difícil a fiscalização alcançar municípios como Frecheirinha? 7- Como é processada uma denúncia de trabalho escravo? 8- Como os dispositivos legais podem se tornar mais eficazes? 9- Existem reclamações/ denúncias/ processos trabalhistas sobre essa questão em Frecheirinha? 10- As condições de trabalho das fiapeiras configuram trabalho análogo ao de escravo? 11- Alguma fiscalização já foi feita? Quais constatações? Quem realizou? Como o resultado é processado pela justiça do trabalho? Alguém já foi multado? Quando será a próxima fiscalização? 12- O que fez a lei? Como ela se aplica? Quais mudanças estão sendo previstas? 13- Por que se demora tanto para modificar a lei? Quais são os gargalos?
<p>5 – Sindicatos e associações ligados à indústria em Frecheirinha</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- Como acompanham o trabalho nas fábricas de Frecheirinha? 2- Conhecem a realidade das fiapeiras? Como avaliam a situação? 3- Quais as estatísticas de processos envolvendo o setor e o não-

	<p>cumprimento das leis trabalhistas?</p> <p>4- Como a categoria se mobiliza para a mudança do quadro?</p> <p>5- Como avaliam o respeito aos direitos trabalhistas aos funcionários das fábricas?</p> <p>6- Quais as dificuldades para terem os direitos atendidos?</p> <p>7- Quais outros problemas existem na cidade?</p> <p>8- Quais as dificuldades do setor na cidade?</p> <p>9- Por que Frecheirinha propiciou o surgimento de um polo tão forte?</p> <p>10- Quais os salários praticados? E entre as fiapeiras? É um salário justo? Por quê?</p>
<p>6 – Sociedade civil</p> <p>a) Especialistas em trabalho escravo</p> <p>b) Entidades em Frecheirinha, como igrejas, grupos, etc.</p> <p>c) ONGs no estado e/ou no país que lidam com o assunto</p> <p>d) OIT/ ONU</p>	<p>1- Como se estabelecem as relações de trabalho escravo urbano no Brasil?</p> <p>2- Os mecanismos são os mesmos nas grandes e pequenas cidades?</p> <p>3- Quais os problemas para identificação desses abusos?</p> <p>4- Como as entidades acompanham ou processam as denúncias?</p> <p>5- Como veem a aplicação da lei pelo Estado?</p> <p>6- Por que os abusos acontecem? Que condições são comuns e evidentes?</p> <p>7- Por que o caso das fiapeiras de Frecheirinha pode ser considerado exploração de mão de obra escrava?</p> <p>8- Quais as dificuldades no combate ao problema?</p> <p>9- Qual o perfil dos explorados?</p> <p>10- Qual é o parâmetro internacional do problema? Quais acordos o Brasil já estabeleceu no combate à escravidão? O país consegue cumprir os acordos?</p>

	11- Como são as leis em outros países? Como países orientais conseguem minimizar o problema? O que o Brasil pode aprender com a experiência desses países?
--	--

7.2.1 – Cronograma de viagem

Com o roteiro acima descrito, pudemos definir os nossos focos e estabelecer metas de apuração tão logo chegássemos à Frecheirinha. Como, do período de pré-apuração, poucas perguntas haviam sido respondidas e, ainda, se fazia essencial para a existência da reportagem uma conversa com as fiapeiras antes de estabelecermos contato com qualquer outra fonte, o nosso objetivo principal, uma vez na cidade, era se inserir naquela realidade, observar e compreender as relações múltiplas e dúbias que o problema da exploração da mão de obra escrava em Frecheirinha poderia suscitar.

Ainda no nível da hipótese, listamos quatro relações essenciais que deveriam ser observadas pela equipe de reportagem ao longo da viagem à Frecheirinha, que poderiam resolver todas as dúvidas sobre o problema levantado. Estão a seguir listadas as seguintes relações foco de nossa atenção:

- a) Fiapeiras *versus* fábricas (patrões);
- b) Fiapeiras *versus* família e comunidade;
- c) Fiapeiras *versus* Estado;
- d) Estado *versus* fábricas.

A viagem foi marcada para 2 de maio de 2012, considerando a melhor data para a equipe não prejudicar os trabalhos que vinham sendo realizados em outras disciplinas da universidade e nos estágios. A data também ficou condicionada à liberação de bolsa auxílio-viagem concedida pela Faculdade de Comunicação. Além disso, consultamos o calendário do

município para garantir que não estávamos chegando num dia ruim, como um feriado, que pudesse prejudicar a apuração.

Com a viagem de apenas oito dias (seis dias efetivos e dois de traslado), e considerando a definição do foco de trabalho na cidade, estabelecemos o seguinte cronograma de viagem:

TABELA 2: Cronograma da viagem à Frecheirinha, Ceará.

DIA DE VIAGEM	ATIVIDADES PROGRAMADAS
Quarta-feira, 2/05/2012 – DIA 1	<i>Translado:</i> Brasília – Fortaleza (3h) - Previsão de chegada: 14h <i>Translado:</i> Fortaleza: Frecheirinha (5h) - Previsão de chegada: 23h
Quinta-feira, 3/05/2012 – DIA 2	<i>Manhã:</i> - Visita à Fábrica Di Perola – donos e chefes - Visita à Fábrica Brumarie – donos e chefes - Identificar fiapeiras de ambas as fábricas <i>Tarde:</i> - Visita a confecções de menor porte, identificando fiapeiras <i>Noite:</i> - Visitar e conversar com pelo menos duas fiapeiras em casa. Conhecer suas famílias, seu bairro, etc.
Sexta-feira, 4/05/2012 – DIA 3	<i>Manhã:</i> - Acompanhar uma fiapeira no trabalho, empresa grande (Di Perola? Hardy? Brumarie?) - Conversa com o patrão, outros funcionários ligados ao trabalho da fiapeira

	<p><i>Tarde:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar o trabalho de uma fiadeira em confecções menores - Descobrir fiadeira que trabalha em casa / acompanhar o trabalho dela, rotina até o início da noite <p><i>Noite:</i></p> <p>Visitar as fiadeiras que acompanhamos no turno da manhã.</p>
Sábado, 5/05/2012 – DIA 4	<p><i>Manhã:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ir às lojas conversar com outros funcionários. - Conversa com proprietário(s) das fábricas. <p><i>Tarde:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a rotina de alguma fiadeira que possa fazer parte da reportagem <p><i>Noite:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Livre
Domingo, 6/05/2012 – DIA 5	<p><i>Manhã:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Livre <p><i>Tarde e Noite:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ir a igrejas e visitar novamente as casas das fiadeiras que já conhecemos para ver como se preparam para o dia seguinte.
Segunda-feira, 7/05/2012 – DIA 6	<p><i>Manhã:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura / Associação / Sindicato <p><i>Tarde:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Delegacia / Tribunal Regional / Fórum / Donos das fábricas respondem às questões levantadas pelas fiadeiras

	<i>Noite:</i> - Avaliação do que falta para ser resolvido no dia seguinte.
Terça-feira, 8/05/2012 – DIA 7	Dia reservado para fazer o que ficou faltando dentro do cronograma, ou de possíveis pendências que possam surgir. <i>Translado:</i> Frecheirinha - Fortaleza (5h) - Previsão de chegada: 23h
Quarta-feira, 9/05/2012 – DIA 8	<i>Translado:</i> Fortaleza – Brasília (3h) - Previsão de chegada: 10h

Apesar da definição do cronograma, alguns contratempos nos obrigaram a modificá-lo conforme as necessidades. Um atraso no voo logo na saída de Brasília nos fez transferir o traslado entre Fortaleza e Frecheirinha para a manhã do dia seguinte, o que nos tirou um período de apuração. Mas o tempo perdido não foi prejudicial, uma vez que reservamos todo o dia da última terça-feira de viagem para caso acontecesse alguma emergência como essa. De modo que conseguimos, em certa medida, respeitar o cronograma ou, pelo menos a partir dele, orientar nosso trabalho na cidade e organizar nossa apuração.

7.3 – Apuração

Como logo de início percebeu-se que conhecer o interior das fábricas exigiria um trabalho hercúleo de convencimento junto aos responsáveis pelas empresas, ficou decidido que, pelo menos nos primeiros dias, repórter e fotógrafa sairiam juntos para realizar as entrevistas e as fotos ao mesmo tempo.

Assim que pudemos, visitamos as fábricas maiores, estabelecemos contato com seus funcionários, buscamos meios de entrar em contato com os proprietários e procuramos nos

inteirar do funcionamento das empresas em Frecheirinha. Apresentávamos-nos como estudantes de jornalismo de Brasília que visitavam a cidade para fazer uma reportagem sobre as fábricas de lingerie. Fomos bem recebidos pela maioria das empresas, que abriram as portas para conhecermos a rotina de trabalho.

Ao longo dos seis dias, buscamos sete das 18 fábricas e confecções do município; conseguimos conhecer o interior de cinco. Uma delas, por acaso a maior e menos amadora das fábricas, a Diamantes, só permitiu a nossa entrada quando a promotora da cidade nos acompanhou, exigindo que as portas da empresa fossem abertas à nossa apuração. As negociações com a Diamantes começaram no primeiro dia de viagem, mas só conseguimos conhecer o ambiente no penúltimo dia de estadia na cidade. Fizemos solicitações formais, contatamos os responsáveis via e-mail e telefone, fomos pessoalmente à empresa, mas não fomos recebidos em nenhuma das vezes. Apenas durante a entrevista com a promotora, quando dissemos da dificuldade de acessar esses espaços, e ao perguntar se ela entendia o motivo dessa precaução rigorosa, a própria promotora sugeriu que a acompanhássemos, naquele mesmo momento, até a fábrica. Foi o que fizemos. Em cinco minutos, conseguimos não só entrar, como conhecer todos os setores, conversar com um representante que nos guiou na visita, fotografar e, ainda, mostrar que as condições de trabalho também ali, não mudavam para as fiapeiras.

A visita foi fundamental para estabelecer o nível avançado de industrialização em que a cidade se encontrava, e para compreender os sentimentos ambíguos alimentados pela população frecheirinhense com relação à empresa, e que nossa apuração identificou ao longo das entrevistas realizadas.

O encontro com as fiapeiras foi o segundo desafio: arredias, poucas queriam falar ou revelar a desconhecidos os detalhes da relação de trabalho que mantinham com seus empregadores. Mesmo assim, buscávamos deixá-las à vontade para conversar sobre o assunto, e a decisão de não usar o gravador e, num primeiro momento, nem mesmo a máquina fotográfica, foram decisivos para conquistar a confiança das fontes. Nas primeiras tentativas, em que usávamos os equipamentos logo no primeiro encontro, as conversas rendiam pouco porque os entrevistados pareciam constrangidos e evasivos. A partir dessa definição, apenas as entrevistas com fontes ligadas ao Estado, que pudessem oferecer informações oficiais, foram registradas com gravador. Todas as demais entrevistas foram feitas com auxílio de bloquinho de papel, ou seja, anotadas à mão conforme a conversa se desenvolvia. Aquelas

poucas realizadas por telefone (restritas à segunda fase da apuração, em que se buscou ouvir especialistas e organizações da sociedade civil sobre o assunto) não puderam ser gravadas, por limitação de equipamento especial e, por isso, também foram feitas com o uso de bloquinho.

Uma das fontes mais difíceis de conversar foi a fiapeira Raimunda Souza. Localizamos Raimunda no fim de uma visita à fábrica Hardy e, logo num primeiro momento, ela pareceu bastante interessada em nosso trabalho. Marcamos um horário para nos encontrarmos depois, naquele mesmo dia, na casa da própria fiapeira, onde teríamos a oportunidade de falar com a mãe dela, também fiapeira e, talvez uma ou duas colegas de trabalho. Mais tarde, Raimunda, acompanhada somente do marido, parecia não querer falar muito sobre o trabalho que fazia, e parecia preocupada em dizer o quanto era grata aos patrões pela oportunidade de trabalho que tinha. A impressão que ela passava era de ter sido avisada que o nosso trabalho poderia de alguma forma prejudicá-la na empresa caso revelasse algo que seus supervisores desaprovassem.

Percebemos que talvez o receio estivesse na metodologia de abordagem, e precisamos reavaliá-la. A visita à casa de Raimunda foi crucial para entender não só o trabalho da fiapeira, mas as relações engendradas entre empregados e empregadores. Procuramos nos aproximar mais dos funcionários da Hardy, e voltamos à fábrica para conhecer a proprietária e entender melhor a rotina de trabalho dos funcionários. Com a segunda visita, Raimunda parecia mais à vontade com nossa presença, e finalmente conseguimos bons resultados ao questioná-la sobre suas funções na Hardy Lingerie.

Outro encontro fundamental foi com a ex-fiapeira Neys Silva que, por ter processado a empresa onde trabalhou por não ter sido devidamente remunerada, pôde nos dar uma perspectiva mais crítica do próprio trabalho que realizava, e da relação extraprofissional que mantinha com seus superiores. A proprietária da Hardy Lingerie, Terezinha Santos, foi importante para percebermos o lado do empreendedor, e as dificuldades que o empresário enfrenta ao abrir um negócio numa cidade como Frecheirinha.

Como no mesmo dia toda a cidade sabia que havia “forasteiros” pesquisando sobre o trabalho nas fábricas, isso de certa forma ajudou a estabelecer encontros informais, mas muito reveladores em bares e restaurante, onde os moradores nos abordavam informalmente para saber mais do que estávamos fazendo ali.

Nesses encontros, aproveitávamos para manter com eles uma relação de maior proximidade, entender melhor todo o contexto que contribuiu para a realização da reportagem e porque era tão comum a expressão de surpresa, seguida de uma expressão de compreensão por parte da maioria das fontes que nos ouviam falar em “trabalho escravo”.

Ajudou muito nesse processo o contato quase diário via e-mail que mantínhamos com a equipe em Brasília. Por meio de relatórios escritos no fim dos dias de trabalho, descrevíamos os resultados positivos, as dificuldades e os fracassos, e obtínhamos respostas imediatas que ajudavam a solucionar qualquer problema enquanto estivéssemos na cidade, uma vez que, sem possibilidade de retorno, não seria possível deixar algum detalhe para depois. Ao mesmo tempo, mantivemos um diário de bordo, também atualizado diariamente, onde descrevíamos, fotógrafa e repórter, cada avanço do dia, e discutíamos juntos as metas para o dia seguinte. A essência do que foi relatado ao longo da viagem à equipe em Brasília e do conteúdo do diário de bordo se mantiveram na redação final da reportagem.

Após o período de entrevistas *in loco*, procuramos as fontes que ajudariam a compreender a situação de Frecheirinha. Os contatos com o Ministério Público do Trabalho, em Brasília, e com a ONG Repórter Brasil, em São Paulo, nos ajudaram a colocar a apuração numa perspectiva ampliada – o que, em seguida, combinado ao período de greve pelo qual a Universidade de Brasília passou, prejudicou o cumprimento dos prazos para a apresentação do produto à Faculdade de Comunicação, prevista primeiramente para o fim do primeiro semestre de 2012, conforme descrito na sessão 7.9 – *Cronograma da pesquisa*.

Nesta fase de apuração, o questionamento levantado por uma das fontes, o procurador Jonas Moreno, foi os problemas que poderiam causar ao repórter, à fotógrafa e também à instituição de ensino uma denúncia como a que estava sendo feita à revelia de uma apuração do Ministério Público do Trabalho. Moreno explicou que as reportagens produzidas no país sobre trabalho escravo normalmente sucediam o trabalho do Ministério Público como uma forma de proteger os organismos de imprensa de possíveis processos que questionassem a tese das reportagens, e que a iniciativa podia repercutir de forma negativa para quem estivesse com ela envolvido.

O processo de apuração e redação foi prejudicado por dois motivos: o questionamento importante levantado pela fonte deveria ser discutido com a equipe, para que pudessem ser reavaliadas as possibilidades da sustentação da reportagem. Mas isso foi prejudicado pela greve que a Universidade de Brasília e, conseqüentemente, a Faculdade de Comunicação

havam acabado de aderir. Durando de maio a setembro, o distanciamento da equipe e os problemas que a apuração havia identificado contribuíram para uma elevada desmotivação do repórter no sentido de levar o trabalho adiante.

Mais uma vez, o encontro com a ex-fiapeira frecheirinhense Neys Silva se mostrou indispensável para a sustentação da pauta. Como ela havia processado a empresa onde trabalhou, continha nos autos do processo dados valiosos que serviam de prova inconteste da prática indiscriminada da exploração da mão de obra análoga a de escravo em Frecheirinha, conforme tipifica a lei brasileira. A posse de uma cópia do documento renovou as motivações da equipe e impediram que a pauta fosse derrubada, como se diz no jargão jornalístico.

O roteiro de perguntas definido no período de pré-apuração e descrito na TABELA 1 desta memória ajudou a manter a ordem das entrevistas, já que o foco do que era importante questionar à fonte estava ali listado. Conforme a apuração ia sendo realizada, novas perguntas iam sendo acrescentadas às fontes que ainda faltavam ouvir. Isso ajudou a montar um quadro muito claro que seria a reportagem antes mesmo da fase de redação, e avaliar a qualidade e quantidade das informações obtidas ao final do processo – ponderação fundamental na difícil hora de saber o momento certo para parar de apurar e começar a escrever.

7.4 – Redação

Após o longo período de apuração, estava muito claro que a reportagem devia ser dividida em até sete movimentos, conforme descrito na tabela a seguir:

TABELA 3: ROTEIRO PARA REDAÇÃO DA REPORTAGEM

ESTRUTURA DO TEXTO	O QUE VAI CONTER	PERSONAGENS QUE AJUDAM A NARRAR
<i>Lide:</i> As fiapeiras de	- Quem são, o que fazem e a	- A história da abolição dos

Frecheirinha	<p>que preço fazem as fiapeiras;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Onde: contexto sobre Ceará, e sobre Frecheirinha. Região da Ibiapaba; - O quê: Contexto da indústria têxtil em Frecheirinha e trabalho escravo. - Quando: contexto sobre trabalho escravo. Breve histórico: a passagem entre o passado e o presente; 	<p>escravos no Ceará. Chico da Matilde, o dragão do mar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comparação breve do passado com o presente; - Frecheirinha como personagem: como é a cidade;
<p><i>Sublide</i>: O funcionamento das fábricas / como é o trabalho das fiapeiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Como funcionam as fábricas; - Números da cidade que dizem respeito à indústria de lingerie; - A importância do polo/ Como a Hardy e a Diamantes chegaram lá; - Como é o trabalho das fiapeiras / condições / carteira de trabalho. - Cálculo de quanto produz uma fiapeira em comparação à produção da fábrica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Raimunda Souza, a Nonata, fiapeira (conduz toda a descrição) - Os funcionários da Hardy: Samantha Ximenes, Sandra Araújo, Débora Silva, Diego Pontes - Sandra Pinto, a supervisora de Raimunda
<p><i>Corpo 1</i>: O Estado / A sociedade civil</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O que diz a lei? - Como Frecheirinha se 	<ul style="list-style-type: none"> - Jonas Moreno, procurador do Trabalho

	insere nesse contexto? - O trabalho escravo urbano, o que é? - Números no Brasil. - As peculiaridades de Frecheirinha.	- Padre Antônio Canuto, Pastoral da Terra - Paulo Girardi, pesquisador sobre trabalho escravo - Natália Suzuki, pesquisadora da Repórter Brasil
<i>Corpo 2: A constatação do trabalho escravo/ CLÍMAX</i>	- Situação de exploração; - Dívida por trabalho; - Relação de dependência; - Processo no Tribunal do Trabalho: o que diz defesa/ o que diz acusação? - Perfil geral da fiapreira, condições de trabalho, ambiente.	- Neys, o personagem que “impulsiona” a matéria. - Maria de Fátima, ex-fiapreira - Maria Benoísta (fiapreira), e família;
<i>Corpo 3: O outro lado / o empregador</i>	- História do empresário; - Desafios da fábrica; - Nível de industrialização; - Opinião sobre funcionários; - O que pensa sobre as fiapreiras/ sobre trabalho escravo; - A associação dos confeccionistas/ a prefeitura; - Os gargalos de treinamento	- Terezinha Santos, dona da Hardy - Melissia Costa, da Hardy - Josean Ferreira, da associação / secretário de trabalho da prefeitura - João Viana, da Hibisco - Neto Aguiar, gerente da Diamantes

	/ escoamento;	
<i>Corpo 4: os outros funcionários</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Outras circunstâncias de exploração; - Fiscalizações recentes / constatações; - Fiscalizações e fiapeiras fantasma; - Breve descrição do Cairal. 	<ul style="list-style-type: none"> - A história e Liomarck – atestado médico recusado; - A promotora Caroline; - Resultado das fiscalizações recentes e multa; - As “Marias” do Cairal tirando fiapo na calçada.
<i>Pé: O Macro</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Enquanto isso, em Brasília, a PEC do trabalho escravo; - Tratados internacionais não cumpridos pelo Brasil; - Legislação em outros países. - O exemplo da lei da Califórnia, sobre as laranjas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Frei Xavier Plassat, CTP - Luiz Machado, OIT

O roteiro acima descrito ajudou a manter a coesão e a coerência no momento da redação do texto, e permitiu que o conteúdo mais importante estivesse na reportagem.

7.5 – Edição

O primeiro trabalho de edição começou antes do fim da redação da reportagem, buscando tornar o trabalho da redação mais eficiente e potencializando o tempo. Assim, quando a reportagem marcava aproximadamente 18 mil caracteres, muito próximo do limite de 22 mil, foi necessário que algumas partes contidas no roteiro descrito na TABELA 3 fossem eliminados afim de que a reportagem respeitasse o número máximo de caracteres definindo pela equipe da *Campus Repórter*.

Como o foco estava nas fiapeiras, tudo o que era adjacente a esse assunto foi eliminado. Os prejuízos estão no “corpo 4” e no “pé” da matéria, que precisou ser redefinido. Assim, não valia a pena falar da situação de outros funcionários, uma vez que o nosso objeto de interesse é as fiapeiras; falar sobre a tramitação da PEC do trabalho escravo no Congresso Nacional pareceu, neste momento, desnecessário, uma vez que datava demais a reportagem e não contextualizava adequadamente o problema identificado em Frecheirinha. Além disso, o contexto mundial ampliaria demais o assunto, e fugiria do tema.

A nossa apuração identificou, por exemplo, o jovem Liomarck Silva, de 23 anos. Após um acidente de motocicleta, o cortador da Hardy Lingerie quebrou a clavícula e precisou se afastar por um mês do trabalho. Mas não conseguiu ter o direito de repouso médico atendido, e voltou aos pátios da fábrica onde trabalha 15 dias mais cedo para não ficar muito tempo sem receber o salário. Segundo as normas da empresa, para cada dia faltoso, dois dias são descontados. Ou seja, mesmo sob justificativa médica, e tendo faltado 15 dias, Liomarck ficou um mês inteiro sem pagamento, mas poderia ter sido punido por dois meses caso não tivesse desobedecido à recomendação médica.

A história é absurda e causa comoção, mas tem o outro lado: a dona da fábrica explica que a medida ajuda a manter o comprometimento dos funcionários que, irresponsáveis, segundo ela, não se interessam pelo trabalho, e fora das fábricas abusam de bebidas alcoólicas, põem a vida em risco e prejudicam o rendimento da empresa. A explicação dela não justifica o descumprimento das leis trabalhistas, mas é plausível diante dos números que o município acumula de violência no trânsito e morte de jovens por acidentes como o de Liomarck.

Por representar um tipo muito comum em Frecheirinha, Liomarck poderia fazer uma ligação interessante entre a personagem Raimunda Souza e a empregadora Terezinha Santos, sob a perspectiva da apatia do frecheirinhense que a dona da Hardy reclama ao falar dos próprios funcionários. Mas desenvolver o assunto não contribuiria para fundamentar a questão das fiapeiras, e só atrapalharia. A história de Liomarck não é isolada, mas foi a única identificada pela nossa apuração. Caberia nova pesquisa baseada na denúncia que o rapaz faz como o foco de outra reportagem. Por causa disso, a história dele foi considerada adjacente e cortada da matéria final.

Como Liomarck, algumas fontes previstas para “aparecerem” no “corpo 3” também foram dispensadas, uma vez que a narrativa de um dos personagens, a Terezinha Santos, é bastante emblemática e é utilizada como metáfora para os outros exemplos que, se inseridos, se tornariam repetitivos. Assim, do “corpo 4” apenas o essencial ficou: o retrato das “Marias do Cairal”, que subiu para o “corpo 2” fechando o movimento-clímax, que traz Neys como personagem principal; e o posicionamento da promotora Caroline Rodrigues sobre a presença das fábricas e o trabalho das fiapeiras, que também serviu como um “pé” eficaz para a reportagem.

O texto concluído passou por cinco revisões antes de ser submetido à edição da professora Dione Moura. Nesse período, foi possível constatar e resolver inadequações de estilo, problemas de coesão e coerência, além de erros gramaticais que poderiam prejudicar o bom entendimento do texto. Uma das formas encontradas para facilitar o processo foi produzir uma “boneca” diagramada e imprimi-la, para que as repetições pudessem ser localizadas com mais facilidade e a edição pudesse ser feita de forma mais ágil.

Em seguida, o trabalho de edição se concentrou no uso correto dos termos jurídicos para definir a condição análoga a de escravo. Assim, foram corrigidas as referências que podiam dar margem à interpretação errônea de que igualávamos na reportagem a situação dos escravos do Período Colonial com a realidade de exploração da mão de obra experimentada por alguns habitantes de Frecheirinha. Ao final, mais uma edição foi feita, diante das necessidades da *Campus Repórter* e do tamanho exato para a publicação da matéria, que, com a readequação do tamanho, atingiu o número de cerca de 18 mil caracteres, sem contar os espaços.

7.6 – Orçamento

O orçamento para a produção da reportagem é descrito na tabela abaixo, e diz respeito aos gastos individuais:

TABELA 4: ORÇAMENTO INDIVIDUAL PARA A REALIZAÇÃO DA REPORTAGEM.

TIPO DE GASTO		VALOR (em REAIS)
Viagem / translado	• Aéreo	657,90
	• Terrestre rodoviário	60,00
	• Terrestre urbano	80,00
Hospedagem (sete noites)	• Albergue Fortaleza	65,00
	• Hotel Frecheirinha	150,00
Alimentação em viagem		210,00
Telefone, pilhas, baterias e outros gastos		100,00
TOTAL		1.322,00

Como a pauta foi apresentada para o conselho editorial da revista *Campus Repórter*, a Faculdade de Comunicação disponibilizou uma bolsa auxílio-viagem de R\$ 800,00 por pessoa. Não houve necessidade de aluguel de equipamentos, já que a equipe disponibilizava dos materiais necessários para a realização da reportagem. Como o orçamento descrito acima diz respeito aos gastos de apenas uma pessoa, vale ressaltar que o valor total da realização da matéria aproximou-se em 70% além do total computado acima, uma vez que a equipe em viagem foi composta por um repórter e uma fotógrafa e que, embora algumas das despesas equivalem ao gasto de ambos, outras como translado e alimentação devem ser contadas como gastos independentes para cada um dos membros da equipe.

7.7 – Equipe de produção e de edição da reportagem

Para a realização desta reportagem, integrou-se a seguinte equipe, dentro da estrutura da redação da revista *Campus Repórter*:

- Editor-executivo – cargo ocupado na estrutura da revista pelo professor Sérgio de Sá, que comandava as reuniões de pauta e estabelecia prazos e metas para a produção e redação das reportagens. Ao longo do processo que deu origem ao trabalho sobre as fiapeiras de Frecheirinha, Sérgio acompanhou todo o processo de pré-apuração, sugerindo e questionando assuntos de interesse para a sustentação da reportagem; além disso, no período de viagem, o editor sugeriu caminhos para os desafios surgidos, na medida em que eram relatados pelo repórter e fotógrafa em campo.
- Editora – função exercida pela professora Dione Oliveira Moura, responsável por sugerir leituras e ajudar a manter o ritmo da apuração de acordo com o foco discutido em reuniões de pauta. As primeiras leituras foram feitas por ela, que ajustava com o repórter a qualidade e a quantidade de informações demandadas ao longo do processo. Para a apresentação do produto como projeto final de conclusão de curso, a editora também acumulou a função de orientadora.
- Diretor de fotografia – função do professor Marcelo Feijó, que buscou aconselhar e preparar fotógrafa e repórter para os desafios e dificuldades da produção de imagens que pudessem ser fieis à apuração, mas que ousasse e complementasse a apreciação do assunto tratado em texto por meio das fotografias. Ao fim do processo, selecionou as melhores imagens para a utilização na edição 11 da revista *Campus Repórter*, não apenas da reportagem sobre as fiapeiras, mas de todos os trabalhos que comporiam aquele número da publicação.
- Diretor de arte e diagramadora – o primeiro cargo foi exercido pelo professor Luciano Mendes, e o segundo pela estudante do curso de comunicação Ellen Rocha, matriculada na disciplina para a realização da revista. Após o final da redação da

reportagem, ambos trabalharam junto aos demais membros da equipe as referências visuais e de desenho de página que poderiam contribuir com a reprodução da produção dentro do projeto da revista *Campus Repórter*.

- Repórter – função exercida por mim, que tive como processo todo o trabalho descrito ao longo desta memória.⁴
- Fotógrafa – trabalho a cargo de Jéssica Paula, estudante de jornalismo da faculdade de comunicação e matriculada na disciplina de realização da revista. Jéssica se dedicou a estudar ao lado do repórter e da editora o tema que envolve a história das fiapeiras, e acompanhou o processo desde a pré-apuração, quando se candidatou para fotografar essa matéria especificamente. Além disso, acompanhou o repórter ao longo da viagem, contribuindo não apenas com a produção de imagens, mas com opiniões críticas a respeito do processo de apuração que puderam tornar mais eficazes não só o texto, mas como a produção das imagens que comporiam a reportagem. Jéssica, ao lado do editor de fotografia, selecionou e editou as melhores fotografias a fim de que apenas o material de maior qualidade pudesse ser publicado na revista.

7.8 – Cronograma de pesquisa

O cronograma abaixo é referente ao ano de 2012, e descreve o calendário final. A finalização da reportagem estava prevista para ocorrer em cinco meses letivos, mas precisou se estender e alcançar, no ritmo possível, 11 meses, conforme foi descrito ao longo desta memória e é detalhado no quadro a seguir.

TABELA 4: CRONOGRAMA FINAL DE PESQUISA.

FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
Período de pré-apuração e	Apresentação da pauta à	Processo de apuração à

⁴ Redação em 1ª pessoa do singular, à título de esclarecimento do desempenho dos papéis da reportagem.

levantamento da primeira versão da pauta para apresentação à equipe da <i>Campus Repórter</i>	<p>equipe da revista.</p> <p>Continuidade do processo de pré-apuração, uma vez tendo sido a pauta aprovada.</p> <p>Ajuste e redefinição de foco e método de apuração.</p> <p>Estabelecimento de prazos.</p>	<p>distância. Levantamento de telefones importantes, conversas preliminares e agendamento de entrevistas para a viagem.</p> <p>Levantamento e leitura de bibliografia de referência para produção da reportagem.</p>
MAIO	JUNHO	JULHO
<p>Viagem e apuração <i>in loco</i>.</p> <p>Apuração por telefone de informações adicionais pós-viagem.</p> <p>Estabelecimento de novos métodos, e revisão do foco abordado.</p> <p>Definição do roteiro de redação.</p> <p>Início do processo de redação.</p> <p>Greve da UnB.</p>	<p>Greve da UnB.</p> <p>Processo atrapalhado pela desconfiança de que a pauta poderia não se sustentar.</p> <p>Realização de entrevistas complementares.</p> <p>Revisão de foco.</p> <p>Leitura de bibliografia complementar.</p>	<p>Greve da UnB.</p> <p>Redação da primeira parte da memória da reportagem.</p>
AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
<p>Greve da UnB</p> <p>Continuidade no processo de redação.</p> <p>Seleção de fotos.</p>	<p>Fim da greve na UnB.</p> <p>Finalização da redação.</p>	<p>Processo de edição do repórter.</p> <p>Primeira versão definitiva emitida à editora.</p>
NOVEMBRO	DEZEMBRO	
<p>Leitura e edição da reportagem.</p> <p>Segunda fase de redação da memória. Ajustes.</p>	<p>Fechamento definitivo do texto, emitido à diagramação.</p> <p>Conclusão da memória.</p>	

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS⁵

A primeira reação que esbocei quando ouvi falar das fiapeiras em Frecheirinha foi de dúvida. Duvidei que elas realmente existissem, que fossem sacrificadas de tal maneira para que as empresas de confecção de lingerie pudessem prosperar. Duvidei que alguém pudesse se submeter a condições tão precárias de trabalho e que concordassem em ganhar tão pouco por uma função tão extenuante, já que não existe, em Frecheirinha, a característica do trabalho forçado propriamente dito e que, à princípio, é escolha delas cumprirem as longas jornadas nas fábricas da cidade.

A dúvida motiva mais a pauta do que o próprio tema a ser abordado. O que leva uma cidade em pleno desenvolvimento econômico e industrial a reproduzir de forma sistemática um fenômeno social tão arcaico, chegando a legitimá-lo como forma de sobrevivência inquestionável? A contradição do trabalho escravo contemporâneo é um clichê que desperta curiosidade e comoção, porque invariavelmente envolve pessoas desgraçadas e esquecidas pelo poder público, abandonadas pelo direito de exercer a cidadania e violadas em sua dignidade.

Sobre o assunto em si, no entanto, há muito pouco de realmente novo que possa ser dito. A questão é que todos sabem o que é trabalho escravo, mas não sabem como e com qual frequência acontece, e o quão próximo isso é da realidade de cada um. No jornalismo, os mecanismos sobre os quais o fenômeno ainda continua ocorrendo em pleno século 21 é que confere à pauta o caráter novidadeiro: como explicou uma fonte, a mente criativa e perversa do explorador é imprevisível. É provavelmente por isso que, a cada nova denúncia, o assunto revela uma realidade menos explícita e mais perversa de degradação humana. Sob os olhos do jornalista, o valor-notícia enriquece a partir das histórias comoventes, envolventes e chocantes dessas pessoas, dos detalhes relatados por quem é submetido a essa condição exploratória.

⁵ O autor optou por redigir as Considerações Finais na 1ª pessoa do singular.

O meu principal interesse desde o início era contar essas histórias. Observar a exploração de trabalho análogo ao de escravo em Frecheirinha como um fenômeno explicável -- embora não compreensível -- e característico daquela comunidade que se formou ao longo dos anos no interior do Ceará. Diante das limitações, do ritmo de desenvolvimento e das necessidades daquele município, parecia urgente saber quem eram os homens e mulheres, o sangue vivo por trás dos números que, a nós, nos chegavam primeiro: 18 fábricas e milhões de reais mensais de renda em uma microcidade de 12 mil habitantes que, há menos de 30 anos, abandonou o perfil exclusivamente rural para se tornar uma potência industrial no meio do sertão e que, para isso, paga a cada fiapeira o valor de três centavos pela revisão de cada peça manufaturada. Por uma remuneração que atenda às suas necessidades, a funcionária precisa revisar cerca de 20 mil peças por dia.

Estava claro que era necessário denunciar essa exploração. Revelar a condição das fiapeiras de Frecheirinha se mostrou, desde o início, uma “missão” que implica, no trabalho jornalístico, um caráter de benefício público. Mas, além disso, era preciso, como numa fotografia, revelar a história das pessoas envolvidas no problema como uma radiografia de um Brasil recém-forjado que, após anos de atraso, chegou finalmente aos *tempos modernos*, ainda que sob a égide de uma estrutura social atávica no que diz respeito às relações de trabalho e de acesso ao estado democrático de direito.

Parecia o tema certo para que eu pudesse propor uma linguagem e estrutura do gênero jornalístico mais inspirado na literatura, e que pudesse atrair e interessar o leitor até a última linha, e não apenas o lide. Era preciso informar e comover, entreter e mobilizar. Por outro lado, a dificuldade e o embate quase ético, que me colocou em posição crítica à minha função diante da pauta, foi a de que durante o processo, eu precisava acima de tudo evitar que a experimentação de gênero, o exercício e o projeto de conclusão em busca de uma diplomação fossem mais importantes que o fato em si, e que eu não estava usando do drama alheio para descobrir os limites da minha capacidade de reportar e narrar um fato, da minha competência em ser repórter. Elas são pessoas de verdade, têm um problema de verdade, estão no limite da sobrevivência, e eu simplesmente não podia ser leviano diante disso. O fato é o mais importante, e o texto deve existir em função e em prol dele.

Se a atração pelo estilo literário no gênero jornalístico me traiu pelo caráter experimental diante de uma pauta que parecia urgir de ampla divulgação, foi nele que encontrei conforto para garantir um retrato mais fiel e menos superficial da intensa

experiência que provei ao encontrar com as fiapeiras de Frecheirinha. Foi também uma forma de relativizar os lados da história: como se trata de exploração de trabalho análogo ao de escravo, parece natural a necessidade de que uma narrativa humanista e humanizada assuma o discurso do explorado, desde que essa narrativa não seja jornalística.

A possibilidade de me aprofundar nas histórias dos diferentes personagens e de conhecer de perto suas necessidades, dificuldades e limitações me permitiu construir uma reportagem que, a meu ver, evita maniqueísmos simplórios e atrai interesse porque se isenta de apontar culpados, julgá-los ou condená-los. Nessa perspectiva, me aproximar dos trabalhos acadêmicos em jornalismo que discutem a construção da realidade, os enquadramentos e recortes no fazer jornalístico me permitiu trabalhar com a necessidade de revelar as várias causas de um problema profundo e complicado de se resolver.

É nesse paradigma profissional, que se mistura a necessidade de uma revelação estética do texto jornalístico concomitante a uma expressão fiel dos fatos observados, que me encontrei na difícil tentativa de me expressar de forma mais pessoal, e declarar, ao longo da reportagem, um eu-narrador-observador sem que isso pareça mais importante do que a notícia em si. Escolhi, portanto, escrever “mulheres são exploradas”, e não “eu vi mulheres exploradas”, porque percebi que, em dado momento, parecia o “eu” um registro egoísta que desqualifica a hierarquização do que é realmente notícia. Preferi caracterizar essa presença de forma mais sutil, reduzindo a interferência do repórter no “contar” dos personagens que pude conhecer.

Durante o processo, percebi o risco que representava produzir uma reportagem com uma denúncia tão séria envolvendo empresas de poder econômico relativamente alto, e as consequências jurídicas que isso poderia trazer a mim e à faculdade. A partir de uma clipagem das matérias que foram publicadas mais recentemente e que denunciavam o trabalho escravo no Brasil, localizei, a título de curiosidade, entre 2010 e 2012, cerca de 10 reportagens veiculadas em diferentes plataformas midiáticas, e, invariavelmente, todas estavam condicionadas a alguma ação promovida pelo Estado.

Nas operações combinadas de desbaratamento do trabalho em que participam a polícia, auditores fiscais e jornalistas, a ação deste último profissional depende da dos demais, e, apesar de eximi-lo da necessidade de se aprofundar na apuração para conseguir provar publicamente o crime – uma vez que ele já foi constatado pelo poder público –, esta

associação tira do jornalista a autonomia e dispõe o exercício de sua função a despeito do trabalho dos demais profissionais.

A escolha aparentemente segura de condicionar o trabalho do repórter à ação policial é uma clara inversão do papel da imprensa, que se torna dependente e pouco isenta. Os furos jornalísticos perdem a importância e as reportagens não têm caráter de denúncia porque se esvaziam do poder de antecipar e revelar à sociedade uma condição que deve ser acompanhada com mais atenção e rigor pelo Estado.

Redigir e publicar a reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* foi uma decisão difícil, mas baseada na consciência de que o que a fotógrafa Jéssica Paula e eu vimos no município cearense — conforme relatado na reportagem — pode, assim como foi, ser provado por meio não apenas de depoimentos, mas de documentos contundentes.

Diante disso, foi possível perceber, ao longo da apuração e da redação da reportagem, o quanto a potencialidade da formatação chamada literária — ou, conforme definiu a autora Cremilda Medina, da estrutura de uma narrativa da contemporaneidade — angaria uma apresentação dos fatos em busca de torná-los não apenas coerentes, mas coesos entre si, inseridos numa lógica complexa e compreensível. A necessidade de lançar esse olhar sobre os fatos torna o repórter e narrador uma figura mais honesta para com o seu leitor, na medida em que ele registra em seu relato a marca das impressões pessoais: não apenas a que ele teve diante do que foi observado, mas de como o mesmo objeto é visto pelos diferentes personagens que compõem a história a ser contada, e como essas percepções se completam e se conformam numa lógica coerente, embora não óbvia.

Muito diferente é um esquema narrativo sintético e quase descartável, uma vez que pode ser reproduzido, modificado, simplificado e editado sem grandes perdas no teor informativo, o estilo escolhido para esse projeto garante que o valor-notícia esteja além do que é a notícia em si, ou seja, daquilo que motiva a pauta. É relevante saber, e talvez no mesmo nível de importância, as causas e consequências do fato principal, e principalmente, como isso atinge, a quem isso atinge e de que modo acontece. Humanizar a pauta, dar a chance de o leitor se por no lugar do observador e de quem é observado é uma consequência quase intrínseca do exercício de descrição, presente e essencial para a elaboração de uma reportagem que siga essa estrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRUM, Eliane. **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. São Paulo: Globo, 2009.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2006.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e identificação**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do foca – guia de sobrevivência para jornalistas**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia – métodos de investigação na imprensa**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Raúl Antelo (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1986.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**, São Paulo: Ática, 1985.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente – Narrativa e cotidiano*. São Paulo: Sumus, 2003.

MORAES, Letícia Nunes de. **Leitura das revistas Realidade – 1966-1986**. São Paulo: Alameda, 2007.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 3ª ed. São Paulo, Contexto, 2009.

SILVEIRA, Ada Cristina M. da (org). **Jornalismo além da notícia**. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2003.

THÉRY, Hervé *et al.* **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

TRAQUINA, Nilson. **Teorias do jornalismo – a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional – volume 2**. 2ª ed. São Paulo: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nilson. **Teorias do jornalismo – por que as notícias são como são – volume 1**. 2ª ed. São Paulo: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: G.Gili, 1983.

Periódicos

FILHO, José Claudio Monteiro de Brito. Trabalho como redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana. **Revista Genesis**, Curitiba, v. 1, nº 137, p.637-682, maio/2004.

JORGE, Thaís de Mendonça. **A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa**. UNIrevista – vol. nº 3 (julho de 2006). Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Jorge.pdf> acesso em 23 de agosto de 2012.

HALL, Stuart. **The narrative construction of reality**. Context – vol. nº10. Reprodução da entrevista concedida a John O'hara em 5 de maio de 1983 para a Broadcasting Corporation's Doubletake.

Disponível em:

<<http://www.dalkeyarchive.com/book/?GCOI=15647100186030&fa=customcontent&extrasfile=A12619B9-B0D0-B086-B67F-BF2EEB609D89.html>> Acesso em: 9 de setembro de 2012.

JORGE, Thaís Mendonça. Por uma Didática da Notícia. Experiência extraclasse na construção de Grande Reportagem. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v.1, n.1, p.63-86, abr./jul. 2007. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=6>> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **O jornalismo além fronteira: notas sobre a ética do jornalismo embutido**. Texto escrito para o Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. São Paulo: ONG Repórter

Brasil, 2005. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/jornalismo_alem_fornteira.pdf> Acesso em: 23 de junho de 2012.

MARQUES, Márcia; MOURA, Dione Oliveira. De mochila nas costas, reconstruindo as trilhas da revista Realidade e em busca de novas narrativas. Revista Campus Repórter – UnB. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 203-218, jul./dez 2009.

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/10933>> Acesso em: 23 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasília, DF). **Quadro geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – SIT/SRTE 1995 a 2010**: catálogo. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasília, DF). **Trabalho escravo no Brasil em retrospectiva: Referências para estudos e pesquisas**: cartilha. Brasília, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the special rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences, Gulnara Shahinian – Mission to Brazil**. Human Rights Council: GE. 10-17504 (E), 30 de agosto de 2010.

SAKAMOTO, Leonardo (coord.) **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007.

VIEIRA, Maria Lédio. Frecheirinha – sangue empreendedor nas veias dos confeccionistas. In: CANAMARY, Tereza Kátia Acioli (org). **Histórias de sucesso: experiências empreendedoras**. Fortaleza: Sebrae/CE, 2007.

Intenet

BRASIL. **Código Penal**. Artigo 149 conforme lei nº 10.803 de 11 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2340522/art-149-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>> Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

APENDICES

I. **Versão final da reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha***

[título:] AS FIAPEIRAS DE FRECHEIRINHA

[abre:] *No interior do Ceará, cerca de 200 mulheres encontram-se em situação de trabalho escravo urbano. Longe dos olhos do Estado, elas cortam os fiapos das peças produzidas pelas fábricas de lingerie de Frecheirinha, mas não têm nenhum direito trabalhista garantido: ganham uma quantia irrisória pelo que produzem, e contraem dívidas insolúveis com o próprio trabalho. As fiapeiras de Frecheirinha são o retrato da exploração de trabalho análogo ao de escravo no Brasil em pleno século 21.*

“**NO PORTO DO CEARÁ** não se embarcam mais escravos.” Mas pessoas reduzidas à condição análoga à de servidão ainda existem, mesmo 132 anos depois de o líder abolicionista cearense Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, ter dito essa frase, em 1881. Em Frecheirinha, no interior do estado, cerca de 200 mulheres trabalham sob condições precárias na revisão das lingerie produzidas em um dos principais pólos de fabricação de vestuário íntimo no país, localizado em Frecheirinha, no interior do Ceará.

Elas cortam os fiapos, restos de linhas de costura e sobras de elástico das calcinhas, sutiãs e cuecas confeccionados na cidade, mas trabalham mais de 15 horas por dia sem salário fixo, carteira assinada, pagamento de férias ou qualquer outro

direito trabalhista. Chegam a ganhar menos de três centavos por peça revisada, e têm descontado do salário o valor de venda dos modelos que venham a danificar, quantia que pode chegar a R\$ 50 por lingerie. Algumas precisam trabalhar meses seguidos sem receber para saldar as dívidas com os patrões.

A ironia é que a então província do Ceará tenha sido a primeira a abolir o trabalho forçado no Brasil. "Não há força bruta no mundo que faça reabrir o porto ao tráfico negreiro", anunciou o prático da Capitania dos Portos cearense Chico da Matilde, abolicionista que impediu os jangadeiros de Fortaleza de fazer o transporte de escravos entre a Praia de Iracema e os navios. O bloqueio foi fundamental para forçar a assinatura da lei que, três anos

depois, emancipou 35.508 escravos em todo o estado.

Hoje, na cidade fundada 19 anos após a abolição da escravatura no Ceará, ninguém se lembra da história de Chico da Matilde. Frecheirinha está localizada na porção noroeste do estado, às margens da BR-222, que liga o estado cearense ao Pará. É uma área de intercessão entre o sertão e a serra, que fica quase na divisa com o Piauí. Ali faz calor o ano todo, mas a vegetação é sempre verde e a água, abundante. Segundo os dados do Censo de 2010, o município tem 12.991 habitantes, 58% em área urbana.

Há duas décadas, as principais atividades econômicas da região eram a extração de cal e as plantações de milho e feijão. O passado agrícola começou a ser varrido em 1989, quando a primeira fabriqueta de lingerie se instalou no território, na garagem do número 219 da Rua Tenente Eufrázio, com apenas duas máquinas de costura e duas costureiras.

— UôôôôôôôUUUN!

Às 7h da manhã, ouve-se de qualquer ponto da cidade o apito da maior fábrica, a Diamantes. É o início do expediente para os 1.200 trabalhadores das 18 confecções

de roupa íntima concentradas no município. O som serve também de despertador para os demais moradores. Escolas, comércio e prefeitura só começam a abrir depois do alarme, que substituiu os badalos do sino da igreja.

Raimunda Souza, a Nonata, acorda meia hora antes disso. Quando ouve a sirene, apanha um saco cheio de sutiãs e calcinhas que trouxe para revisar em casa na noite anterior, deixa o marido dormindo e segue para o trabalho, a 30 metros de onde mora. Nonata tem 24 anos e começou tirando fiapo aos 12. Está acostumada com a rotina. Na Hardy Lingerie, a moça trabalha desde 2008.

A meta do dia para os 250 funcionários da Hardy é fabricar cerca de sete mil peças íntimas de todos os tipos. No departamento de arte, quatro empregados fazem o planejamento e a plotagem dos produtos. Do almoxarifado vêm os tecidos, elásticos, linhas, laços e rendas que vão ser utilizados de acordo com a referência da ordem do dia: o código 483/787, por exemplo, indica a fabricação de 700 pares de calcinha e sutiã de cinco tamanhos diferentes, com renda florida e bojo estampado, fecho de metal, lacinho e alça ajustável.

A linha de montagem é semelhante em quase todas as fábricas. Depois da

plotagem, o tecido é cortado e costurado ao elástico e à renda. Em seguida, são colocados as alças, o fundo, o laço de enfeite e o fecho de metal. Cada tarefa é realizada por núcleos formados por até seis pessoas, e a retirada do fiapo é a penúltima etapa. No calorento galpão da Hardy, Nonata divide com quatro colegas o trabalho de cortar com uma tesourinha as linhas em excesso que as máquinas de costura deixaram, os pedaços de elástico e tudo mais que estiver sobrando na lingerie semipronta.

"As fiapeiras são fundamentais na revisão", avalia Sandra Pinto, gerente de produção da Hardy. Peça que tem fiapo não pode chegar à loja porque ainda não está acabada. Para manter o ritmo das tesouras, um supervisor monitora o trabalho das cinco meninas do fiapo. "Se elas estão lentas, o gerente manda acelerar; se conversam demais, a função dele é chamar a atenção", explica a gerente. No final do expediente, o funcionário responsável conta peça por peça e anota o que cada uma delas fez.

Juntas, em uma jornada, as fiapeiras devem tirar os fiapos de seis mil peças. "Não sei nem quantas eu consigo fazer, mas é um monte", admite Nonata. As lingerie não revisadas durante o dia são divididas entre as funcionárias, que terminam o trabalho em casa. Numa quarta-feira, 3.025

lingeries que sobraram foram distribuídas entre as cinco para serem devolvidas prontas no dia seguinte. Parte delas, cerca de 500, estava com Nonata. Na Hardy, as fiapeiras não são obrigadas a levar trabalho para casa, mas como ganham pelo que fazem, quanto mais fiapos tirarem, maior o salário no fim do mês. O valor do trabalho da fiapeira na Hardy Lingerie é de três centavos por lingerie revisada.

Raros são os dias em que Nonata não leva trabalho para casa. Como é considerada uma das funcionárias mais rápidas, chega a tirar uma média de R\$ 600 a R\$ 800 por mês, o que significa cortar os fiapos de cerca de 26.600 peças. Desse total, quase dez mil serão feitas fora do expediente. Se ela optasse por não fazer hora-extra, a renda de Nonata cairia para R\$ 485 mensais.

Errar o corte em uma peça pode sair muito caro. Quando acontece, o preço de venda é abatido no salário da fiapeira no final do mês. Tem peça que é mais difícil de limpar. As mais trabalhadas e caras demoram mais, são mais fáceis de danificar e, por isso, a quantidade final pode variar. As lingerie mais baratas da Hardy custam R\$ 2, e as mais caras chegam a R\$ 15. Na Diamantes, esse valor pode alcançar os R\$ 50.

"Ficar devendo o salário todo, eu tenho medo", assume Nonata. Os olhos baixos, tesoura à mão, tec tec tec tec. Já em casa, ela corta sem parar enquanto dura a conversa. As peças, ela espalha sobre a cama do casal. A TV, que ela só ouve, mas não vê, está ligada na novela, e um ventilador afasta o calor e os pernilongos, tec tec tec tec. Logo, o chão estará coberto por um tapete de fiapos. A fiapeira parece exausta, mas ela sabe que não pode parar.

Nonata coça um dos olhos afastando o sono. Suspira, escolhe outra peça no amontoado de calcinhas e diz: "Tem umas meninas que ficaram sem ganhar uns meses, aí", tec tec tec tec. "Mas não tem outro jeito, né, tem que trabalhar..." As mãos ágeis e as vistas rigorosas revisaram ao longo daquele dia mais de 1.200 lingerie.

A LEI Nº 10.803 DE 11 de dezembro de 2003 define que o trabalho escravo é "reduzir alguém à condição análoga a de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador proposto."

Para o procurador e coordenador nacional de erradicação do trabalho escravo do

Ministério Público do Trabalho, Jonas Moreno, a legislação é clara. "Estão contempladas no texto da lei mesmo aquelas realidades que não foram previstas pelo legislador, mas que existem na mente criativa do infrator", explica. O procurador esclarece que, quando há situações de trabalho forçado, restrição de liberdade, submissão de jornada exaustiva ou trabalho degradante, o crime pode ser tipificado. "Essas práticas não precisam estar combinadas, basta que uma delas exista", garante Moreno.

A pena máxima prevista para quem submete pessoas a condições análogas a de escravo é de oito anos de prisão, além de multa. De 1995 a 2011, mais de 41 mil pessoas foram resgatadas pelo Ministério do Trabalho. Na opinião de Moreno, os dados revelam a dificuldade que o país ainda tem em fiscalizar, punir e prevenir o crime. Só em 2012, o governo federal conseguiu libertar 2.560 trabalhadores explorados, dos quais 2% em atividades urbanas. "Para essa categoria, as estatísticas no Brasil estão subestimadas", completa.

O trabalho escravo urbano existe no Brasil desde o período colonial. Na década de 1980, um século depois da abolição da escravidão, o fenômeno se camuflou na indústria brasileira do vestuário como uma consequência do fortalecimento do

mercado têxtil no país e das altas taxas de desemprego em nações vizinhas. Esses fatores fizeram dos imigrantes latinoamericanos em busca de melhores condições as principais vítimas do trabalho escravo contemporâneo e urbano no Brasil, segundo informa um relatório das Nações Unidas publicado em 2010.

São bolivianos, peruanos e paraguaios que desembarcam ilegais no país à procura de emprego. A pobreza extrema, o medo da deportação e a dificuldade de se adaptarem aos costumes de um país diferente os tornam vulneráveis ao trabalho escravo. Para permanecer no Brasil, eles se submetem a condições degradantes impostas por donos de tecelagens irregulares, onde a regra é reduzir ao máximo os custos de produção.

Longe das metrópoles, a pequena Frecheirinha não desperta interesse da mão de obra estrangeira. Ali, patrões e funcionários compartilham a mesma vizinhança. À missa, ombro a ombro, eles debulham velhos terços de madeira todos os domingos enquanto entoam orações monocórdias e, a cada ano, participam juntos dos festejos em honra à Nossa Senhora da Saúde, padroeira da cidade. As famílias mantêm relações entre si há décadas, de modo que, se nem todo mundo tem algum parentesco entre si, todos se conhecem.

“Nos casos em que há um nível de complexidade maior na organização social, onde as raízes familiares e históricas estão sedimentadas, a relação entre empregador e empregado é diferente da praticada com os imigrantes ilegais”, explica a cientista social Natália Suzuki. Ela é coordenadora do programa Escravo nem pensar, segmento da Repórter Brasil, uma das organizações não governamentais mais atuantes para o combate ao trabalho escravo no país.

“A exploração é a mesma em qualquer lugar, mas o modo sobre o qual ela opera no interior é diferente, e talvez mais perverso”, analisa. “Não é o medo de ser expulso do país que o mantém naquela situação. Mas a honra, a vergonha de ter alguma dívida financeira e moral com um ente importante naquela sociedade”, aponta Natália. “Nesse caso, o que mais importa é a privação da dignidade. O funcionário vê no empregador a figura de benfeitor que fez o favor de dar a ele um trabalho, mesmo sob condições degradantes. O sentimento que o explorado tem, muitas vezes, é de gratidão.”

A cientista social não se surpreende que os mecanismos de exploração estejam presentes nas relações de trabalho das indústrias do interior do Brasil, assim como estão nas metrópoles. “É uma herança clara do coronelismo,

mandonismo, paternalismo. O perfil econômico de algumas cidades mudou, a indústria cresceu, mas as relações de trabalho não evoluíram no mesmo ritmo”, avalia.

A FRECHEIRINHENSE NEYS Silva tem 39 anos e trabalhou como fiapeira por mais de 15. Ela passou pela maioria das confecções da cidade, mas, como tantas outras fiapeiras, preferia fazer o acabamento das peças em casa, fora dos galpões das fábricas. Neys nunca teve a Carteira de Trabalho assinada, nem qualquer direito trabalhista pago pelas empresas para as quais prestou serviço.

Nesse tempo, ela viu algumas confecções abrirem e prosperarem. Outras fecharam as portas do dia para a noite. Neys era considerada uma das tiradoras de fiapo mais experientes da região, e a casa onde mora com a família está de pé graças ao trabalho dela. Hoje, tudo o que Neys quer é manter distância dos fiapos e do tec tec das tesouras.

“Pra mim não tinha tempo ruim”, conta a ex-fiapeira. “Já trabalhei doente, grávida, de resguardo, de dia e de madrugada. O dinheiro era pouco, mas era o que tinha. Em casa, todo mundo ajudava. Essa daí”, e aponta uma das filhas, a mais velha, “começou no fiapo desde cedo. O meu menor até dormia por cima das calcinhas

enquanto a gente trabalhava. Aqui era assim: ou vai pro fiapo ou pro roçado, porque dinheiro não cai do céu, né?”

Quinze mil e duzentas peças, ou R\$ 380, era o que Neys conseguia fazer em um mês. Para complementar a renda da família, ela também acompanhava o marido no cultivo de grãos e vendia cosméticos de revista. A fábrica de lingerie para a qual trabalhou por último foi a Diamantes, e o vínculo durou três anos e 11 meses. À época, a maior empresa da cidade pagava à funcionária o valor de dois centavos e meio por cada lingerie revisada. Pelos últimos três meses de trabalho, Neys não recebeu nenhum tostão.

“Eles diziam que eu estava devendo, e que tinha de compensar umas peças que eu havia danificado. Eu pedia pra ver as calcinhas cortadas, e nada. Ainda assim, não deixei de tirar fiapo.” Em janeiro de 2011, a empresa entregou a Neys cinco conjuntos de lingerie que teriam sido inutilizadas por ela, e a dispensou. “Nunca cortei aquelas peças, e, mesmo que tivesse feito, o valor delas não dava nem a metade do que eles disseram que eu devia. Fiquei sem nada, saí com uma mão na frente e outra atrás.”

O caso foi parar na Justiça do Trabalho. O processo de reclamação trabalhista de número 0337-14, julgado na Vara de

Sobral em 2 de maio de 2011, ignora a relação de dívida contraída com o trabalho, a jornada extenuante e a ínfima remuneração às quais Neys estava submetida, três condições que qualificam o trabalho análogo ao de escravo.

Às vésperas do julgamento da ação, Neys recebeu um telefonema de Claudenia Araújo, uma das sócias da Diamantes Lingerie. “Ela me disse que eu não era ninguém, e que esse processo não ia dar em nada porque eu era nada. Isso me doeu muito, mais do que a demissão. O que ela me disse não tem perdão.”

No processo, a defesa da Diamantes Lingerie alega que “a reclamante prestou serviços de acabamento nas peças apenas de forma esporádica e autônoma, jamais existindo vínculo de emprego entre as partes.” Consta ainda no relatório da ação que Neys, como autônoma, tinha a liberdade para contratar alguém se quisesse aumentar a produção.

“Com a mixaria que eu ganhava, como é que eu podia contratar alguém? Eles disseram um monte de absurdo”, contesta a ex-fiapeira. “Disseram que eu não precisava cumprir meta, que ninguém fiscalizava meu trabalho, que eu não seria repreendida se não conseguisse terminar tudo. Mas às vezes eles tinham uma

entrega grande pra fazer no dia seguinte, e quem tinha que dar conta era eu.”

Para justificar a inexistência de vínculo empregatício, os advogados da Diamantes garantiram que Neys era responsável por comprar os próprios equipamentos. “Eu nunca comprei uma tesoura pra tirar fiapo, eu juro. Sempre que uma cegava, eu ia lá e buscava outra na fábrica.” Outra fiapeira, Maria de Fátima Nascimento, depôs a favor da colega Neys. “Eu estava muito nervosa, nem sabia direito o que o juiz estava me perguntando. Só sei que não é certo o que fizeram com a Neys”, declara a ex-funcionária da Diamantes.

A decisão do juiz acabou favorecendo a Diamantes Lingerie porque Neys não conseguiu provar a relação de trabalho com a fábrica. Depois do julgamento, Maria de Fátima foi acusada de roubar uma camiseta que custava R\$ 23. “O encarregado disse que estava faltando essa peça no meu monte, mas eu disse que não estava comigo. Uma semana depois, eles acharam a camiseta, e aí eu disse que também não queria mais trabalhar pra eles.”

Maria de Fátima não vê relação entre a acusação de roubo e o depoimento dela contra a empresa. “Acho que não foi punição. Eu saí porque escolhi, porque me

senti humilhada. Não quero mais nada com eles. O trabalho no fiapo não compensa.”

Nas calçadas do Cairal, bairro pobre onde vive Maria de Fátima, outras dezenas de mariais passam as tardes nas calçadas tirando fiapo de lingerie. Maria Micaeli, Maria Alessandra, Maria Enízia. “Aqui o que mais tem é fiapeira. A vizinha aqui do lado também é, a menina aí da frente, e a que mora lá naquela casa azul da esquina”, aponta a fiapeira Maria Benoísta, de 26 anos. Ela mostra as três sacolas cheias de calcinha que acabaram de chegar da confecção para a qual trabalha. “Isso aqui eu tenho que terminar até amanhã. Aí, eu mando buscar, eles vêm e trazem mais.”

Enquanto o marido não consegue emprego, Maria Benoísta faz como pode para manter a casa e os três filhos com os R\$ 200 que ganha tirando fiapo. “Quando soube que a fábrica estava precisando de fiapeira, eu não contei pipoca”, recorda. “Eles perguntam: ‘você quer o emprego mesmo? As peças são caras, se você estragar, tem que pagar.’ Mas fora isso o que eu posso fazer?”

Ela lembra que já enfrentou muita dificuldade, e não quer mais ver os filhos passarem fome. A família também recebe R\$ 134 do Bolsa Família. “O dinheiro dá para uma feira, só. Aí, eu consigo uns descontos, compro alguma coisa que os

meninos estão precisando. Não é muita coisa, mas a gente sobrevive.” Maria Benoísta pensa no futuro e sorri otimista enquanto afaga uma das filhas que, como tantas fiapeiras de Frecheirinha, também se chama Maria.

A PROPRIETÁRIA DA HARDY Lingerie, Terezinha Santos, caminha orgulhosa por entre as células da linha de montagem da fábrica que lidera. A empresária cumprimenta todos os funcionários e os trata pelo nome, com intimidade. “Eles são minha família. Assim como eles, eu sou nascida, criada e formada em Frecheirinha.” A viúva, o único filho e a nora são os responsáveis por uma das mais importantes confecções de peças íntimas da cidade.

“Antes das fábricas, Frecheirinha nem existia no mapa. Hoje, nossos produtos estão em todo o país”, revela Terezinha. Espalhada por boa parte dos estados do Norte e Nordeste, a Hardy produz, em média, 150 mil peças por mês e movimenta, no mesmo período, perto de R\$ 1 milhão. “Começamos a vender no Rio de Janeiro, São Paulo e, em breve, chegaremos ao Distrito Federal, e até mais longe. Somos uma força econômica e industrial no meio do nada”, sintetiza.

Terezinha acredita que foi graças à indústria de roupas íntimas que os frecheirinhenses puderam conquistar alguma dignidade. “Éramos uma cidade muito pobre, não tinha emprego para todo mundo, só o que tinha era gente passando fome. Olha só pra hoje! As novas gerações não sabem como era isso daqui.”

A empresária é quase uma unanimidade em Frecheirinha. Os funcionários a admiram, e os ex-empregados se espelham nela. “É uma mulher incansável, que está sempre trabalhando. Dá duro desde os oito anos, já trabalhou na roça, já passou fome. Ela não tinha nada, e ter chegado até aqui é um exemplo para todo mundo”, elogia a nora, Melissia Costa. Terezinha fala de si sem modéstia: “Aqui eu mato mil leões todos os dias.”

Para ela, o maior desafio é combater a apatia dos empregados. “Tem muita gente que não quer nada com o trabalho. Nós investimos em todos eles. Treinamos, oferecemos oportunidades, damos vantagens.”

O treinamento de um funcionário novo dura, em média, seis meses. Na maioria das fábricas, há um núcleo só de capacitação, e a rotatividade é muito grande. Sem incentivos fiscais e driblando as dificuldades de escoamento da produção de uma cidade industrial no interior do

estado, as empresas precisam pagar caro para assumir compromisso com um empregado que nem sabem se vão contratar e, com frequência, preferem mantê-lo na informalidade.

“Tem cesta básica pro funcionário do mês, festa pro núcleo que bate meta, e mesmo assim às vezes as pessoas só estão pensando no ganho imediato, não em crescer”, justifica Terezinha. “Fazemos de tudo pro ‘cabra’ ficar, mas é um desafio lidar com o desinteresse.”

Para a promotora de justiça da cidade, Caroline Rodrigues, é papel do empregador manter as condições adequadas para a realização do trabalho dos funcionários. “Eles têm uma obrigação moral com essa população. Tem adolescente de 13, 14 anos que está largando a escola para ganhar R\$ 200 nas fábricas, e isso é um absurdo.”

Caroline não teme a fama de ser uma pedra no sapato de empresários que não cumprem a lei. “Frecheirinha não tem delegacia, não tem defensor público e a Procuradoria do Trabalho fica em Tianguá, do outro lado da serra. A cidade parece que é feita para não funcionar, nem sindicato tem. Então, tudo o que acontece aqui vem para o fórum.”

A promotora, natural de Fortaleza, foi nomeada para trabalhar em Frecheirinha no

início de 2011. “Quando cheguei, conheci uma senhora que trabalhava com fiapo e ganhava R\$5 por cada sacola enorme de lingerie, em situação de quase mendicância”, conta. “O que me chamou a atenção foi o estado das mãos dela. Vermelhas, descascadas, cheias de calos, como as de alguém que supera os limites para conseguir trabalhar.”

Caroline motivou uma operação de fiscalização do trabalho em abril de 2012 porque constatou irregularidades nas folhas de ponto de algumas empresas às quais teve acesso. “Veio perito, auditor do trabalho e promotor. Eles fotografaram banheiros inadequados, uniformes impróprios, instalações de risco, quadros de metas. O que pode ser feito foi feito, e os estabelecimentos foram multados e obrigados a regularizar a situação dos funcionários. Mas as fiapeiras fugiram dos fiscais”, explica.

Ela acrescenta que a situação das fiapeiras é a mais dramática porque, já que a maioria

não trabalha dentro das fábricas, essas funcionárias são invisíveis aos olhos da fiscalização. “Elas são fantasmas. Ninguém as vê, ninguém sabe a que horas estão lá. É como se não existissem. Os empregadores preferem fechar os olhos, porque é uma mão de obra praticamente gratuita, extremamente necessária, e nem precisa de treinamento”, declara.

Apesar de reclamarem do excesso de trabalho e do pouco que ganham, muitas fiapeiras não encontram condições para sair da situação de exploração. A promotora avalia que, em geral, essa é uma função exercida por pessoas carentes, sem instrução, e que não conseguem se qualificar para atividades mais bem remuneradas. “As fiapeiras não querem ter carteira assinada para não perder a Bolsa Família ou a aposentadoria rural que ganham”, explica. “Elas aqui têm poucas opções e, enquanto se contentam com as migalhas que ganham, as fábricas prosperam.”

II. Versão sem cortes da reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha*

[título:] AS FIAPEIRAS DE FRECHEIRINHA

[abre:] *No interior do Ceará, cerca de 200 mulheres encontram-se em situação de trabalho escravo urbano. Longe dos olhos do Estado, elas cortam os fiapos das peças produzidas pelas fábricas de lingerie de Frecheirinha, mas não têm nenhum direito trabalhista garantido: ganham uma quantia irrisória pelo que produzem, e contraem dívidas insolúveis com o próprio trabalho. As fiapeiras de Frecheirinha são o retrato da exploração de trabalho análogo ao de escravo no Brasil em pleno século 21.*

"NO PORTO DO CEARÁ não se embarcam mais escravos." Mas pessoas reduzidas à condição análoga à de servidão ainda existem, mesmo 132 anos depois do líder abolicionista cearense Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, ter dito essa frase, em 1881. Em Frecheirinha, no interior do estado, cerca de 200 mulheres trabalham sob condições precárias na revisão das lingeries produzidas em um dos principais pólos de fabricação de vestuário íntimo no país, localizado em Frecheirinha, no interior do Ceará.

Elas cortam os fiapos, restos de linhas de costura e sobras de elástico das calcinhas, sutiãs e cuecas confeccionados na cidade, mas trabalham mais de 15 horas por dia sem salário fixo, carteira assinada, pagamento de férias ou qualquer outro direito trabalhista. Chegam a ganhar menos de três centavos por peça revisada, e têm descontado do salário o preço de venda dos modelos que venham a danificar, valor que pode chegar a R\$50 por lingerie. Algumas precisam trabalhar meses seguidos sem receber para saldar as dívidas com os patrões.

A ironia é que a então província do Ceará foi a primeira a abolir o trabalho forçado no Brasil. "Não há força bruta no mundo que faça reabrir o porto ao tráfico negreiro", anunciou o práctico da Capitania dos Portos cearense Chico da Matilde, abolicionista que impediu os jangadeiros de Fortaleza de fazer o transporte de escravos entre a Praia de Iracema e os navios. O bloqueio foi fundamental para forçar a assinatura da lei que, três anos depois, emancipou 35.508 escravos em todo o estado.

Hoje, na cidade fundada 19 anos após a abolição da escravatura no Ceará, ninguém se lembra da história de Chico da Matilde. Frecheirinha está localizada na porção noroeste do estado, às margens da BR-222, que liga o estado cearense ao Pará. É uma área de intercessão entre o sertão e a serra, que fica quase na divisa com o Piauí. Ali faz calor o ano todo, mas a

vegetação é sempre verde e a água, abundante. Segundo os dados do Censo de 2010, o município tem 12.991 habitantes, 58% em área urbana.

Há duas décadas, as principais atividades econômicas da região eram a extração de cal e as plantações de milho e feijão. O passado agrícola começou a ser varrido em 1989, quando a primeira fabriqueta de lingerie se instalou no território, na garagem do número 219 da Rua Tenente Eufrázio, com apenas duas máquinas de costura e duas costureiras.

- UôôôôôôUUUN!

Às 7h da manhã, ouve-se de qualquer ponto da cidade o apito da maior fábrica, a Diamantes. É o início do expediente para os 1.200 trabalhadores das 18 confecções de roupa íntima concentradas no município. O som serve também de despertador para os demais moradores. Escolas, comércio e prefeitura só começam a abrir depois do alarme, que substituiu os badalos do sino da igreja.

Raimunda Souza, a Nonata, acorda meia hora antes disso. Quando ouve a sirene, apanha um saco cheio de sutiãs e calcinhas que trouxe para revisar em casa na noite anterior, deixa o marido dormindo e segue para o trabalho, a 30 metros de onde mora. Nonata tem 24 anos e começou tirando fiapo aos 12. Está acostumada com a rotina. Na Hardy Lingerie, a moça trabalha desde 2008.

A meta do dia para os 250 funcionários da Hardy é fabricar cerca de sete mil peças íntimas de todos os tipos. No departamento de arte, quatro empregados fazem o planejamento e a plotagem dos produtos. Do almoxarifado vêm os tecidos, elásticos, linhas, laços e rendas que vão ser utilizados de acordo com a referência da ordem do dia: o código 483/787, por exemplo, indica a fabricação de 700 pares de calcinha e sutiã de cinco tamanhos diferentes, com renda florida e bojo estampado, fecho de metal, lacinho e alça ajustável.

A linha de montagem é semelhante em quase todas as fábricas. Depois da plotagem, o tecido é cortado e costurado ao elástico e à renda. Em seguida, são colocados as alças, o fundo, o laço de enfeite e o fecho de metal. Cada tarefa é realizada por núcleos formados por até seis pessoas, e a retirada do fiapo é a penúltima etapa. No calorento galpão da Hardy, Nonata divide com quatro colegas o trabalho de cortar com uma tesourinha as linhas em excesso que

as máquinas de costura deixaram, os pedaços de elástico e tudo mais que estiver sobrando na lingerie semipronta.

"As fiapeiras são fundamentais na revisão", avalia Sandra Pinto, gerente de produção da Hardy. Peça que tem fiapo não pode chegar à loja porque ainda não está acabada. Para manter o ritmo das tesouras, um supervisor monitora o trabalho das cinco meninas do fiapo. "Se elas estão lentas, o gerente manda acelerar; se conversam demais, a função dele é chamar a atenção", explica a gerente. No final do expediente, ele conta peça por peça e anota o que cada uma delas fez.

Juntas, em uma jornada, as fiapeiras devem tirar os fiapos de seis mil peças. "Não sei nem quantas eu consigo fazer, mas é um monte", admite Nonata. As lingerie não revisadas durante o dia são divididas entre as funcionárias, que terminam o trabalho em casa. Numa quarta-feira, 3.025 lingerie que sobraram foram distribuídas entre as cinco para serem devolvidas prontas no dia seguinte. Parte delas, cerca de 500, estava com Nonata. Na Hardy, as fiapeiras não são obrigadas a levar trabalho para casa, mas como ganham pelo que fazem, quanto mais fiapos tirarem, maior o salário no fim do mês. O valor do trabalho da fiapeira na Hardy Lingerie é de três centavos por lingerie revisada.

Raros são os dias em que Nonata não leva trabalho para casa. Como é considerada uma das funcionárias mais rápidas, chega a tirar uma média de R\$600 a R\$800 por mês, o que significa cortar os fiapos de cerca de 26.600 peças. Desse total, quase dez mil serão feitas fora do expediente. Se ela optasse por não fazer hora-extra, a renda de Nonata cairia para R\$485 mensais.

Errar o corte em uma peça pode sair muito caro. Quando acontece, o preço de venda é abatido no salário da fiapeira no final do mês. Tem peça que é mais difícil de limpar. As mais trabalhadas e caras demoram mais, são mais fáceis de danificar e, por isso, a quantidade final pode variar. As lingerie mais baratas da Hardy custam R\$2, e as mais caras chegam a R\$15. Na Diamantes, esse valor pode alcançar os R\$50.

"Ficar devendo o salário todo eu tenho medo", assume Nonata. Os olhos baixos, tesoura à mão, tec tec tec tec. Já em casa, ela corta sem parar enquanto dura a conversa. As peças, ela espalha sobre a cama do casal. A TV, que ela só ouve, mas não vê, está ligada na novela, e um ventilador afasta o calor e os pernilongos, tec tec tec tec. Logo, o chão estará coberto por um tapete de fiapos. A fiapeira parece exausta, mas ela sabe que não pode parar.

Nonata coça um dos olhos afastando o sono. Suspira, escolhe outra peça no amontoado de calcinhas e diz: "Tem umas meninas que ficaram sem ganhar uns meses, aí", tec tec tec tec. "Mas não tem outro jeito, né, tem que trabalhar..." As mãos ágeis e as vistas rigorosas revisaram ao longo daquele dia mais de 1.200 lingerie.

A LEI Nº 10.803 de 11 de dezembro de 2003 define que o trabalho escravo é "reduzir alguém à condição análoga a de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador proposto."

Para o procurador e coordenador nacional de erradicação do trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Moreno, a legislação é clara. "Estão contempladas no texto da lei mesmo aquelas realidades que não foram previstas pelo legislador, mas que existem na mente criativa do infrator", explica. O procurador esclarece que, quando há situações de trabalho forçado, restrição de liberdade, submissão de jornada exaustiva ou trabalho degradante, o crime pode ser tipificado. "Essas práticas não precisam estar combinadas, basta que uma delas exista", garante Moreno.

A pena máxima prevista para quem submete pessoas a condições análogas a de escravo é de oito anos de prisão, além de multa. De 1995 a 2011, mais de 41 mil pessoas foram resgatadas pelo Ministério do Trabalho. Na opinião de Moreno, os dados revelam a dificuldade que o país ainda tem em fiscalizar, punir e prevenir o crime. Só em 2012, o governo federal conseguiu libertar 2.560 trabalhadores explorados, dos quais 2% em atividades urbanas. "Para essa categoria, as estatísticas no Brasil estão subestimadas", completa.

O trabalho escravo urbano existe no Brasil desde o período colonial. Na década de 1980, um século depois da abolição da escravatura, o fenômeno se camuflou na indústria brasileira do vestuário como uma consequência do fortalecimento do mercado têxtil no país e das altas taxas de desemprego em nações vizinhas. Esses fatores fizeram dos imigrantes latino-americanos em busca de melhores condições as principais vítimas do trabalho escravo contemporâneo e urbano no Brasil, segundo informa um relatório das Nações Unidas publicado em 2010.

São bolivianos, peruanos e paraguaios que desembarcam ilegais no país a procura de emprego. A pobreza extrema, o medo da deportação e a dificuldade de se adaptarem aos

costumes de um país diferente os tornam vulneráveis ao trabalho escravo. Para permanecer no Brasil, eles se submetem a condições degradantes impostas por donos de tecelagens irregulares, onde a regra é reduzir ao máximo os custos de produção.

Longe das metrópoles, a pequena Frecheirinha não desperta interesse da mão de obra estrangeira. Ali, patrões e funcionários compartilham a mesma vizinhança. À missa, ombro a ombro, eles debulham velhos terços de madeira todos os domingos enquanto entoam orações monocórdias e, a cada ano, participam juntos dos festejos da cidade em honra à padroeira. As famílias mantêm relações entre si há décadas, de modo que, se nem todo mundo tem algum parentesco entre si, todos se conhecem.

“Nos casos em que há um nível de complexidade maior na organização social, onde as raízes familiares e históricas estão sedimentadas, a relação entre empregador e empregado é diferente da praticada com os imigrantes ilegais”, explica a cientista social Natália Suzuki. Ela é coordenadora do programa Escravo nem pensar, segmento da Repórter Brasil, uma das organizações não governamentais mais importantes para o combate ao trabalho escravo no país.

“A exploração é a mesma em qualquer lugar, mas o modo sobre o qual ela opera no interior é diferente, e talvez mais perverso”, analisa. “Não é o medo de ser expulso do país que o mantém naquela situação. Mas a honra, a vergonha de ter alguma dívida financeira e moral com um ente importante naquela sociedade”, explica Natália. “Nesse caso, o que mais importa é a privação da dignidade. O funcionário vê no empregador a figura de benfeitor que fez o favor de dar a ele um trabalho, mesmo sob condições degradantes. O sentimento que o explorado tem, muitas vezes, é de gratidão.”

A cientista social não se surpreende que os mecanismos de exploração estejam presentes nas relações de trabalho das indústrias do interior do Brasil, assim como estão nas metrópoles. “É uma herança clara do coronelismo, mandonismo, paternalismo. O perfil econômico de algumas cidades mudou, a indústria cresceu, mas as relações de trabalho não evoluíram no mesmo ritmo”, avalia.

A FRECHEIRINHENSE NEYS Silva tem 39 anos e trabalhou como fiapeira por mais de 15. Ela passou pela maioria das confecções da cidade, mas, como tantas outras fiapeiras, preferia fazer o acabamento das peças em casa, fora dos galpões das fábricas. Neys nunca teve a

Carteira de Trabalho assinada, nem qualquer direito trabalhista pago pelas empresas para as quais prestou serviço.

Nesse tempo, ela viu algumas confecções abrirem e prosperarem. Outras fecharam as portas do dia para a noite. Neys era considerada uma das tiradoras de fiapo mais experientes da região, e a casa onde mora com a família está de pé graças ao trabalho dela. Hoje, tudo o que Neys quer é manter distância dos fiapos e do tec tec das tesouras.

“Pra mim não tinha tempo ruim”, conta a ex-fiapeira. “Já trabalhei doente, grávida, de resguardo, de dia e de madrugada. O dinheiro era pouco, mas era o que tinha. Em casa, todo mundo ajudava. Essa daí”, e aponta uma das filhas, a mais velha, “começou no fiapo desde cedo. O meu menor até dormia por cima das calcinhas enquanto a gente trabalhava. Aqui era assim: ou vai pro fiapo ou pro roçado, porque dinheiro não cai do céu, né?”

Quinze mil e duzentas peças, ou R\$380, era o que Neys conseguia fazer em um mês. Para complementar a renda da família, ela também acompanhava o marido no cultivo de grãos e vendia cosméticos de revista. A fábrica de lingerie para a qual trabalhou por último foi a Diamantes, e o vínculo durou três anos e 11 meses. À época, a maior empresa da cidade pagava à ex-fiapeira o valor de dois centavos e meio por cada lingerie revisada. Pelos últimos três meses de trabalho, Neys não recebeu nenhum tostão.

“Eles diziam que eu estava devendo, e que tinha de compensar umas peças que eu havia danificado. Eu pedia pra ver as calcinhas cortadas, e nada. Ainda assim, não deixei de tirar fiapo.” Em janeiro de 2011, a empresa entregou a Neys cinco conjuntos de lingerie que teriam sido inutilizadas por ela, e a dispensou. “Nunca cortei aquelas peças, e, mesmo que tivesse feito, o valor delas não dava nem a metade do que eles disseram que eu devia. Fiquei sem nada, saí com uma mão na frente e outra atrás.”

O caso foi parar na Justiça do Trabalho. O processo de reclamação trabalhista de número 0337-14, julgado na Vara de Sobral em 2 de maio de 2011, ignora a relação de dívida contraída com o trabalho, a jornada extenuante e a ínfima remuneração às quais Neys estava submetida, três condições que qualificam o trabalho análogo ao de escravo.

Às vésperas do julgamento da ação, Neys recebeu um telefonema de Claudenia Araújo, uma das sócias da Diamantes Lingerie. “Ela me disse que eu não era ninguém, e que esse processo não ia dar em nada porque eu era nada. Isso me doeu muito, mais do que a demissão. O que ela me disse não tem perdão.”

No processo, a defesa da Diamantes Lingerie alega que “a reclamante prestou serviços de acabamento nas peças apenas de forma esporádica e autônoma, jamais existindo vínculo de emprego entre as partes.” Consta ainda no relatório da ação que Neys, como autônoma, tinha a liberdade para contratar alguém se quisesse aumentar a produção.

“Com a mixaria que eu ganhava, como é que eu podia contratar alguém? Eles disseram um monte de absurdo”, contesta a ex-fiapeira. “Disseram que eu não precisava cumprir meta, que ninguém fiscalizava meu trabalho, que eu não seria repreendida se não conseguisse terminar tudo. Mas às vezes eles tinham uma entrega grande pra fazer no dia seguinte, e quem tinha que dar conta era eu.”

Para justificar a inexistência de vínculo empregatício, os advogados da Diamantes garantiram que Neys era responsável por comprar os próprios equipamentos. “Eu nunca comprei uma tesoura pra tirar fiapo, eu juro. Sempre que uma cegava, eu ia lá e buscava outra na fábrica.” Outra fiapeira, Maria de Fátima Nascimento, depôs a favor da colega Neys. “Eu estava muito nervosa, nem sabia direito o que o juiz estava me perguntando. Só sei que não é certo o que fizeram com a Neys”, declara a ex-funcionária da Diamantes.

A decisão do juiz acabou favorecendo a Diamantes Lingerie porque Neys não conseguiu provar a relação de trabalho com a fábrica a despeito das provas que a empresa apresentou. Depois do julgamento, Maria de Fátima foi acusada de roubar uma camiseta que custava R\$23. “O encarregado disse que estava faltando essa peça no meu monte, mas eu disse que não estava comigo. Uma semana depois, eles acharam a camiseta, e aí eu disse que também não queria mais trabalhar pra eles.”

Maria de Fátima não vê relação entre a acusação de roubo e o depoimento dela contra a empresa. “Acho que não foi punição. Eu saí porque escolhi, porque me senti humilhada. Não quero mais nada com eles. O trabalho no fiapo não compensa.”

Nas calçadas do Cairal, bairro pobre onde vive Maria de Fátima, outras dezenas de marias passam as tardes nas calçadas tirando fiapo de lingerie. Maria Micaeli, Maria Alessandra, Maria Enízia. “Aqui o que mais tem é fiapeira. A vizinha aqui do lado também é, a menina aí da frente, e a que mora lá naquela casa azul da esquina”, aponta a fiapeira Maria Benoísta, de 26 anos. Ela mostra as três sacolas cheias de calcinha que acabaram de chegar da confecção para a qual trabalha. “Isso aqui eu tenho que terminar até amanhã. Aí, eu mando buscar, eles vêm e trazem mais.”

Enquanto o marido não consegue emprego, Maria Benoísta faz como pode para manter a casa e os três filhos com os R\$200 que ganha tirando fiapo. “Quando soube que a fábrica estava precisando de fiapeira, eu não contei pipoca”, recorda. “Eles perguntam: ‘você quer o emprego mesmo? As peças são caras, se você estragar, tem que pagar.’ Mas fora isso o que eu posso fazer?”

Ela lembra que já enfrentou muita dificuldade, e não quer mais ver os filhos passarem fome. A família também recebe R\$134 da Bolsa Família. “O dinheiro dá para uma feira, só. Aí, eu consigo uns descontos, compro alguma coisa que os meninos estão precisando. Não é muita coisa, mas a gente sobrevive.” Maria Benoísta pensa no futuro e sorri otimista enquanto afaga uma das filhas que, como tantas fiapeiras de Frecheirinha, também se chama Maria.

A PROPRIETÁRIA DA HARDY Lingerie, Terezinha Santos, caminha orgulhosa por entre as células da linha de montagem da fábrica que lidera. A empresária cumprimenta todos os funcionários e os trata pelo nome, com intimidade. “Eles são minha família. Assim como eles, eu sou nascida, criada e formada em Frecheirinha.” A viúva, o único filho e a nora são os responsáveis por uma das mais importantes confecções de peças íntimas da cidade.

“Antes das fábricas, Frecheirinha nem existia no mapa. Hoje, nossos produtos estão em todo o país”, revela Terezinha. Espalhada por boa parte dos estados do Norte e Nordeste, a Hardy produz, em média, 150 mil peças por mês e movimenta, no mesmo período, perto de R\$1 milhão. “Começamos a vender no Rio de Janeiro, São Paulo e, em breve, chegaremos ao Distrito Federal, e até mais longe. Somos uma força econômica e industrial no meio do nada”, sintetiza.

Terezinha acredita que foi graças à indústria de roupas íntimas que os frecheirinhenses puderam conquistar alguma dignidade. “Éramos uma cidade muito pobre, não tinha emprego para todo mundo, só o que tinha era gente passando fome. Olha só pra hoje! As novas gerações não sabem como era isso daqui”, descreve.

A empresária é quase uma unanimidade em Frecheirinha. Os funcionários a admiram, e os ex-empregados se espelham nela. “É uma mulher incansável, que está sempre trabalhando. Dá duro desde os oito anos, já trabalhou na roça, já passou fome. Ela não tinha nada, e ter chegado até aqui é um exemplo para todo mundo”, elogia a nora, Melissia Costa. Terezinha fala de si sem modéstia: “Aqui eu mato mil leões todos os dias.”

Para ela, o maior desafio é combater a apatia dos empregados. “Tem muita gente que não quer nada com o trabalho. Nós investimos em todos eles. Treinamos, oferecemos oportunidades, damos vantagens.”

O treinamento de um funcionário novo dura, em média, seis meses. Na maioria das fábricas, há um núcleo só de capacitação, e a rotatividade é muito grande. Sem incentivos fiscais e driblando as dificuldades de escoamento da produção de uma cidade industrial no interior do estado, as empresas precisam pagar caro para assumir compromisso com um empregado que nem sabem se vão contratar e, com frequência, preferem mantê-lo na informalidade.

“Tem cesta básica pro funcionário do mês, festa pro núcleo que bate meta, e mesmo assim às vezes as pessoas só estão pensando no ganho imediato, não em crescer”, justifica Terezinha. “Fazemos de tudo pro ‘cabra’ ficar, mas é um desafio lidar com o desinteresse.”

Para a promotora de justiça da cidade, Caroline Rodrigues, é papel do empregador manter as condições adequadas para a realização do trabalho dos funcionários. “Eles têm uma obrigação moral com essa população. Tem adolescente de 13, 14 anos que está largando a escola para ganhar R\$200 nas fábricas, e isso é um absurdo.”

Caroline é a única autoridade da cidade, e não teme a fama de ser uma pedra no sapato de empresários que não cumprem a lei. “Frecheirinha não tem delegacia, não tem defensor público e a Procuradoria do Trabalho fica em Tianguá, do outro lado da serra. A cidade parece que é feita para não funcionar, nem sindicato tem. Então, tudo o que acontece aqui vem para o fórum.”

A promotora é natural de Fortaleza, e foi nomeada em Frecheirinha no início de 2011. “Quando cheguei, conheci uma senhora que trabalhava com fiapo e ganhava R\$5 por cada sacola enorme de lingerie, em situação de quase mendicância”, conta. “O que me chamou a atenção foi o estado das mãos dela. Vermelhas, descascadas, cheias de calos, como as de alguém que supera os limites para conseguir trabalhar.”

Caroline motivou uma operação de fiscalização do trabalho em abril de 2012 porque constatou irregularidades nas folhas de ponto de algumas empresas às quais teve acesso. “Veio perito, auditor do trabalho e promotor. Eles fotografaram banheiros inadequados, uniformes impróprios, instalações de risco, quadros de metas. O que pode ser feito foi feito, e os estabelecimentos foram multados e obrigados a regularizar a situação dos funcionários. Mas as fiapeiras fugiram dos fiscais”, ela explica.

Ela acrescenta que a situação das fiapeiras é a mais dramática porque, já que a maioria não trabalha dentro das fábricas, essas funcionárias são invisíveis aos olhos da fiscalização. “Elas são fantasmas. Ninguém as vê, ninguém sabe a que horas estão lá. É como se não existissem. Os empregadores preferem fechar os olhos, porque é uma mão de obra praticamente gratuita, extremamente necessária, e nem precisa de treinamento”, declara a promotora.

Apesar de reclamarem do excesso de trabalho e do pouco que ganham, muitas fiapeiras não encontram condições para sair da situação de exploração. A promotora avalia que, em geral, essa é uma função exercida por pessoas carentes, sem instrução, e que não conseguem se qualificar para atividades mais bem remuneradas. “As fiapeiras não querem ter carteira assinada para não perder a Bolsa Família ou a aposentadoria rural que ganham”, explica. “Elas aqui têm poucas opções e, enquanto se contentam com as migalhas que ganham, as fábricas prosperam.”

ANEXO FOTOGRÁFICO

As fotografias contidas nesta sessão são de Jéssica Paula, e compõem a reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha*, a ser publicada na revista *Campus Repórter*, nº 11.



Figura 1- A fiapeira Nonata, após oito horas dentro dos galpões da Hardy Lingerie, ainda precisa cuidar de cerca de 500 peças em casa, fora do expediente.



Figura 2 - Galpão de confecção de Hardy Lingerie, onde trabalham cerca de 800 funcionários.



Figura 3 - Núcleo de fiapeiras da fábrica Diamantes, a maior de Frecheirinha.



Figura 4 - As fiapeiras de Frecheirinha ganham até três centavos por peça revisada, e precisam pagar até R\$ 50 caso por lingerie que vierem a danificar. Trabalham mais de 15 horas por dia, mas não têm nenhum direito trabalhista garantido.



Figura 5 - Neys trabalhou três meses sem receber um centavo: "Eles diziam que eu tinha de compensar umas peças que cortei, que precisava pagar a dívida."



Figura 6 - Maria de Fátima foi acusada de roubo e demitida após defender a colega Neys num processo trabalhista contra a Fábrica Diamantes. "O trabalho no fiapo não compensa."



Figura 7 - Nas calçadas do bairro do Cairal, um dos mais pobres de Frecheirinha, dezenas de mairias passam as tardes tirando fiapo das lingeries fabricadas na cidade.



Figura 8 - Moradora do Cairal, Maria Benoísta sustenta a casa e os filhos com o trabalho no fiapo. "Não é muito dinheiro, mas a gente sobrevive. Eu não tenho escolha."



Figura 9 - Os fiapos, restos de linhas e elásticos retirados das lingerie estão espalhados por toda a cidade. Para se tornar um dos polos industriais mais importantes do Ceará, Frecheirinha explora a mão de obra de cerca de 200 fiapeiras.

1. INTRODUÇÃO

Em 13 de maio de 2013, a lei que libertou os escravos no Brasil completará 125 anos. Nos últimos 16, mais de 35 mil pessoas foram resgatadas por trabalharem sob condições degradantes de trabalho no país.¹ Mesmo tendo aumentado a fiscalização e criado diversos dispositivos de combate ao trabalho escravo contemporâneo, O Ministério do Trabalho e Emprego continua registrando uma média anual de resgate de 3 mil trabalhadores explorados.

Com o desenvolvimento das indústrias e o crescente interesse de empresas estrangeiras em instalarem suas linhas de produção no Brasil, a preocupação é de que esse número continue a crescer e migre do meio rural para o urbano. A atenção recai sobre as pequenas cidades do interior, onde o Estado encontra maiores dificuldades técnicas de por em prática as políticas de combate ao trabalho similar ao de escravo, e a fiscalização ainda é subestimada.

Além disso, o ano de 2011 fechou com o recorde de 294 nomes de empregadores inclusos na chamada lista suja do Ministério do Trabalho. Soma-se a tudo isso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que tramita no Congresso Nacional há 11 anos. A PEC do Trabalho Escravo, como ficou conhecida, prevê punições mais rigorosas ao patrão que cometer o crime de redução à condição análoga ao de escravo².

Por desagradar os interesses da bancada ruralista, a proposta só voltou a entrar em pauta em 2012 por pressão do governo federal³. Uma Comissão de Inquérito Parlamentar foi também instaurada para investigar as razões que impedem a erradicação do trabalho escravo no Brasil. Sinais de que esse assunto é fundamental e deve orientar o olhar e o trabalho dos meios de comunicação nos próximos anos.

¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. *O trabalho escravo está mais perto do que você imagina*. Folheto. Brasília: Grupo Multipla, 2011.

² A PEC 438/2001, de autoria do então deputado federal Ademir Andrade (PSB – BA), inclui a pena de expropriação das terras rurais e urbanas (esta última especificação incluída posteriormente) ao proprietário que infringir o artigo 149 do Código Penal.

³ UOL – BLOG DO JANILDO. *Aprovação da PEC do Trabalho Escravo é prioridade de 2012, anuncia ministra*. Matéria acessada à 0h10 do dia 16/05/2012.
<http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2012/01/30/aprovacao_da_pec_do_trabalho_escravo_e_prioridade_de_2012_anuncia_ministra_123397.php>.

Dessa forma, parte-se dos seguintes objetivos: em termos práticos, elaborar uma reportagem que denuncie, mas que, sobretudo, retrate, de forma plural e isenta, a realidade vivida pela população de uma cidade no interior do Ceará, polo industrial que se baseou na exploração de mão de obra análoga à de escravo para alcançar tal status econômico; em termos acadêmicos, busca-se desenvolver, a partir da produção desta reportagem, um olhar crítico sobre as etapas do fazer jornalístico diante da necessidade de se adequar a uma linguagem menos rígida e técnica para o desenvolvimento de pautas de interesse público.

O projeto experimental que apresento na forma de reportagem é um aprofundamento na realidade do município de Frecheirinha, no interior do Ceará. A região, que deixou de ser agrícola para se transformar em polo industrial há menos de 20 anos, ainda não encontrou soluções para resolver a situação das fiapeiras, que trabalham em condições similares às de escravo nas recentes fábricas de roupa íntima da cidade.

Frecheirinha é um microcosmo das transformações sociais e econômicas pelas quais o Brasil passou no último século e meio, e serve como exemplo da história recente do Brasil sob o olhar de embates como prosperidade *versus* exploração, riqueza *versus* pobreza extrema, interior *versus* capital.

A partir disso, a ideia é registrar, com o método e o rigor técnico jornalísticos, o fenômeno da industrialização do interior do Brasil sob os mais variados aspectos. O formato em reportagem em estilo literário provém da necessidade pessoal de narrar as histórias das pessoas além do fato, sobretudo daqueles protagonistas anônimos excluídos do interesse de cobertura jornalística no país. O trabalho também advém do interesse por desvendar os recantos do Brasil que parecem inalcançados pelo estado democrático de direito, e que devem ser incluídos na ideia de nação.

Diante do quadro apresentado, a intenção é analisar como o olhar do repórter diante daquilo que existe modifica o tratamento que ele dá ao assunto sobre o qual há interesse em se noticiar. Ou seja, o objetivo de pesquisa é de observar os fatores que contribuem, durante o processo jornalístico, para que a linguagem se torne menos ou mais dependente de uma estrutura narrativa consolidada e pré-estabelecida por regras e critérios de noticiabilidade claramente definidos. Além disso, outro interesse é observar se o estilo dito literário interfere na qualidade e na quantidade de informação, atrapalhando ou contribuindo com a abordagem do tema proposto pela reportagem.

Esta é também reportagem pensada no formato da revista-laboratório *Campus Repórter*, da Universidade de Brasília. A publicação é um espaço de exercício do gênero narrativo para os alunos da Faculdade de Comunicação da UnB, e busca seguir as trilhas do jornalismo chamado literário de referência no Brasil tais como o das revistas *Realidade* e *Piauí*.

2. JUSTIFICATIVA

A reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* se justifica por ser de interesse público informar e denunciar como e onde ainda existem práticas de exploração do trabalho similar ao de escravo no Brasil. Além disso, é fundamental que a produção de notícias num país reflita de forma sensível e aprofundada a história contemporânea de seu povo, e crie um meio de diálogo entre os cidadãos, e desses com os órgãos e entidades responsáveis por garantir os direitos fundamentais previstos em sua constituição.

O formato narrativo escolhido é uma tentativa de trazer todas essas vozes para a pauta jornalística. Ao mesmo tempo, já que, na reportagem, a narrativa se impõe como técnica da construção da realidade por excelência, o cuidado com o ato de contar uma história deve, para o jornalista, ser tão importante quanto a preocupação com a precisão, correção e verificação dos fatos narrados.

A razão para que o trabalho em questão seja apresentado neste formato parte do interesse em exercitar as potencialidades da narrativa jornalística, no sentido de desenvolver um olhar sobre a produção de informações que busca se colocar no lugar de quem se fala, mergulhando em complexos e distantes universos reais, e tornando-os, através da narrativa, compreensíveis e de fácil identificação para o leitor. Nosso empenho é em assimilar esse olhar não como resultado, mas como processo.

3. OBJETIVOS

3.1 – Objetivo do produto

O objetivo do produto é redigir uma reportagem, a partir de uma linguagem dita literária, que revele quem são e como vivem as mulheres que trabalham tirando fiapos das peças de lingerie de um dos polos de fabricação de roupas mais importantes do país. Queremos denunciar o problema revelando quanto ganham, sob quais condições trabalham, e provar que há, nesta relação de trabalho, características a qualificam como redução do trabalhador à condição análoga a de escravo, conforme descreve o Código Penal Brasileiro. Busca-se, para isso, mergulhar na rotina da cidade de Frecheirinha, entender o pensamento da população, assimilar os costumes e compreender em que contexto essa relação se encaixa dentro daquela comunidade. O objetivo final é que esse material ganhe a formatação adequada para ser publicado nas páginas da revista *Campus Repórter*.

3.2 – Objetivo da pesquisa

O objetivo da pesquisa é analisar como o processo de produção de uma reportagem é afetado ou afeta o resultado pretendido, qual seja experimentar uma linguagem narrativa menos rígida para os padrões da produção noticiosa. Busca-se ainda compreender como o estilo literário, inserido ao gênero da reportagem, consegue assimilar potencialidades no texto que sejam essenciais para a qualidade da informação. Além disso, pretende-se avaliar como esse estilo permite ampliar o olhar sobre o tema proposto pela reportagem a partir das características específicas que a narrativa dita literária impõe ao gênero, e como esse registro contribui para uma aproximação do jornalismo com a experiência metodológica da História enquanto ciência.

4. PROBLEMA DE PESQUISA

No que diz respeito à reportagem, vamos estudar quais são as características mais marcantes do trabalho escravo urbano contemporâneo no Brasil, e como elas se reproduzem no interior recém-industrializado do país. Vamos discutir também como a lei tipifica o crime de redução à condição análoga ao de escravo, e como o crime pode ser identificado.

No que tange à produção jornalística, vamos refletir a construção de uma narrativa em jornalismo que busque informar, sem abandonar quesitos importantes capazes de atrair a atenção e o interesse no leitor, despertando a sensibilidade a partir de um relato que busca inspiração na literatura, no cinema e na fotografia para sua fundamentação.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 – A notícia: uma realidade construída

A notícia é a unidade fundamental do jornalismo. Nela se imprime os fatos, os acontecimentos, aquilo que é atual e de interesse de um grande número de pessoas. Para ser assimilada por elas, a notícia assume um formato específico: o principal objetivo da notícia é *informar*, ou seja, dar forma coerente e verossímil ao caos que emerge da realidade da qual ela advém (KOTSCHO, 1986). É também, como descreve Lage (1985), um bem simbólico e de consumo universal, uma mercadoria constantemente reivindicada, de acordo com Traquina (2005), por um grupo social, o dos jornalistas, que controla o forjamento desse “monopólio do saber” fundamentado sobre a realidade.

Traquina define ainda:

Certamente as notícias são um produto centrado no referente, onde a invenção e a mentira são violações das mais elementares regras jornalísticas. Assim, o referente, ou seja, “a realidade”, não pode deixar de ser um fator determinante do conteúdo noticioso (TRAQUINA, 2005, p.59).

Em qualquer uma dessas duas visões complementares, a notícia se constitui como o produto da atividade jornalística, uma vez que é papel de quem cumpre esse ofício ordenar, selecionar e classificar os fatos emergidos da realidade que vão dar sentido à unidade, ou seja, configurar uma forma à experiência da realidade.

Desse ponto de vista, a definição do que é notícia pode variar a partir de duas perspectivas: a que considera o relato noticioso como um espelho fidedigno da realidade, e a de que a notícia é, na verdade, uma construção desta realidade.

A objetividade e imparcialidade profissionais, que são a base da primeira teoria, são componentes controversos entre os estudos em Comunicação. Miquel Rodrigo Alsina (2009), no livro *A construção da notícia*, descreve que é impossível não admitir a possibilidade de que o relato noticioso não seja fruto de um ponto de vista, e refuta o caráter da objetividade e imparcialidade. Segundo o autor, esse olhar reflete não só na hierarquização dos fatos, mas também no nível da linguagem, no processo parcialmente inconsciente de escolha de palavras que descrevem e dão forma verbal ao acontecimento relatado.

Para Tuchman (1983), a notícia não só é uma construção como está no lugar da realidade representando uma série de processos intrínsecos à rotina de produção do jornalista e do veículo para o qual trabalha, e dos interesses aos quais ambos atendem. Como a socióloga descreve, “a notícia é uma janela para o mundo” (TUCHMAN *apud* JORGE, 2006, p. 67), o que não quer dizer que seja *a única*. Tuchman ainda aplica à notícia o conceito de *enquadramento*, descrito por Goffman como “uma ideia organizadora central para dar sentido a acontecimentos relevantes e sugerir o que é um tema” (*apud* TRAQUINA, 2005, p. 16).

Do ponto de vista estrutural, a notícia se limita a enquadrar um fato ou uma sequência de fatos de forma a cumprir uma série de parâmetros que a história da imprensa legitimou. As técnicas da pirâmide invertida ajudam não só a priorizar o mais importante no relato noticioso, como também auxiliam o profissional respeitar alguns fatores que definem o jornalismo como ofício. A suposta objetividade, a preocupação com o presente e o imediatismo imposto por esse tipo de conteúdo encontram na técnica da pirâmide uma lógica simples e facilmente adaptável às condições variáveis de transmissão da informação.

Esse tecnicismo, por outro lado, se opõe diametralmente à história, como descreve Traquina:

Orientado pelo presente, o jornalismo fornece muito “*foreground*” e pouco “*background*”. (...) De fato, o sistema de ciclos ao longo do dia noticioso tende para a abolição da consciência histórica, criando uma perpétua série de primeiros planos, à custa do aprofundamento e do *background*. (TRAQUINA, 2005, p49)

Embora o termo *enquadramento* seja usado à revelia nas redações de jornais e TVs no Brasil, a noção de limitação que advém do seu conceito é desprezada em prol de uma impressão real de valores fundamentais da ideologia profissional do jornalista. Contudo, a ideia de que um relato que emana do real possa ser construído de múltiplas maneiras e

produzir diferentes significados não elimina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas (HALL, 1984). Pelo contrário, recondiciona o seu papel não como o de mero emissor e construtor de um relato ideal, mas como personagem participante na construção narrativa da História por meio da perspectiva que ele se preocupou em selecionar e em priorizar, em detrimento de outras que, ausentes em seu discurso, podem e devem ser reproduzidas a partir do olhar de outros profissionais de comunicação.

Esta perspectiva particular do jornalista que deve estar expressa em seu relato é o que Tuchman (1983) chama de *estória* no jornalismo. O termo surge de um aportuguesamento do vocábulo inglês *story*, mas, que no Brasil, caiu em desuso. Em português, a grafia com *e* diferenciava a narrativa fictícia da *história* real. Embora os dicionários em geral recomendem a grafia *história* em qualquer situação, o conceito ajuda a compreender um embate entre o real, a construção do real e a ficção sobre o qual está situada discussão acadêmica do que vem a ser notícia. Tuchman entende *estória* não como ficção, mas como o termo que define esta construção subjetiva do real inseparável da definição de notícia.

5.2 – A reportagem: enquadrando múltiplas *estórias*

“A notícia carrega a potencialidade de uma narrativa”, descrevem Maria Helena Ferrari e Muniz Sodré no livro *Técnicas de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística* (1986). Como os autores especificam, narrativa é qualquer discurso impregnado de verossimilhança, embora ausente de verdade ou de realidade, mas que evoque um “mundo concebido como real, material e espiritual, situado em um espaço de tempo” (FERRARI E SODRÉ; 1986, p. 11).

A literatura emprestou ao gênero jornalístico as potencialidades da narrativa ficcional. Ainda que distintos, e até opostos entre si, literatura e jornalismo convergem em aspectos específicos. O principal é o que Bulhões (2007) chamou de *narratividade*, a qual define como o ato de contar fatos sequenciais em conexão direta com o fator de *temporalidade*, a partir de

uma “necessidade humana de conhecimento e revelação do mundo ou da realidade” (BULHÕES; 2007, p. 40).

Além do esclarecimento previsto pela notícia, a reportagem cumpre a necessidade de explicar, exemplificar, enumerar e esclarecer os desdobramentos das respostas para as cinco perguntas básicas na notícia (quem, o que, onde, quando, como e por quê). Ainda que a informação seja a principal função de qualquer gênero jornalístico, cabe à reportagem um tratamento mais cuidadoso no momento de *contar* os acontecimentos.

(...) a conquista do jornalismo moderno é usar essa sua força [de informar] de forma sedutora: nenhum rebuscamento estéril, nenhuma forma monótona deve colocar-se entre o olhar do leitor e o fato restituído em sua veracidade. É na *reportagem* – mais do que na notícia, no editorial ou no artigo – que cumpre-se esse mandamento (SODRE; FERRARI, 1986, p. 76).

Se a forma aproxima a reportagem da ficção literária, o que a diferencia é a responsabilidade que a primeira tem com a realidade, ou com o “discurso do que é real”. O direito à forma narrativa legitima a reportagem quando o ato de contar se motiva não do imaginário do autor, mas do ritmo e sequência de situações reais, de fatos cotidianos que, quando trabalhados sob um discurso lapidado pela prosa literária, tornam-se reportagem.

Outra atribuição que a narratividade literária empresta à reportagem está na possibilidade da reconstituição das ações e dos fatos como se o repórter as presenciasse. O repórter, como enunciador da notícia, aproxima o leitor do ocorrido, narrando com detalhes o desenrolar dos acontecimentos como se fosse – e muitas vezes é – uma testemunha. Essa condição lhe dá a chance de assumir a primeira pessoa, o que, em parte, resolve na notícia os embates entre *aquilo que é* e *aquilo que foi visto e como foi visto pelo repórter*.

A necessidade que esse gênero jornalístico tem de assumir um narrador que observa e participa da construção da reportagem está diretamente ligada à ideia de que o texto enquadra, primeiramente, uma visão – notadamente, a do repórter-narrador. O *eu* expresso, ainda que não literalmente, na teia de informações oferecidas na narrativa dá ao leitor a oportunidade de conhecer o que fez, o que disse e o que viu o repórter para obter determinadas informações, e porque decidiu destacá-las em detrimento de outras. Esta perspectiva contribui para imprimir na reportagem a noção de que ela, enquanto narrativa, é composta por um conjunto de impressões subjetivas de um personagem-narrador-repórter a respeito de um fato, ou seja, do

conteúdo objetivo que explica e justifica a presença daquele profissional em campo, inquirindo pessoas, checando dados, verificando e contrapondo informações.

Diferentemente da notícia que busca a impessoalidade no texto com a finalidade de que vigore na narrativa o fato, *aquilo que é*, a reportagem busca um *eu-narrador* que, mesmo quando não está evidentemente declarado, evoca uma percepção mais contextual e complexa sempre à favor do fato, mas em detrimento do que é meramente factual (FERRARI; SODRÉ, 1986).

5.3 – A reportagem na revista: uma notícia desdobrada em várias

Segundo descreve Scalzo (2003), parafraseando a máxima “o meio é a mensagem”, cunhada pelo estudioso canadense Marshall McLuhan, os meios de comunicação modificam o tipo de conteúdo apresentado por causa de suas características e especificidades. Essas divergências têm a ver com a profundidade, durabilidade, formato, periodicidade, segmento de público, etc. Numa revista, por exemplo, o conteúdo deve respeitar cada um desses termos para que se adéque às expectativas do leitor.

A reportagem encontrou sua expressão máxima justamente nesse tipo de publicação, porque o gênero, assim como o meio, assume peculiaridades que só podem ser atendidas de forma recíproca: como a revista, o tempo de uma reportagem é maior que o de uma notícia, o que significa que sua apuração precisa ser mais “verticalizada”, ou seja, menos superficial, e o conteúdo deve ter uma durabilidade que respeite não apenas a qualidade da impressão do material, mas a periodicidade estabelecida para aquela publicação (SCALZO; 2003, p. 39-41).

Além disso, o repórter precisa buscar enfoques mais originais de temas que, às vezes, podem ser batidos e conhecidos do público, mas que ainda não ganharam *aquela* tratamento específico. Essa característica define, esclarece Scalzo (2007), o nome *revista*, que significa “revisar”, “revisitar”, “rever” algum fato do dia-a-dia com mais profundidade e elasticidade de propostas. A estrutura confere à notícia a brevidade enquanto dá à reportagem o caráter de prolongar e desdobrar os fatos, já que “(...) quase sempre a reportagem deriva de uma notícia e pretende, além da informação pormenorizada do fato, uma contextualização desse fato.

Amplia o campo da abordagem e passa a informar, também, sobre o tema” (FERRARI; SODRÉ; 1986, p. 58).

A qualidade do texto é uma característica essencial, segundo recomenda Scalzo, para que o resultado final de uma pauta caiba nas páginas de uma boa revista. Segundo exemplificou Moraes (2007), em um estudo sobre a publicação *Realidade*, foi a qualidade e o tratamento dado aos textos publicados por esta revista que fizeram dela um marco na história da imprensa brasileira. Nestes termos, não só o estilo utilizado pela revista, mas os temas que ela escolhia abordar e o enfoque oferecido ao leitor a fazia ter o “tempero a mais” explicado por Scalzo no trecho a seguir:

Além de conter informações de qualidade, exclusivas e bem apuradas, o texto de revista precisa de um tempero a mais. Diferente do leitor de jornal, o de revista espera, além e receber a informação, recebê-la de forma prazerosa. Ele quer a informação correta, simples e clara (...), mas quer também um texto que não seja seco, como um mero aperto de mão. Resumindo: (...) em revista, texto bom é o que deixa o leitor feliz, além de suprir suas necessidades de informação, cultura e entretenimento (SCALZO; 2003, p.76).

A autora oferece dicas para tornar o texto de revista mais interessante aos olhos do leitor. A linguagem varia de acordo com a publicação e o público que ela visa atender, mas deve ter como finalidade aproximar o leitor da matéria, atraí-lo, interessá-lo até o fim. Organizar a reportagem para que ela siga uma linha encadeada e coerente ajuda a manter a atenção de quem lê o texto; as repetições e lugares-comuns da linguagem empobrecem a redação, ela recomenda (SCALZO; 2003, p.76-77).

“Jornalismo não é literatura”, a autora sentencia, mas sugere que, em revista, a inspiração literária ajuda um jornalista a escrever melhor.

Cores, cheiros e descrições cabem no texto da revista. Apresentar os personagens, humanizar as histórias, dar o máximo de detalhes sobre elas, também. Aprender técnicas de construção de personagens, técnicas narrativas e descritivas é fundamental para quem quer escrever para grandes reportagens (SCALZO; 2003, p.77).

5.4 – Uma narrativa da contemporaneidade e a convergência entre jornalismo e literatura

Em *A arte de tecer o presente*, Cremilda Medina (2003) descreve a complexidade do processo epistemológico pelo qual passou durante a carreira acadêmica na tentativa de cunhar um formato simbólico possível que mediasse na seara da comunicação e do jornalismo a relação do real, do poético e do imaginário. Ela sustenta que a narrativa é essencial para a expressão humana, e que sem a capacidade de dar um formato narrativo à contemporaneidade, o homem não se afirma diante da compreensão do caos, e não se organiza frente às inviabilidades da vida.

As ideias de Medina não apenas contribuem, mas superam a corrente que reflete a necessidade da fantasia para o homem na construção do imaginário, e que se sustenta na narrativa ficcional como uma das formas de suprir essa necessidade. A literatura de ficção é apenas um dos possíveis formatos que satisfazem o desejo do simbólico no cotidiano humano, e que, através dos folhetins romanescos, antes publicados em jornais noticiosos em todo o mundo, ensaiam desde o século XIX uma aproximação não apenas física com o relato noticioso – no sentido de poderem dividir uma mesma página de jornal, e só por isso, assumir-se o poder de o primeiro gênero motivar, inspirar e modificar o segundo – mas também uma aproximação de significados e significantes do que vem a ser representação do real e do que é a ficção (BULHÕES, 2007).

O fortalecimento do *New Journalism* no contexto norte-americano de produção noticiosa dos anos 60 reflete o esgotamento de um formato fordista pré-moldado e de uma geração transgressora, que buscou a inspiração na literatura, no cinema e posteriormente em outras artes, para conceber novos formatos capazes de simbolizar o real, ou seja, novas formas de *in-formar* (Bulhões, 2007. p. 146).

No país em que o jornalismo mais se desenvolveu como sinônimo de prática textual pré-moldada, cujos produtos redacionais passam por uma estrutura similar à linha de produção industrial, compreende-se que o *New Journalism* tenha adquirido o sentido de uma postura libertária. E para elaborar formas expressivas de uma “nova textualidade jornalística, desatrelada da

pasteurização e do pragmatismo noticiosos, desatando o nó da gravata da burocracia redacional, os representantes do *New Journalism* convocaram conscientemente as armas – e os barões assinalados – da literatura (BULHÕES; 2007, p. 147).

Medina reflete em 2003 uma inquietação parecida com a vivida pela geração e pelas redações dos anos 60 nos Estados Unidos e que vem influenciado jornalistas de muitos países. Não obstante, a pesquisadora enxerga essa pasteurização não só no fazer jornalístico, mas na prática acadêmica e, sobretudo, na construção do simbólico, compreendendo que cada uma dessas instâncias influencia a outra. Para ela, as narrativas dispersas hoje em dia não satisfazem o interesse, o desejo e a necessidade humana de se integrarem e interagirem a partir *daquilo que está no lugar* do real, ou seja, a realidade simbólica, principalmente no que diz respeito àquele universo simbólico organizado pela cobertura jornalística.

As narrativas da contemporaneidade, como são descritas por Medina (2003), representam, na área da comunicação, um reflexo da crise de paradigmas que a mediação entre a sociedade e a ciência não deve ignorar. Sob uma perspectiva funcionalista, esse formato de tecer o presente pretende oferecer, tanto do posto de vista objetivo quanto subjetivo, um encaminhamento mais dinâmico e dialógico entre a sociedade e os impasses e paradoxos advindos do real. O desafio é

(...) ir ao encontro das vivências cotidianas e colhê-las não com a metodologia explicativa, mas sim com os afetos e as simpatias da compreensão. As sabedorias humanas da sobrevivência, das múltiplas reinvenções do Estado moderno, das estratégias emergentes na cidade ou no campo, das respostas criativas de todas as faixas etárias frente à indignidade e infelicidade, todo esse itinerário de buscas localizadas no microterritório da experiência humana desperta a comunhão poética com o momento histórico. (MEDINA; 2003, p57)

Diferente do que é preconizado como *grande reportagem*, em que o termo define o objeto por seu aprofundamento e, conseqüentemente, por sua extensão; ou ainda a despeito do status imponente que *reportagem literária* e *New Journalism* reclamam para si, o conceito de narrativa da contemporaneidade busca uma linguagem mais ensaística, desprendida, mas não impedida de roteiros e formatos emprestados de outros gêneros para lhe conceder maior impacto e despertar o interesse do leitor. A busca das narrativas da contemporaneidade, definidas por Medina, é dialogar com as estruturas sociais e simbólicas de forma inter e transdisciplinar, e suprir “(...) a preferência [do leitor] pela informação humanizada, vivida,

exemplificada na cena cotidiana e protagonizada pelos heróis da aventura contemporânea.” (MEDINA; 2004, p. 53).

5.5 – O encanto da rua e o *jornalismo mochilão*

Ricardo Kotscho (1986) sintetizou em uma frase o sentimento que permeia, se não define, a experiência do jornalismo narrativo de fôlego: “Com pauta ou sem pauta, lugar de repórter é na rua.” (KOTSCHO; 1986, p.12). O perfil do repórter que flana pelo cotidiano e cruza com os personagens da vida real encontra em João do Rio, cronista do início do século XX, o principal exemplo brasileiro de sensibilidade jornalística e narrativa na denúncia de uma época. Ele diz, com poesia:

Eu amo a rua. (...) A rua é mais do que isso [que dizem os dicionários], a rua tem alma! Em Banarés, ou em Amsterdão, em Londres ou em Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é a agasalhadora da miséria. (...) A rua é o aplauso dos mediócrs, dos infelizes, dos miseráveis da arte. (...) A rua nasce, como o homem, do espasmo; (RIO; 2001, p28-30)

A rua como o espaço público, a ágora contemporânea onde a realidade está, é muito mais do que simplesmente um ponto geográfico fisicamente identificável, a despeito da imagem que produz a síntese de Kotscho (1986). Embora as ideias de ambos os autores se complementem, a rua em João do Rio vai além do sentido físico, e estabelece uma metáfora para o lugar comum e confortável que rodeia o dia-a-dia do repórter.

O sentimento de descoberta do novo, a busca pela revelação daquilo que ainda ninguém viu, o diferente e extraordinário partem da noção dos critérios de noticiabilidade e do que vem a ser o valor notícia, como definiu Wolf (1987), e motiva o interesse por essa rua metafórica na medida em que ela lhe parecer mais adversa e distante de sua realidade.

Na experiência da produção acadêmica de reportagem em que se insere esse projeto, considerando os processos e os fatores que contribuem para a consolidação de uma pauta

desse calibre frente às possibilidades e limitações tanto do repórter quanto da equipe em questão, a figura do *jornalismo mochilão* encontra pertinência, como citam Marques e Moura (2009, p. 205), ao atribuir a essa mochila, aqui metáfora de uma bagagem compartilhada de informações apenas suficientemente processadas, mas talvez não sedimentadas ou consolidadas pela prática, um símbolo do desafio que é assumido pelo repórter em formação durante o processo de apuração, ou seja, nesse momento de encontro com a rua, frente à possibilidade real e iminente de publicação. Nessas condições, o jornalismo mochilão cabe não só no interesse pela descoberta do estranho novo que a rua possibilita, mas também na prova de fogo, no teste desafiador das práticas que definem um jornalista.

6. CONTEXTUALIZAÇÃO

6.1 – O trabalho escravo contemporâneo no Brasil

Segundo o relatório da ONU de 2010 sobre o trabalho escravo contemporâneo no Brasil, a exploração da mão de obra escrava no século XXI no país está associada à pobreza, ao problema da concentração de bens, sobretudo de terra, na mão de uma pequena parcela da população que se perpetua em posições de influência na política brasileira.

O relatório indica ainda que a submissão a condições degradantes de trabalho se dá pela situação de extrema pobreza em que algumas famílias se encontram, que migram de suas cidades em busca de oportunidades melhores, mas acabam sendo vítimas de armadilhas características do trabalho escravo contemporâneo. Além disso, mostra que a exploração do trabalho escravo se intensificou no país a partir de 1960, dado a expansão da modernização das técnicas agrícolas na Amazônia Brasileira, a qual requeria o recrutamento de novos trabalhadores (Shahinian, 2010).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho

O sistema que garante a manutenção do trabalho escravo no Brasil contemporâneo é ancorado em duas vertentes: de um lado, a impunidade de crimes contra direitos humanos fundamentais aproveitando-se da vulnerabilidade de milhares de brasileiros que, para garantir sua sobrevivência, deixam-se enganar por promessas fraudulentas em busca de um trabalho decente. De outro, a ganância de empregadores, que exploram essa mão de obra, com a intermediação de “gatos” e capangas (SAKAMOTO; 2007, p. 14).

O governo brasileiro reconheceu a existência do trabalho forçado no país em 1995. O país é membro signatário de numerosos instrumentos internacionais que proíbem expressamente formas contemporâneas de escravidão, e, além disso, mantém uma lei que vai

além da definição de trabalho forçado, incluindo, no artigo 149 do Código Penal, o tráfico interno de pessoas, as condições degradantes de trabalho e dívida por relações de trabalho.

Em 2004, o governo brasileiro estimou que 25 mil pessoas ainda estavam sujeitas à condições análogas ao de escravo no Brasil, segundo dados do Ministério do Trabalho. Ainda de acordo com dados do Governo Federal, as principais atividades que empregam a mão de obra escrava no país são a pecuária (38%), a produção agrícola de larga escala como cana-de-açúcar (25%), o desmatamento das florestas (14%), as indústrias de carvão vegetal (3%). O problema afeta principalmente a homens de 15 a 40 anos, e se concentram especialmente nos estados do Norte e Nordeste brasileiros.

6.1.1 – Distinções e peculiaridades do trabalho escravo urbano

O trabalho escravo urbano e contemporâneo no Brasil está principalmente presente na indústria do vestuário, e atinge em sua maioria os imigrantes ilegais que chegam ao país em busca de melhores condições de emprego. Segundo Shahinian (2010), os donos de fábricas e confecções contratam intermediários para recrutar trabalhadores em países da América Latina para trabalharem sob condições humilhantes a despeito de poderem ficar no Brasil ilegalmente. As estatísticas do Ministério do Trabalho e do Emprego apontam que houve a libertação de cerca de 200 pessoas entre 2011 e 2012, todas escravizadas no ramo de confecções. De acordo com a Cartilha do Trabalho Urbano (2011), da organização não governamental Repórter Brasil, a maioria desses flagrantes aconteceram em São Paulo, onde há cerca de seis mil oficinas de costura, a maioria clandestina. Os números levantados pela Comissão da Pastoral do Imigrante em São Paulo dão conta de que, em 2010, havia aproximadamente 100 mil bolivianos vivendo em São Paulo, e mais da metade estava em situação irregular no país.

Outros setores importantes que costumam registrar casos de abusos da condição de trabalho são a construção civil, o mercado do sexo, o setor de infraestrutura do transporte. Os caminhoneiros são frequentemente relacionados a esse tipo de exploração, já que alguns estão

submetidos a jornadas de mais de 20h diárias e condições degradantes de trabalho (SHAHINIAN; 2010).

6.2 – Um Brasil em Frecheirinha (CE)

Frecheirinha é um município do estado do Ceará, no Nordeste brasileiro. Está localizado a 291 quilômetros de Fortaleza e, segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 12.991 habitantes. A cidade está localizada na região administrativa de Sobral, e é, desde meados dos anos 1990, um importante polo de moda íntima do país. As cidades mais próximas a Frecheirinha são Tianguá, a oeste, Coreaú, ao norte, e Ubajara, ao Sul. Sobral, a principal cidade da região, de grande importância econômica e industrial para o estado do Ceará, está a 57 quilômetros de distância de Frecheirinha.

Ainda segundo o censo de 2010, os indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano são relativamente baixos, mas equilibrados e em ascensão, levando-se em conta os números dos censos anteriores. A cidade vive um período de extenso desenvolvimento urbano e industrial motivado pelas fábricas do setor têxtil que, desde 1987, viram no município um lugar adequado para se instalar. Atualmente, a cidade é sede para 22 fábricas do ramo, sendo 18 delas de peças íntimas, e as demais, de roupas de cama, mesa e banho.

Apesar do isolamento geográfico de Frecheirinha, situada numa região de convergência entre a Caatinga e a Mata Atlântica, a ampliação de linhas de crédito, aliada à de mão de obra extremamente barata e capacitada, e a proximidade com regiões tradicionalmente reconhecidas pelo desenvolvimento industrial no setor têxtil, estimulou a criação de um dos polos de moda íntima mais importantes do Ceará. O estado é conhecido como um importante centro de fabricação têxtil e manufatureira; para esta fama, o município contribui com o aporte de cerca de 100 mil peças produzidas por dia, desde sutiãs e calcinhas, até toalhas, colchas e outras rendas.

A partir de 1995, a cidade começou a sentir os efeitos da industrialização. A população, essencialmente rural até então, migrou definitivamente para a cidade, que cresceu desordenadamente às margens da BR 222. Como reflexos do desenvolvimento desenfreado estão a limitação do acesso às condições sanitárias adequadas, além da precariedade da infraestrutura urbana. Do total de habitantes, 58,8% (contra 46% em 1991) moram na região urbana, e apenas 12% habitam domicílios com saneamento básico adequado.

O surgimento da atividade de fabricação de lingerie modificou radicalmente o perfil do frecheirinhense. Os homens abandonaram o plantio de grãos e as usinas de cal e migraram para a cidade para trabalhar controlando as novas máquinas que chegavam à cidade para cortar e tingir tecidos; as mulheres, costureiras treinadas pela tradição que dá fama ao estado do Ceará, puderam vislumbrar postos profissionais fora do lar, e almejar certa independência financeira.

As fábricas também incentivaram a alfabetização dos funcionários e certa instrução para lidar com o maquinário, mas, em contrapartida, representam atualmente um risco à população mais jovem que abandona a escola para poder trabalhar. Somente 418 pessoas em toda a cidade possuem o nível superior completo, e da população cuja faixa etária vai dos 14 aos 24 anos, menos da metade (40%) frequenta regularmente alguma instituição de ensino.

A partir da segunda metade dos anos 90, as empresas buscaram profissionalização através de parcerias agências estatais e privadas de apoio ao pequeno empresário, e assistiram o franco desenvolvimento do polo. No início dos anos 2000, a cidade chegou a ter 32 fábricas, e muito embora nem todas tenham resistido, o polo de Frecheirinha é considerado estável e profícuo, segundo avaliação do SEBRAE sobre o potencial econômico e a estabilidade das pequenas e médias empresas da região. As parcerias trouxeram novos investimentos, e hoje o patrimônio das fábricas da cidade está estimado na casa dos bilhões de reais. Os produtos manufaturados em Frecheirinha alcançam todos os estados do Nordeste brasileiro, o Norte, o Centro-Oeste e parte do Sudeste.

6.3 – A revista *Campus Repórter*

A revista *Campus Repórter* é uma publicação-laboratório semestral idealizada pelos professores e alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. A primeira edição foi lançada no ano de 2007 e, como descrevem Marques e Moura (2009, p.208), é “uma revista noticiosa, de informação e entretenimento” e, também um espaço tanto de “(...) ensino-aprendizagem em produção de reportagens como um espaço para construção de (novas) formas narrativas para o jornalismo impresso, especialmente o jornalismo de revista” (MARQUES E MOURA; 2009, p.203).

O espírito que permeia a linha editorial da revista propicia uma experiência interdisciplinar entre professores e estudantes de jornalismo, publicidade, audiovisual, arquitetura, desenho industrial, letras e outros campos correlatos com aptidão para reportagem, fotografia, infografia e diagramação, e tem como referência a “busca pela profundidade e originalidade das pautas, abordagens e narrativas” que inspira o jornalismo de revista experimentado pela revista *Realidade* no Brasil no período de 1966 a 1976 (MARQUES E MOURA, 2009).

Em formato de bolso (22,5 x 15,5), a revista traz a cada edição uma média de cinco reportagens de vários gêneros jornalísticos, entre eles o perfil e a entrevista ping-pong. As maiores reportagem ocupam uma média de 12 a 14 páginas por edição, e as menores, de oito a dez. Além disso, a *Campus Repórter* abre a cada número um espaço para a poesia, a literatura ou as artes visuais como um suplemento que completa o sentido editorial buscado pela publicação.

Campus Repórter é também uma disciplina não-obrigatória ofertada pelo Departamento de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da UnB, e concede oito créditos aos alunos que participam da produção de cada edição. Segundo relatam Marques e Moura (2009), os alunos são convidados conforme a avaliação que tiveram em outras disciplinas da Faculdade, pré-requisito para a matrícula em *Campus Repórter*, e apresentam pautas que são aprovadas ou não pelo conselho editorial da revista formado por docentes da Faculdade.

A reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* foi desenvolvida ao longo do primeiro semestre de 2012, período em que a equipe dá os acertos finais para a décima edição da publicação. A reportagem em questão está prevista para ser publicada em fevereiro de 2013, no décimo primeiro número. A equipe atual é formada por um editor-executivo, três editores

de texto, um editor de arte e, por último, um editor de fotografia, todas essas funções exercidas por professores da Faculdade de Comunicação; e por seis repórteres, cinco fotógrafos, seis diagramadores e um secretário de redação, funções essas exercidas por graduandos. Apesar de não participarem efetivamente da produção e do fechamento da edição de número 10, completam a equipe três repórteres que produzem reportagens para a próxima edição.

7. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a elaboração da reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha*, foi-se necessário dividir o processo de produção em etapas definidas para que os resultados pudessem ser analisados e compreendidos de forma mais clara. Assim, desde o momento da *ideia de pauta* até a redação e edição final, pode-se identificar fases da produção que devem ser consideradas conforme a descrição à seguir das seguintes fases:

- Elaboração da pauta – processo em que há o primeiro contato com o assunto, onde a “ideia” do que quer ser dito deve ser levantada, assim como os primeiros questionamentos e os dados que possam sustentar a matéria. Também é nesse momento em que são identificados os primeiros contatos que possam garantir a aprovação da pauta no conselho editorial da revista *Campus Repórter*: quem deve ser ouvido, porquê, em que momento. Nesse estágio, também necessita-se fazer um orçamento preliminar para identificar a viabilidade econômica da pauta.
- Pré-apuração – processo definido após a aprovação da pauta, em que há o desenvolvimento das ideias e questionamentos, reflexão sobre os desdobramentos do assunto. A pré-apuração prevê um levantamento mais preciso dos dados, identificação clara das primeiras fontes, pré-agendamentos de entrevistas, organização do cronograma de viagem e definição clara das metas e objetivos da matéria a ser produzida. É também o momento de prever

os riscos, as dificuldades e os principais desafios, antever possíveis soluções para esses problemas e tornar a pauta viável do ponto de vista prático.

- **Apuração** – processo do contato com as fontes, do mergulho do repórter no assunto, em que ele pode experimentar o contato direto com fato sobre o qual deverá abordar na reportagem a ser escrita. Nesse momento, são realizadas todas as entrevistas, debates, conversas, e principalmente, é a oportunidade que o repórter tem de observar o fato em si, testemunhá-lo com os próprios olhos, revelar novos desdobramentos ainda não previstos durante os processos anteriores. É também o momento da checagem das informações recolhidas.
- **Redação** – é a fase de dar uma forma de texto jornalístico a tudo o que se foi possível observar, ouvir e constatar durante a apuração. É comum, durante o processo de redação, o repórter perceber a necessidade de complementar alguma entrevista ou resgatar algum dado ou informação que deixou passar durante a apuração. Por isso, é um processo que, praticamente, ocorre de forma concomitante ao de apuração.
- **Edição** – compreende identificar possíveis problemas de conteúdo e de qualidade do texto e resolvê-los. É o momento de mexer na estrutura se ela estiver incompreensível para o leitor, ajustar a linguagem, ampliar o que ficou mal explicado e resumir o que não é tão importante. A edição exige, na maioria das vezes, que a primeira versão do texto seja adaptada e readequada às necessidades do veículo onde a matéria será publicada.

Nesta sessão, considera-se também a descrição da equipe, orçamento e cronogramas definidos para a realização dessa reportagem.

7.1 – Elaboração da pauta

A pauta para a reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* foi elaborada a partir de conversas com alguns familiares moradores da cidade cearense, que relataram como era o trabalho nas fábricas de lingerie do município, e como os funcionários eram explorados sem qualquer conhecimento da fiscalização dos órgãos competentes ausente na região. O interesse pelas fiapeiras surgiu quando os moradores, em contato com o repórter, revelaram o preço que elas ganhavam pela revisão das peças, e por causa da dívida que algumas contraíam com o próprio trabalho, ficando submetidas às exigências dos donos das fábricas até conseguir quitar as dívidas.

Logo em seguida, tentamos levantar, via internet, os contatos de todas as fábricas da cidade, associações e sindicatos que organizam os funcionários, além dos telefones da prefeitura e dos secretários responsáveis por esse setor no município. Ao mesmo tempo, conversas preliminares foram marcadas com pessoas ligadas a organizações e entidades que lutam pelo combate ao trabalho escravo no Brasil, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a organização não-governamental Repórter Brasil.

7.2 – Pré-apuração

Uma vez que a pauta foi aprovada pelo conselho editorial da revista *Campus Repórter*, em março de 2012, a fase de pré-apuração consistiu em fazer contato telefônico com os empresários e funcionários das fábricas para entender melhor como funcionava o trabalho nas confecções da cidade. Ao mesmo tempo, embora não tenhamos obtido sucesso, procuramos fazer contato telefônico com algumas fiapeiras.

Na fase de pré-apuração, o objetivo foi programar um mapa da viagem ao município de Frecheirinha, podendo identificar possibilidades de entrevista e, principalmente, garantir um agendamento de visita às fábricas, o que por telefone também não foi possível.

Com as entidades representantes do setor têxtil do estado do Ceará (Sindicato da Indústria Têxtil do Estado do Ceará, Associação de Moda Íntima do Ceará) e a entidade

representante do ramo em Frecheirinha (Associação dos Confeccionistas de Frecheirinha) foi possível levantar o aporte econômico que as fábricas geravam para o município, e um histórico importante do desenvolvimento do polo em Frecheirinha. Junto ao Ministério do Trabalho e ao Ministério Público do Trabalho, obtivemos dados úteis sobre o trabalho escravo no Brasil, além de pesquisas recentes e identificação de estudiosos importantes no assunto.

Nesta fase foi possível identificar que os registros de trabalho escravo urbano no interior do Brasil eram subestimados, e que não havia estudo ainda sobre esse fenômeno fora de polo industrial de São Paulo. Da maneira como foi possível perceber nesse momento, o trabalho escravo urbano no setor têxtil esteve sempre ligado à imigração ilegal de latino-americanos ao Brasil, sobretudo a São Paulo; e que o fenômeno de descentralização industrial que explica o desenvolvimento das fábricas de Frecheirinha nos últimos 20 anos ainda era ignorado pelas autoridades e pela sociedade civil como um fator que possivelmente contribuiu com a exploração da mão de obra análoga à de escravo no interior do país. Isso ajudou a aquecer a pauta pela novidade que o relato representa para o que se tem como as principais características do trabalho escravo urbano contemporâneo praticado no Brasil.

Nesse momento, foi importante também definir “os lados” que comporiam a matéria. Assim, definimos a quem devíamos recorrer no momento da apuração e que tipo de informações obter para que a reportagem pudesse ser levantada. Assim, o período de pré-apuração foi concluído conforme a definição do quadro abaixo, segundo as orientações para apuração de Pereira Junior (2009):

TABELA 1: Definição dos perfis importantes para a reportagem, e roteiro básico de perguntas.

OS LADOS DA REPORTAGEM	ROTEIRO DE <u>PERGUNTAS</u>
1 - As fiapeiras – o “personagem principal” a) Fiapeiras dentro da fábrica b) Fiapeiras em casa (vamos tentar acompanhar uma	1- Quem são, como e onde vivem, onde trabalham? Estudaram? Já trabalharam em outros lugares? Como aprenderam a cortar fiapo? Há quanto tempo trabalham assim? Que idade têm? 2- Moram com a família? Têm filhos? Possuem casa própria? Dependem de alguma ajuda do governo? 3- Como é o trabalho de fiapeira? Qual é a rotina? Quantas peças fazem por dia? Trabalham quantos dias por mês? Podem tirar

<p>ou duas na rotina dentro e fora das fábricas)</p> <p>c) Ex-fiapeiras que conseguiram mudar de profissão</p> <p>d) As famílias das fiapeiras (mãe, pai, filhos, marido)</p> <p>e) Outros funcionários das fábricas</p>	<p>férias?</p> <p>4- Quanto ganham? O que fazem com o dinheiro? Precisam complementar a renda?</p> <p>5- Quais os desafios do trabalho? Já estiveram doentes por causa do trabalho? Já sofreram algum acidente cortando fiapo? Sentem dores?</p> <p>6- Já tentaram trabalhar em outra função?</p> <p>7- O que acontece quando danificam a peça? Quem fiscaliza? Como a peça danificada é paga?</p> <p>8- Já tiveram dívida por danificar alguma peça? Já foram obrigadas a trabalhar sem ganhar?</p> <p>9- Têm carteira assinada? Direitos trabalhistas?</p> <p>10- Já se sentiram ameaçadas por não conseguir finalizar o trabalho conforme esperado?</p> <p>11- Como é a relação com os patrões? Conhecem os chefes? Como começaram na empresa?</p> <p>12- Pretendem abandonar? Têm sonhos, desejos profissionais?</p> <p>13- Açam que são submetidas à exploração? O que acham do trabalho que fazem e do dinheiro que ganham?</p> <p>14- Que visão têm da chegada das fábricas à Frecheirinha? Açam que melhorou ou piorou as condições da cidade? O que esperam do futuro? O que sonham, o que desejam?</p>
<p>2 – As fábricas – “o lado diametralmente oposto”</p> <p>a) Os empresários / donos (vamos tentar acompanhar a rotina deles)</p> <p>b) Funcionários que</p>	<p>1- Quem são e como trabalham os donos das fábricas?</p> <p>2- Qual é o funcionamento das fábricas?</p> <p>3- Quantos funcionários? Quais os setores?</p> <p>4- Quantas peças produz? Qual o lucro? Quantas lojas/ representantes? Chega a outros estados?</p> <p>5- Qual a história de cada fábrica? Como os empresários</p>

<p>coordenam e monitoram as fiapeiras</p>	<p>começaram?</p> <p>6- Há quanto tempo existem?</p> <p>7- Quais os desafios e dificuldades de uma fábrica no interior do país com um aporte tão importante?</p> <p>8- Quais as vantagens de ter uma fábrica em Frecheirinha? Como lidam com a concorrência?</p> <p>9- Como avaliam a presença das fábricas nas cidades?</p> <p>10- O que pensam sobre os funcionários? E sobre as fiapeiras? Acham que elas ganham o que merecem?</p>
<p>3 – A prefeitura – dados e histórico da cidade</p> <p>a) O prefeito</p> <p>b) O secretário do trabalho e ação social</p> <p>c) Secretário de saúde – dados do Ministério da Saúde</p>	<p>1- Perfil do município: comércio, indústria, serviço público, transporte, saneamento básico, áreas rurais e urbanas.</p> <p>2- Perfil do morador: escolaridade, idade média, salários, hábitos, estatísticas sobre saúde.</p> <p>3- Dados de vítimas em acidentes de trabalho e afins.</p> <p>4- Dados gerais sobre a cidade: quantas fábricas existem, quantos empregos elas geram, quanto o município arrecada com a presença delas? Economia da cidade.</p> <p>5- Quando surgiu a primeira fábrica? Do que o município vivia antes disso?</p> <p>6- Como o município ajuda a capacitar a população?</p> <p>7- Quantos recebem auxílio do governo?</p> <p>8- Conhecem as fiapeiras? Como lidam com a situação delas no município?</p> <p>9- Qual a relação com os empresários? E com os funcionários? Existem parcerias? Alianças políticas?</p> <p>10- Como a prefeitura pode se responsabilizar pelos abusos das empresas?</p>

<p>4 – O Estado – que pode combater e fiscalizar</p> <p>a) Ministério do Trabalho e Emprego</p> <p>b) Ministério Público do Trabalho</p> <p>c) Delegacia regional do trabalho</p> <p>d) Tribunal Regional do Trabalho</p> <p>e) Entidades de fiscalização do estado</p> <p>f) Poder legislativo</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- Dados sobre o trabalho escravo no Brasil? Números recentes. 2- Números do trabalho escravo urbano. Perfil dos trabalhadores dessa subdivisão. 3- Quais as dificuldades no combate ao trabalho escravo? 4- Como podem ser avaliadas as relações de trabalho estabelecidas em Frecheirinha? 5- O que o Estado pode fazer para combater esse tipo de exploração? 6- Por que é tão difícil a fiscalização alcançar municípios como Frecheirinha? 7- Como é processada uma denúncia de trabalho escravo? 8- Como os dispositivos legais podem se tornar mais eficazes? 9- Existem reclamações/ denúncias/ processos trabalhistas sobre essa questão em Frecheirinha? 10- As condições de trabalho das fiapeiras configuram trabalho análogo ao de escravo? 11- Alguma fiscalização já foi feita? Quais constatações? Quem realizou? Como o resultado é processado pela justiça do trabalho? Alguém já foi multado? Quando será a próxima fiscalização? 12- O que fez a lei? Como ela se aplica? Quais mudanças estão sendo previstas? 13- Por que se demora tanto para modificar a lei? Quais são os gargalos?
<p>5 – Sindicatos e associações ligados à indústria em Frecheirinha</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1- Como acompanham o trabalho nas fábricas de Frecheirinha? 2- Conhecem a realidade das fiapeiras? Como avaliam a situação? 3- Quais as estatísticas de processos envolvendo o setor e o não-

	<p>cumprimento das leis trabalhistas?</p> <p>4- Como a categoria se mobiliza para a mudança do quadro?</p> <p>5- Como avaliam o respeito aos direitos trabalhistas aos funcionários das fábricas?</p> <p>6- Quais as dificuldades para terem os direitos atendidos?</p> <p>7- Quais outros problemas existem na cidade?</p> <p>8- Quais as dificuldades do setor na cidade?</p> <p>9- Por que Frecheirinha propiciou o surgimento de um polo tão forte?</p> <p>10- Quais os salários praticados? E entre as fiapeiras? É um salário justo? Por quê?</p>
<p>6 – Sociedade civil</p> <p>a) Especialistas em trabalho escravo</p> <p>b) Entidades em Frecheirinha, como igrejas, grupos, etc.</p> <p>c) ONGs no estado e/ou no país que lidam com o assunto</p> <p>d) OIT/ ONU</p>	<p>1- Como se estabelecem as relações de trabalho escravo urbano no Brasil?</p> <p>2- Os mecanismos são os mesmos nas grandes e pequenas cidades?</p> <p>3- Quais os problemas para identificação desses abusos?</p> <p>4- Como as entidades acompanham ou processam as denúncias?</p> <p>5- Como veem a aplicação da lei pelo Estado?</p> <p>6- Por que os abusos acontecem? Que condições são comuns e evidentes?</p> <p>7- Por que o caso das fiapeiras de Frecheirinha pode ser considerado exploração de mão de obra escrava?</p> <p>8- Quais as dificuldades no combate ao problema?</p> <p>9- Qual o perfil dos explorados?</p> <p>10- Qual é o parâmetro internacional do problema? Quais acordos o Brasil já estabeleceu no combate à escravidão? O país consegue cumprir os acordos?</p>

	11- Como são as leis em outros países? Como países orientais conseguem minimizar o problema? O que o Brasil pode aprender com a experiência desses países?
--	--

7.2.1 – Cronograma de viagem

Com o roteiro acima descrito, pudemos definir os nossos focos e estabelecer metas de apuração tão logo chegássemos à Frecheirinha. Como, do período de pré-apuração, poucas perguntas haviam sido respondidas e, ainda, se fazia essencial para a existência da reportagem uma conversa com as fiapeiras antes de estabelecermos contato com qualquer outra fonte, o nosso objetivo principal, uma vez na cidade, era se inserir naquela realidade, observar e compreender as relações múltiplas e dúbias que o problema da exploração da mão de obra escrava em Frecheirinha poderia suscitar.

Ainda no nível da hipótese, listamos quatro relações essenciais que deveriam ser observadas pela equipe de reportagem ao longo da viagem à Frecheirinha, que poderiam resolver todas as dúvidas sobre o problema levantado. Estão a seguir listadas as seguintes relações foco de nossa atenção:

- a) Fiapeiras *versus* fábricas (patrões);
- b) Fiapeiras *versus* família e comunidade;
- c) Fiapeiras *versus* Estado;
- d) Estado *versus* fábricas.

A viagem foi marcada para 2 de maio de 2012, considerando a melhor data para a equipe não prejudicar os trabalhos que vinham sendo realizados em outras disciplinas da universidade e nos estágios. A data também ficou condicionada à liberação de bolsa auxílio-viagem concedida pela Faculdade de Comunicação. Além disso, consultamos o calendário do

município para garantir que não estávamos chegando num dia ruim, como um feriado, que pudesse prejudicar a apuração.

Com a viagem de apenas oito dias (seis dias efetivos e dois de traslado), e considerando a definição do foco de trabalho na cidade, estabelecemos o seguinte cronograma de viagem:

TABELA 2: Cronograma da viagem à Frecheirinha, Ceará.

DIA DE VIAGEM	ATIVIDADES PROGRAMADAS
Quarta-feira, 2/05/2012 – DIA 1	<i>Translado:</i> Brasília – Fortaleza (3h) - Previsão de chegada: 14h <i>Translado:</i> Fortaleza: Frecheirinha (5h) - Previsão de chegada: 23h
Quinta-feira, 3/05/2012 – DIA 2	<i>Manhã:</i> - Visita à Fábrica Di Perola – donos e chefes - Visita à Fábrica Brumarie – donos e chefes - Identificar fiapeiras de ambas as fábricas <i>Tarde:</i> - Visita a confecções de menor porte, identificando fiapeiras <i>Noite:</i> - Visitar e conversar com pelo menos duas fiapeiras em casa. Conhecer suas famílias, seu bairro, etc.
Sexta-feira, 4/05/2012 – DIA 3	<i>Manhã:</i> - Acompanhar uma fiapeira no trabalho, empresa grande (Di Perola? Hardy? Brumarie?) - Conversa com o patrão, outros funcionários ligados ao trabalho da fiapeira

	<p><i>Tarde:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar o trabalho de uma fiadeira em confecções menores - Descobrir fiadeira que trabalha em casa / acompanhar o trabalho dela, rotina até o início da noite <p><i>Noite:</i></p> <p>Visitar as fiadeiras que acompanhamos no turno da manhã.</p>
Sábado, 5/05/2012 – DIA 4	<p><i>Manhã:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ir às lojas conversar com outros funcionários. - Conversa com proprietário(s) das fábricas. <p><i>Tarde:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar a rotina de alguma fiadeira que possa fazer parte da reportagem <p><i>Noite:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Livre
Domingo, 6/05/2012 – DIA 5	<p><i>Manhã:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Livre <p><i>Tarde e Noite:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ir a igrejas e visitar novamente as casas das fiadeiras que já conhecemos para ver como se preparam para o dia seguinte.
Segunda-feira, 7/05/2012 – DIA 6	<p><i>Manhã:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Prefeitura / Associação / Sindicato <p><i>Tarde:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Delegacia / Tribunal Regional / Fórum / Donos das fábricas respondem às questões levantadas pelas fiadeiras

	<i>Noite:</i> - Avaliação do que falta para ser resolvido no dia seguinte.
Terça-feira, 8/05/2012 – DIA 7	Dia reservado para fazer o que ficou faltando dentro do cronograma, ou de possíveis pendências que possam surgir. <i>Translado:</i> Frecheirinha - Fortaleza (5h) - Previsão de chegada: 23h
Quarta-feira, 9/05/2012 – DIA 8	<i>Translado:</i> Fortaleza – Brasília (3h) - Previsão de chegada: 10h

Apesar da definição do cronograma, alguns contratempos nos obrigaram a modificá-lo conforme as necessidades. Um atraso no voo logo na saída de Brasília nos fez transferir o traslado entre Fortaleza e Frecheirinha para a manhã do dia seguinte, o que nos tirou um período de apuração. Mas o tempo perdido não foi prejudicial, uma vez que reservamos todo o dia da última terça-feira de viagem para caso acontecesse alguma emergência como essa. De modo que conseguimos, em certa medida, respeitar o cronograma ou, pelo menos a partir dele, orientar nosso trabalho na cidade e organizar nossa apuração.

7.3 – Apuração

Como logo de início percebeu-se que conhecer o interior das fábricas exigiria um trabalho hercúleo de convencimento junto aos responsáveis pelas empresas, ficou decidido que, pelo menos nos primeiros dias, repórter e fotógrafa sairiam juntos para realizar as entrevistas e as fotos ao mesmo tempo.

Assim que pudemos, visitamos as fábricas maiores, estabelecemos contato com seus funcionários, buscamos meios de entrar em contato com os proprietários e procuramos nos

inteirar do funcionamento das empresas em Frecheirinha. Apresentávamos-nos como estudantes de jornalismo de Brasília que visitavam a cidade para fazer uma reportagem sobre as fábricas de lingerie. Fomos bem recebidos pela maioria das empresas, que abriram as portas para conhecermos a rotina de trabalho.

Ao longo dos seis dias, buscamos sete das 18 fábricas e confecções do município; conseguimos conhecer o interior de cinco. Uma delas, por acaso a maior e menos amadora das fábricas, a Diamantes, só permitiu a nossa entrada quando a promotora da cidade nos acompanhou, exigindo que as portas da empresa fossem abertas à nossa apuração. As negociações com a Diamantes começaram no primeiro dia de viagem, mas só conseguimos conhecer o ambiente no penúltimo dia de estadia na cidade. Fizemos solicitações formais, contatamos os responsáveis via e-mail e telefone, fomos pessoalmente à empresa, mas não fomos recebidos em nenhuma das vezes. Apenas durante a entrevista com a promotora, quando dissemos da dificuldade de acessar esses espaços, e ao perguntar se ela entendia o motivo dessa precaução rigorosa, a própria promotora sugeriu que a acompanhássemos, naquele mesmo momento, até a fábrica. Foi o que fizemos. Em cinco minutos, conseguimos não só entrar, como conhecer todos os setores, conversar com um representante que nos guiou na visita, fotografar e, ainda, mostrar que as condições de trabalho também ali, não mudavam para as fiapeiras.

A visita foi fundamental para estabelecer o nível avançado de industrialização em que a cidade se encontrava, e para compreender os sentimentos ambíguos alimentados pela população frecheirinhense com relação à empresa, e que nossa apuração identificou ao longo das entrevistas realizadas.

O encontro com as fiapeiras foi o segundo desafio: arredias, poucas queriam falar ou revelar a desconhecidos os detalhes da relação de trabalho que mantinham com seus empregadores. Mesmo assim, buscávamos deixá-las à vontade para conversar sobre o assunto, e a decisão de não usar o gravador e, num primeiro momento, nem mesmo a máquina fotográfica, foram decisivos para conquistar a confiança das fontes. Nas primeiras tentativas, em que usávamos os equipamentos logo no primeiro encontro, as conversas rendiam pouco porque os entrevistados pareciam constrangidos e evasivos. A partir dessa definição, apenas as entrevistas com fontes ligadas ao Estado, que pudessem oferecer informações oficiais, foram registradas com gravador. Todas as demais entrevistas foram feitas com auxílio de bloquinho de papel, ou seja, anotadas à mão conforme a conversa se desenvolvia. Aquelas

poucas realizadas por telefone (restritas à segunda fase da apuração, em que se buscou ouvir especialistas e organizações da sociedade civil sobre o assunto) não puderam ser gravadas, por limitação de equipamento especial e, por isso, também foram feitas com o uso de bloquinho.

Uma das fontes mais difíceis de conversar foi a fiapeira Raimunda Souza. Localizamos Raimunda no fim de uma visita à fábrica Hardy e, logo num primeiro momento, ela pareceu bastante interessada em nosso trabalho. Marcamos um horário para nos encontrarmos depois, naquele mesmo dia, na casa da própria fiapeira, onde teríamos a oportunidade de falar com a mãe dela, também fiapeira e, talvez uma ou duas colegas de trabalho. Mais tarde, Raimunda, acompanhada somente do marido, parecia não querer falar muito sobre o trabalho que fazia, e parecia preocupada em dizer o quanto era grata aos patrões pela oportunidade de trabalho que tinha. A impressão que ela passava era de ter sido avisada que o nosso trabalho poderia de alguma forma prejudicá-la na empresa caso revelasse algo que seus supervisores desaprovassem.

Percebemos que talvez o receio estivesse na metodologia de abordagem, e precisamos reavaliá-la. A visita à casa de Raimunda foi crucial para entender não só o trabalho da fiapeira, mas as relações engendradas entre empregados e empregadores. Procuramos nos aproximar mais dos funcionários da Hardy, e voltamos à fábrica para conhecer a proprietária e entender melhor a rotina de trabalho dos funcionários. Com a segunda visita, Raimunda parecia mais à vontade com nossa presença, e finalmente conseguimos bons resultados ao questioná-la sobre suas funções na Hardy Lingerie.

Outro encontro fundamental foi com a ex-fiapeira Neys Silva que, por ter processado a empresa onde trabalhou por não ter sido devidamente remunerada, pôde nos dar uma perspectiva mais crítica do próprio trabalho que realizava, e da relação extraprofissional que mantinha com seus superiores. A proprietária da Hardy Lingerie, Terezinha Santos, foi importante para percebermos o lado do empreendedor, e as dificuldades que o empresário enfrenta ao abrir um negócio numa cidade como Frecheirinha.

Como no mesmo dia toda a cidade sabia que havia “forasteiros” pesquisando sobre o trabalho nas fábricas, isso de certa forma ajudou a estabelecer encontros informais, mas muito reveladores em bares e restaurante, onde os moradores nos abordavam informalmente para saber mais do que estávamos fazendo ali.

Nesses encontros, aproveitávamos para manter com eles uma relação de maior proximidade, entender melhor todo o contexto que contribuiu para a realização da reportagem e porque era tão comum a expressão de surpresa, seguida de uma expressão de compreensão por parte da maioria das fontes que nos ouviam falar em “trabalho escravo”.

Ajudou muito nesse processo o contato quase diário via e-mail que mantínhamos com a equipe em Brasília. Por meio de relatórios escritos no fim dos dias de trabalho, descrevíamos os resultados positivos, as dificuldades e os fracassos, e obtínhamos respostas imediatas que ajudavam a solucionar qualquer problema enquanto estivéssemos na cidade, uma vez que, sem possibilidade de retorno, não seria possível deixar algum detalhe para depois. Ao mesmo tempo, mantivemos um diário de bordo, também atualizado diariamente, onde descrevíamos, fotógrafa e repórter, cada avanço do dia, e discutíamos juntos as metas para o dia seguinte. A essência do que foi relatado ao longo da viagem à equipe em Brasília e do conteúdo do diário de bordo se mantiveram na redação final da reportagem.

Após o período de entrevistas *in loco*, procuramos as fontes que ajudariam a compreender a situação de Frecheirinha. Os contatos com o Ministério Público do Trabalho, em Brasília, e com a ONG Repórter Brasil, em São Paulo, nos ajudaram a colocar a apuração numa perspectiva ampliada – o que, em seguida, combinado ao período de greve pelo qual a Universidade de Brasília passou, prejudicou o cumprimento dos prazos para a apresentação do produto à Faculdade de Comunicação, prevista primeiramente para o fim do primeiro semestre de 2012, conforme descrito na sessão 7.9 – *Cronograma da pesquisa*.

Nesta fase de apuração, o questionamento levantado por uma das fontes, o procurador Jonas Moreno, foi os problemas que poderiam causar ao repórter, à fotógrafa e também à instituição de ensino uma denúncia como a que estava sendo feita à revelia de uma apuração do Ministério Público do Trabalho. Moreno explicou que as reportagens produzidas no país sobre trabalho escravo normalmente sucediam o trabalho do Ministério Público como uma forma de proteger os organismos de imprensa de possíveis processos que questionassem a tese das reportagens, e que a iniciativa podia repercutir de forma negativa para quem estivesse com ela envolvido.

O processo de apuração e redação foi prejudicado por dois motivos: o questionamento importante levantado pela fonte deveria ser discutido com a equipe, para que pudessem ser reavaliadas as possibilidades da sustentação da reportagem. Mas isso foi prejudicado pela greve que a Universidade de Brasília e, conseqüentemente, a Faculdade de Comunicação

havam acabado de aderir. Durando de maio a setembro, o distanciamento da equipe e os problemas que a apuração havia identificado contribuíram para uma elevada desmotivação do repórter no sentido de levar o trabalho adiante.

Mais uma vez, o encontro com a ex-fiapeira frecheirinhense Neys Silva se mostrou indispensável para a sustentação da pauta. Como ela havia processado a empresa onde trabalhou, continha nos autos do processo dados valiosos que serviam de prova incontestada da prática indiscriminada da exploração da mão de obra análoga a de escravo em Frecheirinha, conforme tipifica a lei brasileira. A posse de uma cópia do documento renovou as motivações da equipe e impediram que a pauta fosse derrubada, como se diz no jargão jornalístico.

O roteiro de perguntas definido no período de pré-apuração e descrito na TABELA 1 desta memória ajudou a manter a ordem das entrevistas, já que o foco do que era importante questionar à fonte estava ali listado. Conforme a apuração ia sendo realizada, novas perguntas iam sendo acrescentadas às fontes que ainda faltavam ouvir. Isso ajudou a montar um quadro muito claro que seria a reportagem antes mesmo da fase de redação, e avaliar a qualidade e quantidade das informações obtidas ao final do processo – ponderação fundamental na difícil hora de saber o momento certo para parar de apurar e começar a escrever.

7.4 – Redação

Após o longo período de apuração, estava muito claro que a reportagem devia ser dividida em até sete movimentos, conforme descrito na tabela a seguir:

TABELA 3: ROTEIRO PARA REDAÇÃO DA REPORTAGEM

ESTRUTURA DO TEXTO	O QUE VAI CONTER	PERSONAGENS QUE AJUDAM A NARRAR
<i>Lide:</i> As fiapeiras de	- Quem são, o que fazem e a	- A história da abolição dos

Frecheirinha	<p>que preço fazem as fiapeiras;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Onde: contexto sobre Ceará, e sobre Frecheirinha. Região da Ibiapaba; - O quê: Contexto da indústria têxtil em Frecheirinha e trabalho escravo. - Quando: contexto sobre trabalho escravo. Breve histórico: a passagem entre o passado e o presente; 	<p>escravos no Ceará. Chico da Matilde, o dragão do mar;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Comparação breve do passado com o presente; - Frecheirinha como personagem: como é a cidade;
<i>Sublide</i> : O funcionamento das fábricas / como é o trabalho das fiapeiras	<ul style="list-style-type: none"> - Como funcionam as fábricas; - Números da cidade que dizem respeito à indústria de lingerie; - A importância do polo/ Como a Hardy e a Diamantes chegaram lá; - Como é o trabalho das fiapeiras / condições / carteira de trabalho. - Cálculo de quanto produz uma fiapeira em comparação à produção da fábrica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Raimunda Souza, a Nonata, fiapeira (conduz toda a descrição) - Os funcionários da Hardy: Samantha Ximenes, Sandra Araújo, Débora Silva, Diego Pontes - Sandra Pinto, a supervisora de Raimunda
<i>Corpo 1</i> : O Estado / A sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> - O que diz a lei? - Como Frecheirinha se 	<ul style="list-style-type: none"> - Jonas Moreno, procurador do Trabalho

	insere nesse contexto? - O trabalho escravo urbano, o que é? - Números no Brasil. - As peculiaridades de Frecheirinha.	- Padre Antônio Canuto, Pastoral da Terra - Paulo Girardi, pesquisador sobre trabalho escravo - Natália Suzuki, pesquisadora da Repórter Brasil
<i>Corpo 2: A constatação do trabalho escravo/ CLÍMAX</i>	- Situação de exploração; - Dívida por trabalho; - Relação de dependência; - Processo no Tribunal do Trabalho: o que diz defesa/ o que diz acusação? - Perfil geral da fiapeira, condições de trabalho, ambiente.	- Neys, o personagem que “impulsiona” a matéria. - Maria de Fátima, ex-fiapeira - Maria Benoísta (fiapeira), e família;
<i>Corpo 3: O outro lado / o empregador</i>	- História do empresário; - Desafios da fábrica; - Nível de industrialização; - Opinião sobre funcionários; - O que pensa sobre as fiapeiras/ sobre trabalho escravo; - A associação dos confeccionistas/ a prefeitura; - Os gargalos de treinamento	- Terezinha Santos, dona da Hardy - Melissia Costa, da Hardy - Josean Ferreira, da associação / secretário de trabalho da prefeitura - João Viana, da Hibisco - Neto Aguiar, gerente da Diamantes

	/ escoamento;	
<i>Corpo 4: os outros funcionários</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Outras circunstâncias de exploração; - Fiscalizações recentes / constatações; - Fiscalizações e fiapeiras fantasma; - Breve descrição do Cairal. 	<ul style="list-style-type: none"> - A história e Liomarck – atestado médico recusado; - A promotora Caroline; - Resultado das fiscalizações recentes e multa; - As “Marias” do Cairal tirando fiapo na calçada.
<i>Pé: O Macro</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Enquanto isso, em Brasília, a PEC do trabalho escravo; - Tratados internacionais não cumpridos pelo Brasil; - Legislação em outros países. - O exemplo da lei da Califórnia, sobre as laranjas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Frei Xavier Plassat, CTP - Luiz Machado, OIT

O roteiro acima descrito ajudou a manter a coesão e a coerência no momento da redação do texto, e permitiu que o conteúdo mais importante estivesse na reportagem.

7.5 – Edição

O primeiro trabalho de edição começou antes do fim da redação da reportagem, buscando tornar o trabalho da redação mais eficiente e potencializando o tempo. Assim, quando a reportagem marcava aproximadamente 18 mil caracteres, muito próximo do limite de 22 mil, foi necessário que algumas partes contidas no roteiro descrito na TABELA 3 fossem eliminados afim de que a reportagem respeitasse o número máximo de caracteres definindo pela equipe da *Campus Repórter*.

Como o foco estava nas fiapeiras, tudo o que era adjacente a esse assunto foi eliminado. Os prejuízos estão no “corpo 4” e no “pé” da matéria, que precisou ser redefinido. Assim, não valia a pena falar da situação de outros funcionários, uma vez que o nosso objeto de interesse é as fiapeiras; falar sobre a tramitação da PEC do trabalho escravo no Congresso Nacional pareceu, neste momento, desnecessário, uma vez que datava demais a reportagem e não contextualizava adequadamente o problema identificado em Frecheirinha. Além disso, o contexto mundial ampliaria demais o assunto, e fugiria do tema.

A nossa apuração identificou, por exemplo, o jovem Liomarck Silva, de 23 anos. Após um acidente de motocicleta, o cortador da Hardy Lingerie quebrou a clavícula e precisou se afastar por um mês do trabalho. Mas não conseguiu ter o direito de repouso médico atendido, e voltou aos pátios da fábrica onde trabalha 15 dias mais cedo para não ficar muito tempo sem receber o salário. Segundo as normas da empresa, para cada dia faltoso, dois dias são descontados. Ou seja, mesmo sob justificativa médica, e tendo faltado 15 dias, Liomarck ficou um mês inteiro sem pagamento, mas poderia ter sido punido por dois meses caso não tivesse desobedecido à recomendação médica.

A história é absurda e causa comoção, mas tem o outro lado: a dona da fábrica explica que a medida ajuda a manter o comprometimento dos funcionários que, irresponsáveis, segundo ela, não se interessam pelo trabalho, e fora das fábricas abusam de bebidas alcoólicas, põem a vida em risco e prejudicam o rendimento da empresa. A explicação dela não justifica o descumprimento das leis trabalhistas, mas é plausível diante dos números que o município acumula de violência no trânsito e morte de jovens por acidentes como o de Liomarck.

Por representar um tipo muito comum em Frecheirinha, Liomarck poderia fazer uma ligação interessante entre a personagem Raimunda Souza e a empregadora Terezinha Santos, sob a perspectiva da apatia do frecheirinhense que a dona da Hardy reclama ao falar dos próprios funcionários. Mas desenvolver o assunto não contribuiria para fundamentar a questão das fiapeiras, e só atrapalharia. A história de Liomarck não é isolada, mas foi a única identificada pela nossa apuração. Caberia nova pesquisa baseada na denúncia que o rapaz faz como o foco de outra reportagem. Por causa disso, a história dele foi considerada adjacente e cortada da matéria final.

Como Liomarck, algumas fontes previstas para “aparecerem” no “corpo 3” também foram dispensadas, uma vez que a narrativa de um dos personagens, a Terezinha Santos, é bastante emblemática e é utilizada como metáfora para os outros exemplos que, se inseridos, se tornariam repetitivos. Assim, do “corpo 4” apenas o essencial ficou: o retrato das “Marias do Cairal”, que subiu para o “corpo 2” fechando o movimento-clímax, que traz Neys como personagem principal; e o posicionamento da promotora Caroline Rodrigues sobre a presença das fábricas e o trabalho das fiapeiras, que também serviu como um “pé” eficaz para a reportagem.

O texto concluído passou por cinco revisões antes de ser submetido à edição da professora Dione Moura. Nesse período, foi possível constatar e resolver inadequações de estilo, problemas de coesão e coerência, além de erros gramaticais que poderiam prejudicar o bom entendimento do texto. Uma das formas encontradas para facilitar o processo foi produzir uma “boneca” diagramada e imprimi-la, para que as repetições pudessem ser localizadas com mais facilidade e a edição pudesse ser feita de forma mais ágil.

Em seguida, o trabalho de edição se concentrou no uso correto dos termos jurídicos para definir a condição análoga a de escravo. Assim, foram corrigidas as referências que podiam dar margem à interpretação errônea de que igualávamos na reportagem a situação dos escravos do Período Colonial com a realidade de exploração da mão de obra experimentada por alguns habitantes de Frecheirinha. Ao final, mais uma edição foi feita, diante das necessidades da *Campus Repórter* e do tamanho exato para a publicação da matéria, que, com a readequação do tamanho, atingiu o número de cerca de 18 mil caracteres, sem contar os espaços.

7.6 – Orçamento

O orçamento para a produção da reportagem é descrito na tabela abaixo, e diz respeito aos gastos individuais:

TABELA 4: ORÇAMENTO INDIVIDUAL PARA A REALIZAÇÃO DA REPORTAGEM.

TIPO DE GASTO		VALOR (em REAIS)
Viagem / translado	• Aéreo	657,90
	• Terrestre rodoviário	60,00
	• Terrestre urbano	80,00
Hospedagem (sete noites)	• Albergue Fortaleza	65,00
	• Hotel Frecheirinha	150,00
Alimentação em viagem		210,00
Telefone, pilhas, baterias e outros gastos		100,00
TOTAL		1.322,00

Como a pauta foi apresentada para o conselho editorial da revista *Campus Repórter*, a Faculdade de Comunicação disponibilizou uma bolsa auxílio-viagem de R\$ 800,00 por pessoa. Não houve necessidade de aluguel de equipamentos, já que a equipe disponibilizava dos materiais necessários para a realização da reportagem. Como o orçamento descrito acima diz respeito aos gastos de apenas uma pessoa, vale ressaltar que o valor total da realização da matéria aproximou-se em 70% além do total computado acima, uma vez que a equipe em viagem foi composta por um repórter e uma fotógrafa e que, embora algumas das despesas equivalem ao gasto de ambos, outras como translado e alimentação devem ser contadas como gastos independentes para cada um dos membros da equipe.

7.7 – Equipe de produção e de edição da reportagem

Para a realização desta reportagem, integrou-se a seguinte equipe, dentro da estrutura da redação da revista *Campus Repórter*:

- Editor-executivo – cargo ocupado na estrutura da revista pelo professor Sérgio de Sá, que comandava as reuniões de pauta e estabelecia prazos e metas para a produção e redação das reportagens. Ao longo do processo que deu origem ao trabalho sobre as fiapeiras de Frecheirinha, Sérgio acompanhou todo o processo de pré-apuração, sugerindo e questionando assuntos de interesse para a sustentação da reportagem; além disso, no período de viagem, o editor sugeriu caminhos para os desafios surgidos, na medida em que eram relatados pelo repórter e fotógrafa em campo.
- Editora – função exercida pela professora Dione Oliveira Moura, responsável por sugerir leituras e ajudar a manter o ritmo da apuração de acordo com o foco discutido em reuniões de pauta. As primeiras leituras foram feitas por ela, que ajustava com o repórter a qualidade e a quantidade de informações demandadas ao longo do processo. Para a apresentação do produto como projeto final de conclusão de curso, a editora também acumulou a função de orientadora.
- Diretor de fotografia – função do professor Marcelo Feijó, que buscou aconselhar e preparar fotógrafa e repórter para os desafios e dificuldades da produção de imagens que pudessem ser fieis à apuração, mas que ousasse e complementasse a apreciação do assunto tratado em texto por meio das fotografias. Ao fim do processo, selecionou as melhores imagens para a utilização na edição 11 da revista *Campus Repórter*, não apenas da reportagem sobre as fiapeiras, mas de todos os trabalhos que comporiam aquele número da publicação.
- Diretor de arte e diagramadora – o primeiro cargo foi exercido pelo professor Luciano Mendes, e o segundo pela estudante do curso de comunicação Ellen Rocha, matriculada na disciplina para a realização da revista. Após o final da redação da

reportagem, ambos trabalharam junto aos demais membros da equipe as referências visuais e de desenho de página que poderiam contribuir com a reprodução da produção dentro do projeto da revista *Campus Repórter*.

- Repórter – função exercida por mim, que tive como processo todo o trabalho descrito ao longo desta memória.⁴
- Fotógrafa – trabalho a cargo de Jéssica Paula, estudante de jornalismo da faculdade de comunicação e matriculada na disciplina de realização da revista. Jéssica se dedicou a estudar ao lado do repórter e da editora o tema que envolve a história das fiapeiras, e acompanhou o processo desde a pré-apuração, quando se candidatou para fotografar essa matéria especificamente. Além disso, acompanhou o repórter ao longo da viagem, contribuindo não apenas com a produção de imagens, mas com opiniões críticas a respeito do processo de apuração que puderam tornar mais eficazes não só o texto, mas como a produção das imagens que comporiam a reportagem. Jéssica, ao lado do editor de fotografia, selecionou e editou as melhores fotografias a fim de que apenas o material de maior qualidade pudesse ser publicado na revista.

7.8 – Cronograma de pesquisa

O cronograma abaixo é referente ao ano de 2012, e descreve o calendário final. A finalização da reportagem estava prevista para ocorrer em cinco meses letivos, mas precisou se estender e alcançar, no ritmo possível, 11 meses, conforme foi descrito ao longo desta memória e é detalhado no quadro a seguir.

TABELA 4: CRONOGRAMA FINAL DE PESQUISA.

FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL
Período de pré-apuração e	Apresentação da pauta à	Processo de apuração à

⁴ Redação em 1ª pessoa do singular, à título de esclarecimento do desempenho dos papéis da reportagem.

levantamento da primeira versão da pauta para apresentação à equipe da <i>Campus Repórter</i>	<p>equipe da revista.</p> <p>Continuidade do processo de pré-apuração, uma vez tendo sido a pauta aprovada.</p> <p>Ajuste e redefinição de foco e método de apuração.</p> <p>Estabelecimento de prazos.</p>	<p>distância. Levantamento de telefones importantes, conversas preliminares e agendamento de entrevistas para a viagem.</p> <p>Levantamento e leitura de bibliografia de referência para produção da reportagem.</p>
MAIO	JUNHO	JULHO
<p>Viagem e apuração <i>in loco</i>.</p> <p>Apuração por telefone de informações adicionais pós-viagem.</p> <p>Estabelecimento de novos métodos, e revisão do foco abordado.</p> <p>Definição do roteiro de redação.</p> <p>Início do processo de redação.</p> <p>Greve da UnB.</p>	<p>Greve da UnB.</p> <p>Processo atrapalhado pela desconfiança de que a pauta poderia não se sustentar.</p> <p>Realização de entrevistas complementares.</p> <p>Revisão de foco.</p> <p>Leitura de bibliografia complementar.</p>	<p>Greve da UnB.</p> <p>Redação da primeira parte da memória da reportagem.</p>
AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
<p>Greve da UnB</p> <p>Continuidade no processo de redação.</p> <p>Seleção de fotos.</p>	<p>Fim da greve na UnB.</p> <p>Finalização da redação.</p>	<p>Processo de edição do repórter.</p> <p>Primeira versão definitiva emitida à editora.</p>
NOVEMBRO	DEZEMBRO	
<p>Leitura e edição da reportagem.</p> <p>Segunda fase de redação da memória. Ajustes.</p>	<p>Fechamento definitivo do texto, emitido à diagramação.</p> <p>Conclusão da memória.</p>	

8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS⁵

A primeira reação que esbocei quando ouvi falar das fiapeiras em Frecheirinha foi de dúvida. Duvidei que elas realmente existissem, que fossem sacrificadas de tal maneira para que as empresas de confecção de lingerie pudessem prosperar. Duvidei que alguém pudesse se submeter a condições tão precárias de trabalho e que concordassem em ganhar tão pouco por uma função tão extenuante, já que não existe, em Frecheirinha, a característica do trabalho forçado propriamente dito e que, à princípio, é escolha delas cumprirem as longas jornadas nas fábricas da cidade.

A dúvida motiva mais a pauta do que o próprio tema a ser abordado. O que leva uma cidade em pleno desenvolvimento econômico e industrial a reproduzir de forma sistemática um fenômeno social tão arcaico, chegando a legitimá-lo como forma de sobrevivência inquestionável? A contradição do trabalho escravo contemporâneo é um clichê que desperta curiosidade e comoção, porque invariavelmente envolve pessoas desgraçadas e esquecidas pelo poder público, abandonadas pelo direito de exercer a cidadania e violadas em sua dignidade.

Sobre o assunto em si, no entanto, há muito pouco de realmente novo que possa ser dito. A questão é que todos sabem o que é trabalho escravo, mas não sabem como e com qual frequência acontece, e o quão próximo isso é da realidade de cada um. No jornalismo, os mecanismos sobre os quais o fenômeno ainda continua ocorrendo em pleno século 21 é que confere à pauta o caráter novidadeiro: como explicou uma fonte, a mente criativa e perversa do explorador é imprevisível. É provavelmente por isso que, a cada nova denúncia, o assunto revela uma realidade menos explícita e mais perversa de degradação humana. Sob os olhos do jornalista, o valor-notícia enriquece a partir das histórias comoventes, envolventes e chocantes dessas pessoas, dos detalhes relatados por quem é submetido a essa condição exploratória.

⁵ O autor optou por redigir as Considerações Finais na 1ª pessoa do singular.

O meu principal interesse desde o início era contar essas histórias. Observar a exploração de trabalho análogo ao de escravo em Frecheirinha como um fenômeno explicável -- embora não compreensível -- e característico daquela comunidade que se formou ao longo dos anos no interior do Ceará. Diante das limitações, do ritmo de desenvolvimento e das necessidades daquele município, parecia urgente saber quem eram os homens e mulheres, o sangue vivo por trás dos números que, a nós, nos chegavam primeiro: 18 fábricas e milhões de reais mensais de renda em uma microcidade de 12 mil habitantes que, há menos de 30 anos, abandonou o perfil exclusivamente rural para se tornar uma potência industrial no meio do sertão e que, para isso, paga a cada fiapeira o valor de três centavos pela revisão de cada peça manufaturada. Por uma remuneração que atenda às suas necessidades, a funcionária precisa revisar cerca de 20 mil peças por dia.

Estava claro que era necessário denunciar essa exploração. Revelar a condição das fiapeiras de Frecheirinha se mostrou, desde o início, uma “missão” que implica, no trabalho jornalístico, um caráter de benefício público. Mas, além disso, era preciso, como numa fotografia, revelar a história das pessoas envolvidas no problema como uma radiografia de um Brasil recém-forjado que, após anos de atraso, chegou finalmente aos *tempos modernos*, ainda que sob a égide de uma estrutura social atávica no que diz respeito às relações de trabalho e de acesso ao estado democrático de direito.

Parecia o tema certo para que eu pudesse propor uma linguagem e estrutura do gênero jornalístico mais inspirado na literatura, e que pudesse atrair e interessar o leitor até a última linha, e não apenas o lide. Era preciso informar e comover, entreter e mobilizar. Por outro lado, a dificuldade e o embate quase ético, que me colocou em posição crítica à minha função diante da pauta, foi a de que durante o processo, eu precisava acima de tudo evitar que a experimentação de gênero, o exercício e o projeto de conclusão em busca de uma diplomação fossem mais importantes que o fato em si, e que eu não estava usando do drama alheio para descobrir os limites da minha capacidade de reportar e narrar um fato, da minha competência em ser repórter. Elas são pessoas de verdade, têm um problema de verdade, estão no limite da sobrevivência, e eu simplesmente não podia ser leviano diante disso. O fato é o mais importante, e o texto deve existir em função e em prol dele.

Se a atração pelo estilo literário no gênero jornalístico me traiu pelo caráter experimental diante de uma pauta que parecia urgir de ampla divulgação, foi nele que encontrei conforto para garantir um retrato mais fiel e menos superficial da intensa

experiência que provei ao encontrar com as fiapeiras de Frecheirinha. Foi também uma forma de relativizar os lados da história: como se trata de exploração de trabalho análogo ao de escravo, parece natural a necessidade de que uma narrativa humanista e humanizada assuma o discurso do explorado, desde que essa narrativa não seja jornalística.

A possibilidade de me aprofundar nas histórias dos diferentes personagens e de conhecer de perto suas necessidades, dificuldades e limitações me permitiu construir uma reportagem que, a meu ver, evita maniqueísmos simplórios e atrai interesse porque se isenta de apontar culpados, julgá-los ou condená-los. Nessa perspectiva, me aproximar dos trabalhos acadêmicos em jornalismo que discutem a construção da realidade, os enquadramentos e recortes no fazer jornalístico me permitiu trabalhar com a necessidade de revelar as várias causas de um problema profundo e complicado de se resolver.

É nesse paradigma profissional, que se mistura a necessidade de uma revelação estética do texto jornalístico concomitante a uma expressão fiel dos fatos observados, que me encontrei na difícil tentativa de me expressar de forma mais pessoal, e declarar, ao longo da reportagem, um eu-narrador-observador sem que isso pareça mais importante do que a notícia em si. Escolhi, portanto, escrever “mulheres são exploradas”, e não “eu vi mulheres exploradas”, porque percebi que, em dado momento, parecia o “eu” um registro egoísta que desqualifica a hierarquização do que é realmente notícia. Preferi caracterizar essa presença de forma mais sutil, reduzindo a interferência do repórter no “contar” dos personagens que pude conhecer.

Durante o processo, percebi o risco que representava produzir uma reportagem com uma denúncia tão séria envolvendo empresas de poder econômico relativamente alto, e as consequências jurídicas que isso poderia trazer a mim e à faculdade. A partir de uma clipagem das matérias que foram publicadas mais recentemente e que denunciavam o trabalho escravo no Brasil, localizei, a título de curiosidade, entre 2010 e 2012, cerca de 10 reportagens veiculadas em diferentes plataformas midiáticas, e, invariavelmente, todas estavam condicionadas a alguma ação promovida pelo Estado.

Nas operações combinadas de desbaratamento do trabalho em que participam a polícia, auditores fiscais e jornalistas, a ação deste último profissional depende da dos demais, e, apesar de eximi-lo da necessidade de se aprofundar na apuração para conseguir provar publicamente o crime – uma vez que ele já foi constatado pelo poder público –, esta

associação tira do jornalista a autonomia e dispõe o exercício de sua função a despeito do trabalho dos demais profissionais.

A escolha aparentemente segura de condicionar o trabalho do repórter à ação policial é uma clara inversão do papel da imprensa, que se torna dependente e pouco isenta. Os furos jornalísticos perdem a importância e as reportagens não têm caráter de denúncia porque se esvaziam do poder de antecipar e revelar à sociedade uma condição que deve ser acompanhada com mais atenção e rigor pelo Estado.

Redigir e publicar a reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha* foi uma decisão difícil, mas baseada na consciência de que o que a fotógrafa Jéssica Paula e eu vimos no município cearense — conforme relatado na reportagem — pode, assim como foi, ser provado por meio não apenas de depoimentos, mas de documentos contundentes.

Diante disso, foi possível perceber, ao longo da apuração e da redação da reportagem, o quanto a potencialidade da formatação chamada literária — ou, conforme definiu a autora Cremilda Medina, da estrutura de uma narrativa da contemporaneidade — angaria uma apresentação dos fatos em busca de torná-los não apenas coerentes, mas coesos entre si, inseridos numa lógica complexa e compreensível. A necessidade de lançar esse olhar sobre os fatos torna o repórter e narrador uma figura mais honesta para com o seu leitor, na medida em que ele registra em seu relato a marca das impressões pessoais: não apenas a que ele teve diante do que foi observado, mas de como o mesmo objeto é visto pelos diferentes personagens que compõem a história a ser contada, e como essas percepções se completam e se conformam numa lógica coerente, embora não óbvia.

Muito diferente é um esquema narrativo sintético e quase descartável, uma vez que pode ser reproduzido, modificado, simplificado e editado sem grandes perdas no teor informativo, o estilo escolhido para esse projeto garante que o valor-notícia esteja além do que é a notícia em si, ou seja, daquilo que motiva a pauta. É relevante saber, e talvez no mesmo nível de importância, as causas e consequências do fato principal, e principalmente, como isso atinge, a quem isso atinge e de que modo acontece. Humanizar a pauta, dar a chance de o leitor se por no lugar do observador e de quem é observado é uma consequência quase intrínseca do exercício de descrição, presente e essencial para a elaboração de uma reportagem que siga essa estrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRUM, Eliane. **O olho da rua: uma repórter em busca da literatura da vida real**. São Paulo: Globo, 2009.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2006.

FERRARI, Maria Helena; SODRÉ, Muniz. **Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Comunicação e identificação**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

JORGE, Thaís de Mendonça. **Manual do foca – guia de sobrevivência para jornalistas**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia – métodos de investigação na imprensa**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Raúl Antelo (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1986.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**, São Paulo: Ática, 1985.

MEDINA, Cremilda. *A arte de tecer o presente – Narrativa e cotidiano*. São Paulo: Sumus, 2003.

MORAES, Letícia Nunes de. **Leitura das revistas Realidade – 1966-1986**. São Paulo: Alameda, 2007.

NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Contexto, 2009.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 3ª ed. São Paulo, Contexto, 2009.

SILVEIRA, Ada Cristina M. da (org). **Jornalismo além da notícia**. Santa Maria: FACOS – UFSM, 2003.

THÉRY, Hervé *et al.* **Atlas do trabalho escravo no Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.

TRAQUINA, Nilson. **Teorias do jornalismo – a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional – volume 2**. 2ª ed. São Paulo: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nilson. **Teorias do jornalismo – por que as notícias são como são – volume 1**. 2ª ed. São Paulo: Insular, 2005.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia. Estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: G.Gili, 1983.

Periódicos

FILHO, José Claudio Monteiro de Brito. Trabalho como redução do homem à condição análoga à de escravo e dignidade da pessoa humana. **Revista Genesis**, Curitiba, v. 1, nº 137, p.637-682, maio/2004.

JORGE, Thaís de Mendonça. **A notícia e os valores-notícia. O papel do jornalista e dos filtros ideológicos no dia-a-dia da imprensa**. UNIrevista – vol. nº 3 (julho de 2006). Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Jorge.pdf> acesso em 23 de agosto de 2012.

HALL, Stuart. **The narrative construction of reality**. Context – vol. nº10. Reprodução da entrevista concedida a John O'hara em 5 de maio de 1983 para a Broadcasting Corporation's Doubletake.

Disponível em:

<<http://www.dalkeyarchive.com/book/?GCOI=15647100186030&fa=customcontent&extrasfile=A12619B9-B0D0-B086-B67F-BF2EEB609D89.html>> Acesso em: 9 de setembro de 2012.

JORGE, Thaís Mendonça. Por uma Didática da Notícia. Experiência extraclasse na construção de Grande Reportagem. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v.1, n.1, p.63-86, abr./jul. 2007. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/rebej/ojs/viewissue.php?id=6>> Acesso em: 15 de setembro de 2012.

KUCINSKI, Bernardo. **O jornalismo além fronteira: notas sobre a ética do jornalismo embutido**. Texto escrito para o Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho. São Paulo: ONG Repórter

Brasil, 2005. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/documentos/jornalismo_alem_fornteira.pdf>
Acesso em: 23 de junho de 2012.

MARQUES, Márcia; MOURA, Dione Oliveira. De mochila nas costas, reconstruindo as trilhas da revista Realidade e em busca de novas narrativas. Revista Campus Repórter – UnB. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 203-218, jul./dez 2009.

Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/10933>> Acesso em: 23 de setembro de 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasília, DF). **Quadro geral das operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo – SIT/SRTE 1995 a 2010**: catálogo. Brasília, 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (Brasília, DF). **Trabalho escravo no Brasil em retrospectiva: Referências para estudos e pesquisas**: cartilha. Brasília, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the special rapporteur on contemporary forms of slavery, including its causes and consequences, Gulnara Shahinian – Mission to Brazil**. Human Rights Council: GE. 10-17504 (E), 30 de agosto de 2010.

SAKAMOTO, Leonardo (coord.) **Trabalho escravo no Brasil do século XXI**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2007.

VIEIRA, Maria Lédio. Frecheirinha – sangue empreendedor nas veias dos confeccionistas. In: CANAMARY, Tereza Kátia Acioli (org). **Histórias de sucesso: experiências empreendedoras**. Fortaleza: Sebrae/CE, 2007.

Intenet

BRASIL. **Código Penal**. Artigo 149 conforme lei nº 10.803 de 11 de dezembro de 2003. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/anotada/2340522/art-149-do-codigo-penal-decreto-lei-2848-40>> Acesso em: 12 de janeiro de 2012.

APENDICES

I. **Versão final da reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha***

[título:] AS FIAPEIRAS DE FRECHEIRINHA

[abre:] *No interior do Ceará, cerca de 200 mulheres encontram-se em situação de trabalho escravo urbano. Longe dos olhos do Estado, elas cortam os fiapos das peças produzidas pelas fábricas de lingerie de Frecheirinha, mas não têm nenhum direito trabalhista garantido: ganham uma quantia irrisória pelo que produzem, e contraem dívidas insolúveis com o próprio trabalho. As fiapeiras de Frecheirinha são o retrato da exploração de trabalho análogo ao de escravo no Brasil em pleno século 21.*

“**NO PORTO DO CEARÁ** não se embarcam mais escravos.” Mas pessoas reduzidas à condição análoga à de servidão ainda existem, mesmo 132 anos depois de o líder abolicionista cearense Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, ter dito essa frase, em 1881. Em Frecheirinha, no interior do estado, cerca de 200 mulheres trabalham sob condições precárias na revisão das lingerie produzidas em um dos principais pólos de fabricação de vestuário íntimo no país, localizado em Frecheirinha, no interior do Ceará.

Elas cortam os fiapos, restos de linhas de costura e sobras de elástico das calcinhas, sutiãs e cuecas confeccionados na cidade, mas trabalham mais de 15 horas por dia sem salário fixo, carteira assinada, pagamento de férias ou qualquer outro

direito trabalhista. Chegam a ganhar menos de três centavos por peça revisada, e têm descontado do salário o valor de venda dos modelos que venham a danificar, quantia que pode chegar a R\$ 50 por lingerie. Algumas precisam trabalhar meses seguidos sem receber para saldar as dívidas com os patrões.

A ironia é que a então província do Ceará tenha sido a primeira a abolir o trabalho forçado no Brasil. "Não há força bruta no mundo que faça reabrir o porto ao tráfico negreiro", anunciou o prático da Capitania dos Portos cearense Chico da Matilde, abolicionista que impediu os jangadeiros de Fortaleza de fazer o transporte de escravos entre a Praia de Iracema e os navios. O bloqueio foi fundamental para forçar a assinatura da lei que, três anos

depois, emancipou 35.508 escravos em todo o estado.

Hoje, na cidade fundada 19 anos após a abolição da escravatura no Ceará, ninguém se lembra da história de Chico da Matilde. Frecheirinha está localizada na porção noroeste do estado, às margens da BR-222, que liga o estado cearense ao Pará. É uma área de intercessão entre o sertão e a serra, que fica quase na divisa com o Piauí. Ali faz calor o ano todo, mas a vegetação é sempre verde e a água, abundante. Segundo os dados do Censo de 2010, o município tem 12.991 habitantes, 58% em área urbana.

Há duas décadas, as principais atividades econômicas da região eram a extração de cal e as plantações de milho e feijão. O passado agrícola começou a ser varrido em 1989, quando a primeira fabriqueta de lingerie se instalou no território, na garagem do número 219 da Rua Tenente Eufrázio, com apenas duas máquinas de costura e duas costureiras.

— UôôôôôôôUUUN!

Às 7h da manhã, ouve-se de qualquer ponto da cidade o apito da maior fábrica, a Diamantes. É o início do expediente para os 1.200 trabalhadores das 18 confecções

de roupa íntima concentradas no município. O som serve também de despertador para os demais moradores. Escolas, comércio e prefeitura só começam a abrir depois do alarme, que substituiu os badalos do sino da igreja.

Raimunda Souza, a Nonata, acorda meia hora antes disso. Quando ouve a sirene, apanha um saco cheio de sutiãs e calcinhas que trouxe para revisar em casa na noite anterior, deixa o marido dormindo e segue para o trabalho, a 30 metros de onde mora. Nonata tem 24 anos e começou tirando fiapo aos 12. Está acostumada com a rotina. Na Hardy Lingerie, a moça trabalha desde 2008.

A meta do dia para os 250 funcionários da Hardy é fabricar cerca de sete mil peças íntimas de todos os tipos. No departamento de arte, quatro empregados fazem o planejamento e a plotagem dos produtos. Do almoxarifado vêm os tecidos, elásticos, linhas, laços e rendas que vão ser utilizados de acordo com a referência da ordem do dia: o código 483/787, por exemplo, indica a fabricação de 700 pares de calcinha e sutiã de cinco tamanhos diferentes, com renda florida e bojo estampado, fecho de metal, lacinho e alça ajustável.

A linha de montagem é semelhante em quase todas as fábricas. Depois da

plotagem, o tecido é cortado e costurado ao elástico e à renda. Em seguida, são colocados as alças, o fundo, o laço de enfeite e o fecho de metal. Cada tarefa é realizada por núcleos formados por até seis pessoas, e a retirada do fiapo é a penúltima etapa. No calorento galpão da Hardy, Nonata divide com quatro colegas o trabalho de cortar com uma tesourinha as linhas em excesso que as máquinas de costura deixaram, os pedaços de elástico e tudo mais que estiver sobrando na lingerie semipronta.

"As fiapeiras são fundamentais na revisão", avalia Sandra Pinto, gerente de produção da Hardy. Peça que tem fiapo não pode chegar à loja porque ainda não está acabada. Para manter o ritmo das tesouras, um supervisor monitora o trabalho das cinco meninas do fiapo. "Se elas estão lentas, o gerente manda acelerar; se conversam demais, a função dele é chamar a atenção", explica a gerente. No final do expediente, o funcionário responsável conta peça por peça e anota o que cada uma delas fez.

Juntas, em uma jornada, as fiapeiras devem tirar os fiapos de seis mil peças. "Não sei nem quantas eu consigo fazer, mas é um monte", admite Nonata. As lingerie não revisadas durante o dia são divididas entre as funcionárias, que terminam o trabalho em casa. Numa quarta-feira, 3.025

lingeries que sobraram foram distribuídas entre as cinco para serem devolvidas prontas no dia seguinte. Parte delas, cerca de 500, estava com Nonata. Na Hardy, as fiapeiras não são obrigadas a levar trabalho para casa, mas como ganham pelo que fazem, quanto mais fiapos tirarem, maior o salário no fim do mês. O valor do trabalho da fiapeira na Hardy Lingerie é de três centavos por lingerie revisada.

Raros são os dias em que Nonata não leva trabalho para casa. Como é considerada uma das funcionárias mais rápidas, chega a tirar uma média de R\$ 600 a R\$ 800 por mês, o que significa cortar os fiapos de cerca de 26.600 peças. Desse total, quase dez mil serão feitas fora do expediente. Se ela optasse por não fazer hora-extra, a renda de Nonata cairia para R\$ 485 mensais.

Errar o corte em uma peça pode sair muito caro. Quando acontece, o preço de venda é abatido no salário da fiapeira no final do mês. Tem peça que é mais difícil de limpar. As mais trabalhadas e caras demoram mais, são mais fáceis de danificar e, por isso, a quantidade final pode variar. As lingerie mais baratas da Hardy custam R\$ 2, e as mais caras chegam a R\$ 15. Na Diamantes, esse valor pode alcançar os R\$ 50.

"Ficar devendo o salário todo, eu tenho medo", assume Nonata. Os olhos baixos, tesoura à mão, tec tec tec tec. Já em casa, ela corta sem parar enquanto dura a conversa. As peças, ela espalha sobre a cama do casal. A TV, que ela só ouve, mas não vê, está ligada na novela, e um ventilador afasta o calor e os pernilongos, tec tec tec tec. Logo, o chão estará coberto por um tapete de fiapos. A fiapeira parece exausta, mas ela sabe que não pode parar.

Nonata coça um dos olhos afastando o sono. Suspira, escolhe outra peça no amontoado de calcinhas e diz: "Tem umas meninas que ficaram sem ganhar uns meses, aí", tec tec tec tec. "Mas não tem outro jeito, né, tem que trabalhar..." As mãos ágeis e as vistas rigorosas revisaram ao longo daquele dia mais de 1.200 lingerie.

A LEI Nº 10.803 DE 11 de dezembro de 2003 define que o trabalho escravo é "reduzir alguém à condição análoga a de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador proposto."

Para o procurador e coordenador nacional de erradicação do trabalho escravo do

Ministério Público do Trabalho, Jonas Moreno, a legislação é clara. "Estão contempladas no texto da lei mesmo aquelas realidades que não foram previstas pelo legislador, mas que existem na mente criativa do infrator", explica. O procurador esclarece que, quando há situações de trabalho forçado, restrição de liberdade, submissão de jornada exaustiva ou trabalho degradante, o crime pode ser tipificado. "Essas práticas não precisam estar combinadas, basta que uma delas exista", garante Moreno.

A pena máxima prevista para quem submete pessoas a condições análogas a de escravo é de oito anos de prisão, além de multa. De 1995 a 2011, mais de 41 mil pessoas foram resgatadas pelo Ministério do Trabalho. Na opinião de Moreno, os dados revelam a dificuldade que o país ainda tem em fiscalizar, punir e prevenir o crime. Só em 2012, o governo federal conseguiu libertar 2.560 trabalhadores explorados, dos quais 2% em atividades urbanas. "Para essa categoria, as estatísticas no Brasil estão subestimadas", completa.

O trabalho escravo urbano existe no Brasil desde o período colonial. Na década de 1980, um século depois da abolição da escravidão, o fenômeno se camuflou na indústria brasileira do vestuário como uma consequência do fortalecimento do

mercado têxtil no país e das altas taxas de desemprego em nações vizinhas. Esses fatores fizeram dos imigrantes latinoamericanos em busca de melhores condições as principais vítimas do trabalho escravo contemporâneo e urbano no Brasil, segundo informa um relatório das Nações Unidas publicado em 2010.

São bolivianos, peruanos e paraguaios que desembarcam ilegais no país à procura de emprego. A pobreza extrema, o medo da deportação e a dificuldade de se adaptarem aos costumes de um país diferente os tornam vulneráveis ao trabalho escravo. Para permanecer no Brasil, eles se submetem a condições degradantes impostas por donos de tecelagens irregulares, onde a regra é reduzir ao máximo os custos de produção.

Longe das metrópoles, a pequena Frecheirinha não desperta interesse da mão de obra estrangeira. Ali, patrões e funcionários compartilham a mesma vizinhança. À missa, ombro a ombro, eles debulham velhos terços de madeira todos os domingos enquanto entoam orações monocórdias e, a cada ano, participam juntos dos festejos em honra à Nossa Senhora da Saúde, padroeira da cidade. As famílias mantêm relações entre si há décadas, de modo que, se nem todo mundo tem algum parentesco entre si, todos se conhecem.

“Nos casos em que há um nível de complexidade maior na organização social, onde as raízes familiares e históricas estão sedimentadas, a relação entre empregador e empregado é diferente da praticada com os imigrantes ilegais”, explica a cientista social Natália Suzuki. Ela é coordenadora do programa Escravo nem pensar, segmento da Repórter Brasil, uma das organizações não governamentais mais atuantes para o combate ao trabalho escravo no país.

“A exploração é a mesma em qualquer lugar, mas o modo sobre o qual ela opera no interior é diferente, e talvez mais perverso”, analisa. “Não é o medo de ser expulso do país que o mantém naquela situação. Mas a honra, a vergonha de ter alguma dívida financeira e moral com um ente importante naquela sociedade”, aponta Natália. “Nesse caso, o que mais importa é a privação da dignidade. O funcionário vê no empregador a figura de benfeitor que fez o favor de dar a ele um trabalho, mesmo sob condições degradantes. O sentimento que o explorado tem, muitas vezes, é de gratidão.”

A cientista social não se surpreende que os mecanismos de exploração estejam presentes nas relações de trabalho das indústrias do interior do Brasil, assim como estão nas metrópoles. “É uma herança clara do coronelismo,

mandonismo, paternalismo. O perfil econômico de algumas cidades mudou, a indústria cresceu, mas as relações de trabalho não evoluíram no mesmo ritmo”, avalia.

A FRECHEIRINHENSE NEYS Silva tem 39 anos e trabalhou como fiapeira por mais de 15. Ela passou pela maioria das confecções da cidade, mas, como tantas outras fiapeiras, preferia fazer o acabamento das peças em casa, fora dos galpões das fábricas. Neys nunca teve a Carteira de Trabalho assinada, nem qualquer direito trabalhista pago pelas empresas para as quais prestou serviço.

Nesse tempo, ela viu algumas confecções abrirem e prosperarem. Outras fecharam as portas do dia para a noite. Neys era considerada uma das tiradoras de fiapo mais experientes da região, e a casa onde mora com a família está de pé graças ao trabalho dela. Hoje, tudo o que Neys quer é manter distância dos fiapos e do tec tec das tesouras.

“Pra mim não tinha tempo ruim”, conta a ex-fiapeira. “Já trabalhei doente, grávida, de resguardo, de dia e de madrugada. O dinheiro era pouco, mas era o que tinha. Em casa, todo mundo ajudava. Essa daí”, e aponta uma das filhas, a mais velha, “começou no fiapo desde cedo. O meu menor até dormia por cima das calcinhas

enquanto a gente trabalhava. Aqui era assim: ou vai pro fiapo ou pro roçado, porque dinheiro não cai do céu, né?”

Quinze mil e duzentas peças, ou R\$ 380, era o que Neys conseguia fazer em um mês. Para complementar a renda da família, ela também acompanhava o marido no cultivo de grãos e vendia cosméticos de revista. A fábrica de lingerie para a qual trabalhou por último foi a Diamantes, e o vínculo durou três anos e 11 meses. À época, a maior empresa da cidade pagava à funcionária o valor de dois centavos e meio por cada lingerie revisada. Pelos últimos três meses de trabalho, Neys não recebeu nenhum tostão.

“Eles diziam que eu estava devendo, e que tinha de compensar umas peças que eu havia danificado. Eu pedia pra ver as calcinhas cortadas, e nada. Ainda assim, não deixei de tirar fiapo.” Em janeiro de 2011, a empresa entregou a Neys cinco conjuntos de lingerie que teriam sido inutilizadas por ela, e a dispensou. “Nunca cortei aquelas peças, e, mesmo que tivesse feito, o valor delas não dava nem a metade do que eles disseram que eu devia. Fiquei sem nada, saí com uma mão na frente e outra atrás.”

O caso foi parar na Justiça do Trabalho. O processo de reclamação trabalhista de número 0337-14, julgado na Vara de

Sobral em 2 de maio de 2011, ignora a relação de dívida contraída com o trabalho, a jornada extenuante e a ínfima remuneração às quais Neys estava submetida, três condições que qualificam o trabalho análogo ao de escravo.

Às vésperas do julgamento da ação, Neys recebeu um telefonema de Claudenia Araújo, uma das sócias da Diamantes Lingerie. “Ela me disse que eu não era ninguém, e que esse processo não ia dar em nada porque eu era nada. Isso me doeu muito, mais do que a demissão. O que ela me disse não tem perdão.”

No processo, a defesa da Diamantes Lingerie alega que “a reclamante prestou serviços de acabamento nas peças apenas de forma esporádica e autônoma, jamais existindo vínculo de emprego entre as partes.” Consta ainda no relatório da ação que Neys, como autônoma, tinha a liberdade para contratar alguém se quisesse aumentar a produção.

“Com a mixaria que eu ganhava, como é que eu podia contratar alguém? Eles disseram um monte de absurdo”, contesta a ex-fiapeira. “Disseram que eu não precisava cumprir meta, que ninguém fiscalizava meu trabalho, que eu não seria repreendida se não conseguisse terminar tudo. Mas às vezes eles tinham uma

entrega grande pra fazer no dia seguinte, e quem tinha que dar conta era eu.”

Para justificar a inexistência de vínculo empregatício, os advogados da Diamantes garantiram que Neys era responsável por comprar os próprios equipamentos. “Eu nunca comprei uma tesoura pra tirar fiapo, eu juro. Sempre que uma cegava, eu ia lá e buscava outra na fábrica.” Outra fiapeira, Maria de Fátima Nascimento, depôs a favor da colega Neys. “Eu estava muito nervosa, nem sabia direito o que o juiz estava me perguntando. Só sei que não é certo o que fizeram com a Neys”, declara a ex-funcionária da Diamantes.

A decisão do juiz acabou favorecendo a Diamantes Lingerie porque Neys não conseguiu provar a relação de trabalho com a fábrica. Depois do julgamento, Maria de Fátima foi acusada de roubar uma camiseta que custava R\$ 23. “O encarregado disse que estava faltando essa peça no meu monte, mas eu disse que não estava comigo. Uma semana depois, eles acharam a camiseta, e aí eu disse que também não queria mais trabalhar pra eles.”

Maria de Fátima não vê relação entre a acusação de roubo e o depoimento dela contra a empresa. “Acho que não foi punição. Eu saí porque escolhi, porque me

senti humilhada. Não quero mais nada com eles. O trabalho no fiapo não compensa.”

Nas calçadas do Cairal, bairro pobre onde vive Maria de Fátima, outras dezenas de marias passam as tardes nas calçadas tirando fiapo de lingerie. Maria Micaeli, Maria Alessandra, Maria Enízia. “Aqui o que mais tem é fiapeira. A vizinha aqui do lado também é, a menina aí da frente, e a que mora lá naquela casa azul da esquina”, aponta a fiapeira Maria Benoísta, de 26 anos. Ela mostra as três sacolas cheias de calcinha que acabaram de chegar da confecção para a qual trabalha. “Isso aqui eu tenho que terminar até amanhã. Aí, eu mando buscar, eles vêm e trazem mais.”

Enquanto o marido não consegue emprego, Maria Benoísta faz como pode para manter a casa e os três filhos com os R\$ 200 que ganha tirando fiapo. “Quando soube que a fábrica estava precisando de fiapeira, eu não contei pipoca”, recorda. “Eles perguntam: ‘você quer o emprego mesmo? As peças são caras, se você estragar, tem que pagar.’ Mas fora isso o que eu posso fazer?”

Ela lembra que já enfrentou muita dificuldade, e não quer mais ver os filhos passarem fome. A família também recebe R\$ 134 do Bolsa Família. “O dinheiro dá para uma feira, só. Aí, eu consigo uns descontos, compro alguma coisa que os

meninos estão precisando. Não é muita coisa, mas a gente sobrevive.” Maria Benoísta pensa no futuro e sorri otimista enquanto afaga uma das filhas que, como tantas fiapeiras de Frecheirinha, também se chama Maria.

A PROPRIETÁRIA DA HARDY Lingerie, Terezinha Santos, caminha orgulhosa por entre as células da linha de montagem da fábrica que lidera. A empresária cumprimenta todos os funcionários e os trata pelo nome, com intimidade. “Eles são minha família. Assim como eles, eu sou nascida, criada e formada em Frecheirinha.” A viúva, o único filho e a nora são os responsáveis por uma das mais importantes confecções de peças íntimas da cidade.

“Antes das fábricas, Frecheirinha nem existia no mapa. Hoje, nossos produtos estão em todo o país”, revela Terezinha. Espalhada por boa parte dos estados do Norte e Nordeste, a Hardy produz, em média, 150 mil peças por mês e movimenta, no mesmo período, perto de R\$ 1 milhão. “Começamos a vender no Rio de Janeiro, São Paulo e, em breve, chegaremos ao Distrito Federal, e até mais longe. Somos uma força econômica e industrial no meio do nada”, sintetiza.

Terezinha acredita que foi graças à indústria de roupas íntimas que os frecheirinhenses puderam conquistar alguma dignidade. “Éramos uma cidade muito pobre, não tinha emprego para todo mundo, só o que tinha era gente passando fome. Olha só pra hoje! As novas gerações não sabem como era isso daqui.”

A empresária é quase uma unanimidade em Frecheirinha. Os funcionários a admiram, e os ex-empregados se espelham nela. “É uma mulher incansável, que está sempre trabalhando. Dá duro desde os oito anos, já trabalhou na roça, já passou fome. Ela não tinha nada, e ter chegado até aqui é um exemplo para todo mundo”, elogia a nora, Melissia Costa. Terezinha fala de si sem modéstia: “Aqui eu mato mil leões todos os dias.”

Para ela, o maior desafio é combater a apatia dos empregados. “Tem muita gente que não quer nada com o trabalho. Nós investimos em todos eles. Treinamos, oferecemos oportunidades, damos vantagens.”

O treinamento de um funcionário novo dura, em média, seis meses. Na maioria das fábricas, há um núcleo só de capacitação, e a rotatividade é muito grande. Sem incentivos fiscais e driblando as dificuldades de escoamento da produção de uma cidade industrial no interior do

estado, as empresas precisam pagar caro para assumir compromisso com um empregado que nem sabem se vão contratar e, com frequência, preferem mantê-lo na informalidade.

“Tem cesta básica pro funcionário do mês, festa pro núcleo que bate meta, e mesmo assim às vezes as pessoas só estão pensando no ganho imediato, não em crescer”, justifica Terezinha. “Fazemos de tudo pro ‘cabra’ ficar, mas é um desafio lidar com o desinteresse.”

Para a promotora de justiça da cidade, Caroline Rodrigues, é papel do empregador manter as condições adequadas para a realização do trabalho dos funcionários. “Eles têm uma obrigação moral com essa população. Tem adolescente de 13, 14 anos que está largando a escola para ganhar R\$ 200 nas fábricas, e isso é um absurdo.”

Caroline não teme a fama de ser uma pedra no sapato de empresários que não cumprem a lei. “Frecheirinha não tem delegacia, não tem defensor público e a Procuradoria do Trabalho fica em Tianguá, do outro lado da serra. A cidade parece que é feita para não funcionar, nem sindicato tem. Então, tudo o que acontece aqui vem para o fórum.”

A promotora, natural de Fortaleza, foi nomeada para trabalhar em Frecheirinha no

início de 2011. “Quando cheguei, conheci uma senhora que trabalhava com fiapo e ganhava R\$5 por cada sacola enorme de lingerie, em situação de quase mendicância”, conta. “O que me chamou a atenção foi o estado das mãos dela. Vermelhas, descascadas, cheias de calos, como as de alguém que supera os limites para conseguir trabalhar.”

Caroline motivou uma operação de fiscalização do trabalho em abril de 2012 porque constatou irregularidades nas folhas de ponto de algumas empresas às quais teve acesso. “Veio perito, auditor do trabalho e promotor. Eles fotografaram banheiros inadequados, uniformes impróprios, instalações de risco, quadros de metas. O que pode ser feito foi feito, e os estabelecimentos foram multados e obrigados a regularizar a situação dos funcionários. Mas as fiapeiras fugiram dos fiscais”, explica.

Ela acrescenta que a situação das fiapeiras é a mais dramática porque, já que a maioria

não trabalha dentro das fábricas, essas funcionárias são invisíveis aos olhos da fiscalização. “Elas são fantasmas. Ninguém as vê, ninguém sabe a que horas estão lá. É como se não existissem. Os empregadores preferem fechar os olhos, porque é uma mão de obra praticamente gratuita, extremamente necessária, e nem precisa de treinamento”, declara.

Apesar de reclamarem do excesso de trabalho e do pouco que ganham, muitas fiapeiras não encontram condições para sair da situação de exploração. A promotora avalia que, em geral, essa é uma função exercida por pessoas carentes, sem instrução, e que não conseguem se qualificar para atividades mais bem remuneradas. “As fiapeiras não querem ter carteira assinada para não perder a Bolsa Família ou a aposentadoria rural que ganham”, explica. “Elas aqui têm poucas opções e, enquanto se contentam com as migalhas que ganham, as fábricas prosperam.”

II. Versão sem cortes da reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha*

[título:] AS FIAPEIRAS DE FRECHEIRINHA

[abre:] *No interior do Ceará, cerca de 200 mulheres encontram-se em situação de trabalho escravo urbano. Longe dos olhos do Estado, elas cortam os fiapos das peças produzidas pelas fábricas de lingerie de Frecheirinha, mas não têm nenhum direito trabalhista garantido: ganham uma quantia irrisória pelo que produzem, e contraem dívidas insolúveis com o próprio trabalho. As fiapeiras de Frecheirinha são o retrato da exploração de trabalho análogo ao de escravo no Brasil em pleno século 21.*

"NO PORTO DO CEARÁ não se embarcam mais escravos." Mas pessoas reduzidas à condição análoga à de servidão ainda existem, mesmo 132 anos depois do líder abolicionista cearense Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, ter dito essa frase, em 1881. Em Frecheirinha, no interior do estado, cerca de 200 mulheres trabalham sob condições precárias na revisão das lingeries produzidas em um dos principais pólos de fabricação de vestuário íntimo no país, localizado em Frecheirinha, no interior do Ceará.

Elas cortam os fiapos, restos de linhas de costura e sobras de elástico das calcinhas, sutiãs e cuecas confeccionados na cidade, mas trabalham mais de 15 horas por dia sem salário fixo, carteira assinada, pagamento de férias ou qualquer outro direito trabalhista. Chegam a ganhar menos de três centavos por peça revisada, e têm descontado do salário o preço de venda dos modelos que venham a danificar, valor que pode chegar a R\$50 por lingerie. Algumas precisam trabalhar meses seguidos sem receber para saldar as dívidas com os patrões.

A ironia é que a então província do Ceará foi a primeira a abolir o trabalho forçado no Brasil. "Não há força bruta no mundo que faça reabrir o porto ao tráfico negreiro", anunciou o práctico da Capitania dos Portos cearense Chico da Matilde, abolicionista que impediu os jangadeiros de Fortaleza de fazer o transporte de escravos entre a Praia de Iracema e os navios. O bloqueio foi fundamental para forçar a assinatura da lei que, três anos depois, emancipou 35.508 escravos em todo o estado.

Hoje, na cidade fundada 19 anos após a abolição da escravatura no Ceará, ninguém se lembra da história de Chico da Matilde. Frecheirinha está localizada na porção noroeste do estado, às margens da BR-222, que liga o estado cearense ao Pará. É uma área de intercessão entre o sertão e a serra, que fica quase na divisa com o Piauí. Ali faz calor o ano todo, mas a

vegetação é sempre verde e a água, abundante. Segundo os dados do Censo de 2010, o município tem 12.991 habitantes, 58% em área urbana.

Há duas décadas, as principais atividades econômicas da região eram a extração de cal e as plantações de milho e feijão. O passado agrícola começou a ser varrido em 1989, quando a primeira fabriqueta de lingerie se instalou no território, na garagem do número 219 da Rua Tenente Eufrázio, com apenas duas máquinas de costura e duas costureiras.

- UôôôôôôUUUUN!

Às 7h da manhã, ouve-se de qualquer ponto da cidade o apito da maior fábrica, a Diamantes. É o início do expediente para os 1.200 trabalhadores das 18 confecções de roupa íntima concentradas no município. O som serve também de despertador para os demais moradores. Escolas, comércio e prefeitura só começam a abrir depois do alarme, que substituiu os badalos do sino da igreja.

Raimunda Souza, a Nonata, acorda meia hora antes disso. Quando ouve a sirene, apanha um saco cheio de sutiãs e calcinhas que trouxe para revisar em casa na noite anterior, deixa o marido dormindo e segue para o trabalho, a 30 metros de onde mora. Nonata tem 24 anos e começou tirando fiapo aos 12. Está acostumada com a rotina. Na Hardy Lingerie, a moça trabalha desde 2008.

A meta do dia para os 250 funcionários da Hardy é fabricar cerca de sete mil peças íntimas de todos os tipos. No departamento de arte, quatro empregados fazem o planejamento e a plotagem dos produtos. Do almoxarifado vêm os tecidos, elásticos, linhas, laços e rendas que vão ser utilizados de acordo com a referência da ordem do dia: o código 483/787, por exemplo, indica a fabricação de 700 pares de calcinha e sutiã de cinco tamanhos diferentes, com renda florida e bojo estampado, fecho de metal, lacinho e alça ajustável.

A linha de montagem é semelhante em quase todas as fábricas. Depois da plotagem, o tecido é cortado e costurado ao elástico e à renda. Em seguida, são colocados as alças, o fundo, o laço de enfeite e o fecho de metal. Cada tarefa é realizada por núcleos formados por até seis pessoas, e a retirada do fiapo é a penúltima etapa. No calorento galpão da Hardy, Nonata divide com quatro colegas o trabalho de cortar com uma tesourinha as linhas em excesso que

as máquinas de costura deixaram, os pedaços de elástico e tudo mais que estiver sobrando na lingerie semipronta.

"As fiapeiras são fundamentais na revisão", avalia Sandra Pinto, gerente de produção da Hardy. Peça que tem fiapo não pode chegar à loja porque ainda não está acabada. Para manter o ritmo das tesouras, um supervisor monitora o trabalho das cinco meninas do fiapo. "Se elas estão lentas, o gerente manda acelerar; se conversam demais, a função dele é chamar a atenção", explica a gerente. No final do expediente, ele conta peça por peça e anota o que cada uma delas fez.

Juntas, em uma jornada, as fiapeiras devem tirar os fiapos de seis mil peças. "Não sei nem quantas eu consigo fazer, mas é um monte", admite Nonata. As lingerie não revisadas durante o dia são divididas entre as funcionárias, que terminam o trabalho em casa. Numa quarta-feira, 3.025 lingerie que sobraram foram distribuídas entre as cinco para serem devolvidas prontas no dia seguinte. Parte delas, cerca de 500, estava com Nonata. Na Hardy, as fiapeiras não são obrigadas a levar trabalho para casa, mas como ganham pelo que fazem, quanto mais fiapos tirarem, maior o salário no fim do mês. O valor do trabalho da fiapeira na Hardy Lingerie é de três centavos por lingerie revisada.

Raros são os dias em que Nonata não leva trabalho para casa. Como é considerada uma das funcionárias mais rápidas, chega a tirar uma média de R\$600 a R\$800 por mês, o que significa cortar os fiapos de cerca de 26.600 peças. Desse total, quase dez mil serão feitas fora do expediente. Se ela optasse por não fazer hora-extra, a renda de Nonata cairia para R\$485 mensais.

Errar o corte em uma peça pode sair muito caro. Quando acontece, o preço de venda é abatido no salário da fiapeira no final do mês. Tem peça que é mais difícil de limpar. As mais trabalhadas e caras demoram mais, são mais fáceis de danificar e, por isso, a quantidade final pode variar. As lingerie mais baratas da Hardy custam R\$2, e as mais caras chegam a R\$15. Na Diamantes, esse valor pode alcançar os R\$50.

"Ficar devendo o salário todo eu tenho medo", assume Nonata. Os olhos baixos, tesoura à mão, tec tec tec tec. Já em casa, ela corta sem parar enquanto dura a conversa. As peças, ela espalha sobre a cama do casal. A TV, que ela só ouve, mas não vê, está ligada na novela, e um ventilador afasta o calor e os pernilongos, tec tec tec tec. Logo, o chão estará coberto por um tapete de fiapos. A fiapeira parece exausta, mas ela sabe que não pode parar.

Nonata coça um dos olhos afastando o sono. Suspira, escolhe outra peça no amontoado de calcinhas e diz: "Tem umas meninas que ficaram sem ganhar uns meses, aí", tec tec tec tec. "Mas não tem outro jeito, né, tem que trabalhar..." As mãos ágeis e as vistas rigorosas revisaram ao longo daquele dia mais de 1.200 lingerie.

A LEI Nº 10.803 de 11 de dezembro de 2003 define que o trabalho escravo é “reduzir alguém à condição análoga a de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão da dívida contraída com o empregador proposto.”

Para o procurador e coordenador nacional de erradicação do trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, Jonas Moreno, a legislação é clara. “Estão contempladas no texto da lei mesmo aquelas realidades que não foram previstas pelo legislador, mas que existem na mente criativa do infrator”, explica. O procurador esclarece que, quando há situações de trabalho forçado, restrição de liberdade, submissão de jornada exaustiva ou trabalho degradante, o crime pode ser tipificado. “Essas práticas não precisam estar combinadas, basta que uma delas exista”, garante Moreno.

A pena máxima prevista para quem submete pessoas a condições análogas a de escravo é de oito anos de prisão, além de multa. De 1995 a 2011, mais de 41 mil pessoas foram resgatadas pelo Ministério do Trabalho. Na opinião de Moreno, os dados revelam a dificuldade que o país ainda tem em fiscalizar, punir e prevenir o crime. Só em 2012, o governo federal conseguiu libertar 2.560 trabalhadores explorados, dos quais 2% em atividades urbanas. “Para essa categoria, as estatísticas no Brasil estão subestimadas”, completa.

O trabalho escravo urbano existe no Brasil desde o período colonial. Na década de 1980, um século depois da abolição da escravatura, o fenômeno se camuflou na indústria brasileira do vestuário como uma consequência do fortalecimento do mercado têxtil no país e das altas taxas de desemprego em nações vizinhas. Esses fatores fizeram dos imigrantes latino-americanos em busca de melhores condições as principais vítimas do trabalho escravo contemporâneo e urbano no Brasil, segundo informa um relatório das Nações Unidas publicado em 2010.

São bolivianos, peruanos e paraguaios que desembarcam ilegais no país a procura de emprego. A pobreza extrema, o medo da deportação e a dificuldade de se adaptarem aos

costumes de um país diferente os tornam vulneráveis ao trabalho escravo. Para permanecer no Brasil, eles se submetem a condições degradantes impostas por donos de tecelagens irregulares, onde a regra é reduzir ao máximo os custos de produção.

Longe das metrópoles, a pequena Frecheirinha não desperta interesse da mão de obra estrangeira. Ali, patrões e funcionários compartilham a mesma vizinhança. À missa, ombro a ombro, eles debulham velhos terços de madeira todos os domingos enquanto entoam orações monocórdias e, a cada ano, participam juntos dos festejos da cidade em honra à padroeira. As famílias mantêm relações entre si há décadas, de modo que, se nem todo mundo tem algum parentesco entre si, todos se conhecem.

“Nos casos em que há um nível de complexidade maior na organização social, onde as raízes familiares e históricas estão sedimentadas, a relação entre empregador e empregado é diferente da praticada com os imigrantes ilegais”, explica a cientista social Natália Suzuki. Ela é coordenadora do programa Escravo nem pensar, segmento da Repórter Brasil, uma das organizações não governamentais mais importantes para o combate ao trabalho escravo no país.

“A exploração é a mesma em qualquer lugar, mas o modo sobre o qual ela opera no interior é diferente, e talvez mais perverso”, analisa. “Não é o medo de ser expulso do país que o mantém naquela situação. Mas a honra, a vergonha de ter alguma dívida financeira e moral com um ente importante naquela sociedade”, explica Natália. “Nesse caso, o que mais importa é a privação da dignidade. O funcionário vê no empregador a figura de benfeitor que fez o favor de dar a ele um trabalho, mesmo sob condições degradantes. O sentimento que o explorado tem, muitas vezes, é de gratidão.”

A cientista social não se surpreende que os mecanismos de exploração estejam presentes nas relações de trabalho das indústrias do interior do Brasil, assim como estão nas metrópoles. “É uma herança clara do coronelismo, mandonismo, paternalismo. O perfil econômico de algumas cidades mudou, a indústria cresceu, mas as relações de trabalho não evoluíram no mesmo ritmo”, avalia.

A FRECHEIRINHENSE NEYS Silva tem 39 anos e trabalhou como fiapeira por mais de 15. Ela passou pela maioria das confecções da cidade, mas, como tantas outras fiapeiras, preferia fazer o acabamento das peças em casa, fora dos galpões das fábricas. Neys nunca teve a

Carteira de Trabalho assinada, nem qualquer direito trabalhista pago pelas empresas para as quais prestou serviço.

Nesse tempo, ela viu algumas confecções abrirem e prosperarem. Outras fecharam as portas do dia para a noite. Neys era considerada uma das tiradoras de fiapo mais experientes da região, e a casa onde mora com a família está de pé graças ao trabalho dela. Hoje, tudo o que Neys quer é manter distância dos fiapos e do tec tec das tesouras.

“Pra mim não tinha tempo ruim”, conta a ex-fiapeira. “Já trabalhei doente, grávida, de resguardo, de dia e de madrugada. O dinheiro era pouco, mas era o que tinha. Em casa, todo mundo ajudava. Essa daí”, e aponta uma das filhas, a mais velha, “começou no fiapo desde cedo. O meu menor até dormia por cima das calcinhas enquanto a gente trabalhava. Aqui era assim: ou vai pro fiapo ou pro roçado, porque dinheiro não cai do céu, né?”

Quinze mil e duzentas peças, ou R\$380, era o que Neys conseguia fazer em um mês. Para complementar a renda da família, ela também acompanhava o marido no cultivo de grãos e vendia cosméticos de revista. A fábrica de lingerie para a qual trabalhou por último foi a Diamantes, e o vínculo durou três anos e 11 meses. À época, a maior empresa da cidade pagava à ex-fiapeira o valor de dois centavos e meio por cada lingerie revisada. Pelos últimos três meses de trabalho, Neys não recebeu nenhum tostão.

“Eles diziam que eu estava devendo, e que tinha de compensar umas peças que eu havia danificado. Eu pedia pra ver as calcinhas cortadas, e nada. Ainda assim, não deixei de tirar fiapo.” Em janeiro de 2011, a empresa entregou a Neys cinco conjuntos de lingerie que teriam sido inutilizadas por ela, e a dispensou. “Nunca cortei aquelas peças, e, mesmo que tivesse feito, o valor delas não dava nem a metade do que eles disseram que eu devia. Fiquei sem nada, saí com uma mão na frente e outra atrás.”

O caso foi parar na Justiça do Trabalho. O processo de reclamação trabalhista de número 0337-14, julgado na Vara de Sobral em 2 de maio de 2011, ignora a relação de dívida contraída com o trabalho, a jornada extenuante e a ínfima remuneração às quais Neys estava submetida, três condições que qualificam o trabalho análogo ao de escravo.

Às vésperas do julgamento da ação, Neys recebeu um telefonema de Claudenia Araújo, uma das sócias da Diamantes Lingerie. “Ela me disse que eu não era ninguém, e que esse processo não ia dar em nada porque eu era nada. Isso me doeu muito, mais do que a demissão. O que ela me disse não tem perdão.”

No processo, a defesa da Diamantes Lingerie alega que “a reclamante prestou serviços de acabamento nas peças apenas de forma esporádica e autônoma, jamais existindo vínculo de emprego entre as partes.” Consta ainda no relatório da ação que Neys, como autônoma, tinha a liberdade para contratar alguém se quisesse aumentar a produção.

“Com a mixaria que eu ganhava, como é que eu podia contratar alguém? Eles disseram um monte de absurdo”, contesta a ex-fiapeira. “Disseram que eu não precisava cumprir meta, que ninguém fiscalizava meu trabalho, que eu não seria repreendida se não conseguisse terminar tudo. Mas às vezes eles tinham uma entrega grande pra fazer no dia seguinte, e quem tinha que dar conta era eu.”

Para justificar a inexistência de vínculo empregatício, os advogados da Diamantes garantiram que Neys era responsável por comprar os próprios equipamentos. “Eu nunca comprei uma tesoura pra tirar fiapo, eu juro. Sempre que uma cegava, eu ia lá e buscava outra na fábrica.” Outra fiapeira, Maria de Fátima Nascimento, depôs a favor da colega Neys. “Eu estava muito nervosa, nem sabia direito o que o juiz estava me perguntando. Só sei que não é certo o que fizeram com a Neys”, declara a ex-funcionária da Diamantes.

A decisão do juiz acabou favorecendo a Diamantes Lingerie porque Neys não conseguiu provar a relação de trabalho com a fábrica a despeito das provas que a empresa apresentou. Depois do julgamento, Maria de Fátima foi acusada de roubar uma camiseta que custava R\$23. “O encarregado disse que estava faltando essa peça no meu monte, mas eu disse que não estava comigo. Uma semana depois, eles acharam a camiseta, e aí eu disse que também não queria mais trabalhar pra eles.”

Maria de Fátima não vê relação entre a acusação de roubo e o depoimento dela contra a empresa. “Acho que não foi punição. Eu saí porque escolhi, porque me senti humilhada. Não quero mais nada com eles. O trabalho no fiapo não compensa.”

Nas calçadas do Cairal, bairro pobre onde vive Maria de Fátima, outras dezenas de marias passam as tardes nas calçadas tirando fiapo de lingerie. Maria Micaeli, Maria Alessandra, Maria Enízia. “Aqui o que mais tem é fiapeira. A vizinha aqui do lado também é, a menina aí da frente, e a que mora lá naquela casa azul da esquina”, aponta a fiapeira Maria Benoísta, de 26 anos. Ela mostra as três sacolas cheias de calcinha que acabaram de chegar da confecção para a qual trabalha. “Isso aqui eu tenho que terminar até amanhã. Aí, eu mando buscar, eles vêm e trazem mais.”

Enquanto o marido não consegue emprego, Maria Benoísta faz como pode para manter a casa e os três filhos com os R\$200 que ganha tirando fiapo. “Quando soube que a fábrica estava precisando de fiapeira, eu não contei pipoca”, recorda. “Eles perguntam: ‘você quer o emprego mesmo? As peças são caras, se você estragar, tem que pagar.’ Mas fora isso o que eu posso fazer?”

Ela lembra que já enfrentou muita dificuldade, e não quer mais ver os filhos passarem fome. A família também recebe R\$134 da Bolsa Família. “O dinheiro dá para uma feira, só. Aí, eu consigo uns descontos, compro alguma coisa que os meninos estão precisando. Não é muita coisa, mas a gente sobrevive.” Maria Benoísta pensa no futuro e sorri otimista enquanto afaga uma das filhas que, como tantas fiapeiras de Frecheirinha, também se chama Maria.

A PROPRIETÁRIA DA HARDY Lingerie, Terezinha Santos, caminha orgulhosa por entre as células da linha de montagem da fábrica que lidera. A empresária cumprimenta todos os funcionários e os trata pelo nome, com intimidade. “Eles são minha família. Assim como eles, eu sou nascida, criada e formada em Frecheirinha.” A viúva, o único filho e a nora são os responsáveis por uma das mais importantes confecções de peças íntimas da cidade.

“Antes das fábricas, Frecheirinha nem existia no mapa. Hoje, nossos produtos estão em todo o país”, revela Terezinha. Espalhada por boa parte dos estados do Norte e Nordeste, a Hardy produz, em média, 150 mil peças por mês e movimenta, no mesmo período, perto de R\$1 milhão. “Começamos a vender no Rio de Janeiro, São Paulo e, em breve, chegaremos ao Distrito Federal, e até mais longe. Somos uma força econômica e industrial no meio do nada”, sintetiza.

Terezinha acredita que foi graças à indústria de roupas íntimas que os frecheirinhenses puderam conquistar alguma dignidade. “Éramos uma cidade muito pobre, não tinha emprego para todo mundo, só o que tinha era gente passando fome. Olha só pra hoje! As novas gerações não sabem como era isso daqui”, descreve.

A empresária é quase uma unanimidade em Frecheirinha. Os funcionários a admiram, e os ex-empregados se espelham nela. “É uma mulher incansável, que está sempre trabalhando. Dá duro desde os oito anos, já trabalhou na roça, já passou fome. Ela não tinha nada, e ter chegado até aqui é um exemplo para todo mundo”, elogia a nora, Melissia Costa. Terezinha fala de si sem modéstia: “Aqui eu mato mil leões todos os dias.”

Para ela, o maior desafio é combater a apatia dos empregados. “Tem muita gente que não quer nada com o trabalho. Nós investimos em todos eles. Treinamos, oferecemos oportunidades, damos vantagens.”

O treinamento de um funcionário novo dura, em média, seis meses. Na maioria das fábricas, há um núcleo só de capacitação, e a rotatividade é muito grande. Sem incentivos fiscais e driblando as dificuldades de escoamento da produção de uma cidade industrial no interior do estado, as empresas precisam pagar caro para assumir compromisso com um empregado que nem sabem se vão contratar e, com frequência, preferem mantê-lo na informalidade.

“Tem cesta básica pro funcionário do mês, festa pro núcleo que bate meta, e mesmo assim às vezes as pessoas só estão pensando no ganho imediato, não em crescer”, justifica Terezinha. “Fazemos de tudo pro ‘cabra’ ficar, mas é um desafio lidar com o desinteresse.”

Para a promotora de justiça da cidade, Caroline Rodrigues, é papel do empregador manter as condições adequadas para a realização do trabalho dos funcionários. “Eles têm uma obrigação moral com essa população. Tem adolescente de 13, 14 anos que está largando a escola para ganhar R\$200 nas fábricas, e isso é um absurdo.”

Caroline é a única autoridade da cidade, e não teme a fama de ser uma pedra no sapato de empresários que não cumprem a lei. “Frecheirinha não tem delegacia, não tem defensor público e a Procuradoria do Trabalho fica em Tianguá, do outro lado da serra. A cidade parece que é feita para não funcionar, nem sindicato tem. Então, tudo o que acontece aqui vem para o fórum.”

A promotora é natural de Fortaleza, e foi nomeada em Frecheirinha no início de 2011. “Quando cheguei, conheci uma senhora que trabalhava com fiapo e ganhava R\$5 por cada sacola enorme de lingerie, em situação de quase mendicância”, conta. “O que me chamou a atenção foi o estado das mãos dela. Vermelhas, descascadas, cheias de calos, como as de alguém que supera os limites para conseguir trabalhar.”

Caroline motivou uma operação de fiscalização do trabalho em abril de 2012 porque constatou irregularidades nas folhas de ponto de algumas empresas às quais teve acesso. “Veio perito, auditor do trabalho e promotor. Eles fotografaram banheiros inadequados, uniformes impróprios, instalações de risco, quadros de metas. O que pode ser feito foi feito, e os estabelecimentos foram multados e obrigados a regularizar a situação dos funcionários. Mas as fiapeiras fugiram dos fiscais”, ela explica.

Ela acrescenta que a situação das fiapeiras é a mais dramática porque, já que a maioria não trabalha dentro das fábricas, essas funcionárias são invisíveis aos olhos da fiscalização. “Elas são fantasmas. Ninguém as vê, ninguém sabe a que horas estão lá. É como se não existissem. Os empregadores preferem fechar os olhos, porque é uma mão de obra praticamente gratuita, extremamente necessária, e nem precisa de treinamento”, declara a promotora.

Apesar de reclamarem do excesso de trabalho e do pouco que ganham, muitas fiapeiras não encontram condições para sair da situação de exploração. A promotora avalia que, em geral, essa é uma função exercida por pessoas carentes, sem instrução, e que não conseguem se qualificar para atividades mais bem remuneradas. “As fiapeiras não querem ter carteira assinada para não perder a Bolsa Família ou a aposentadoria rural que ganham”, explica. “Elas aqui têm poucas opções e, enquanto se contentam com as migalhas que ganham, as fábricas prosperam.”

ANEXO FOTOGRÁFICO

As fotografias contidas nesta sessão são de Jéssica Paula, e compõem a reportagem *As fiapeiras de Frecheirinha*, a ser publicada na revista *Campus Repórter*, nº 11.



Figura 1- A fiapeira Nonata, após oito horas dentro dos galpões da Hardy Lingerie, ainda precisa cuidar de cerca de 500 peças em casa, fora do expediente.



Figura 2 - Galpão de confecção de Hardy Lingerie, onde trabalham cerca de 800 funcionários.



Figura 3 - Núcleo de fiapeiras da fábrica Diamantes, a maior de Frecheirinha.



Figura 4 - As fiapeiras de Frecheirinha ganham até três centavos por peça revisada, e precisam pagar até R\$ 50 caso por lingerie que vierem a danificar. Trabalham mais de 15 horas por dia, mas não têm nenhum direito trabalhista garantido.



Figura 5 - Neys trabalhou três meses sem receber um centavo: "Eles diziam que eu tinha de compensar umas peças que cortei, que precisava pagar a dívida."



Figura 6 - Maria de Fátima foi acusada de roubo e demitida após defender a colega Neys num processo trabalhista contra a Fábrica Diamantes. "O trabalho no fiapo não compensa."



Figura 7 - Nas calçadas do bairro do Cairal, um dos mais pobres de Frecheirinha, dezenas de marias passam as tardes tirando fiapo das lingeries fabricadas na cidade.



Figura 8 - Moradora do Cairal, Maria Benoísta sustenta a casa e os filhos com o trabalho no fiapo. "Não é muito dinheiro, mas a gente sobrevive. Eu não tenho escolha."



Figura 9 - Os fiapos, restos de linhas e elásticos retirados das lingerie estão espalhados por toda a cidade. Para se tornar um dos polos industriais mais importantes do Ceará, Frecheirinha explora a mão de obra de cerca de 200 fiapeiras.